

Laísa Fernanda Santos de Farias

O plano de propaganda contra analfabetismo em Parelhas-RN (1928–1930)



Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI



Fundação de Amparo e Promoção
da Ciência, Tecnologia e Inovação
do Rio Grande do Norte

Laísa Fernanda Santos de Farias

O plano de propaganda contra analfabetismo em Parelhas-RN (1928–1930)



Editora Biblioteca Ocidente

2025

Copyright © 2025 by Laísa Fernanda Santos de Farias

Direitos reservados a:

Editora Biblioteca Ocidente
Av. Parque das Lagoas, 195
Parnamirim, RN, CEP 59154-325

Título original em língua portuguesa: O plano de propaganda contra analfabetismo em Parelhas-RN (1928-1930)

Capa e editoração: Gabriel Araújo.

Editor: Francisco Isaac Dantas de Oliveira.

Comitê editorial da Editora Biblioteca Ocidente: Adriano Cruz (UFRN), Francisco Isaac D. de Oliveira (CERES/UFRN), Joaquim Pinheiro de Araújo (UFERSA), Juliana Bulhões Alberto Dantas (UERN), Maria Aparecida Ramos da Silva (UFRN), Mariza Silva de Araújo (IFESP) e Sheila Mendes Accioly (UFPB).

Imagem da folha de rosto: Turma do professor Simião de Oliveira Mello, em 1929. Arquivo pessoal do historiador Tertuliano Pereira.

Imagem da capa: Professor João Manuel acompanhando seus alunos da Comunidade rural Juazeiro no desfile cívico no ano de 1929. Arquivo pessoal do historiador Tertuliano Pereira.

Para comprar o e-book, acesse www.revistagalo.com.br.

Visite nossas redes sociais:

@editorabocidente e @revistagalo no instagram, e;

@revistagalo.com.br no bluesky.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

L189p

Farias, Laísa Fernanda Santos de.

O plano de propaganda contra analfabetismo em Parelhas-RN (1928-1930) /
Laísa Fernanda Santos de Farias. — 1. ed. — Parnamirim, RN : Editora Biblioteca
Ocidente, 2025.

ISBN: 978-65-01-32860-7

1. Histórias do RN. 2. Florêncio Luciano --- Brasil --- Ensino. 3. Memórias.
4. Rio Grande do Norte (RN). I. Oliveira, Francisco. II. Título.

CDD: 981

Índice para catálogo sistêmico

1. História do Rio Grande do Norte 981.32

Bibliotecária: Aline Grazielle Benitez CRB 1/3129

Sumário

Apresentação	4
Introdução	6
Parte I — Uma cartografia pedagógica no Seridó: o sertão parelhense enquanto um espaço das educabilidades	
1. Os prelúdios do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo .	21
2. As políticas públicas de educação da década 1920 para o Rio Grande do Norte e Seridó	25
3. Florêncio Luciano: um homem a frente de seu tempo?	42
Parte II — Demarcar, educar, fiscalizar: a cartografia educacional parelhense e a busca por um sertão letrado	
4. O sertão das velhas práticas e as anunciações de um tempo vindouro	61
5. Demarcar para letrar: a cartografia educacional do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo	64
6. Um novo homem para o novo tempo: a criação das Escolas Rudimentares em Parelhas	81
7. Os tentáculos da Governamentabilização: as vistorias e fiscalizações do e no plano	97
Considerações finais	132
Fontes da pesquisa	137

Apresentação

A cidade de Parelhas, interior do Rio Grande do Norte, foi palco de uma importante experiência histórica na interface entre a educação e a modernização em fins da década de 1920. Em conexão com as novas reflexões sobre a história dos sertões, a obra em tela resulta da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em História do CERES (UFRN) e defendida em 2021.

A jovem autora desse livro “O Plano de Propaganda contra o Analfabetismo em Parelhas-RN (1928–1930)”, Laisa Fernanda Santos de Farias, realiza uma trajetória de pesquisa que também é pessoal, visto que ela é professora e fascinada pela educação e buscou compreender o itinerário modernizante de sua cidade natal atravessada pelos resquícios de uma cultura material educativa.

Nesse ínterim, como cenário de sua proposta investigativa, a cidade de Parelhas, recém-emancipada de Jardim do Seridó em 1926, foi o palco de uma reforma instrutiva, principiada pelo seu gestor Florêncio Luciano. Alinhado aos ideais progressistas daquele momento e a grupos políticos do governador Juvenal Lamartine de Faria, o prefeito colocou em ação uma mudança profunda nos preceitos de educação do município em que, um dos maiores intuitos era o combate ao analfabetismo na cidade. Afinal, naquela ocasião os ideais de progresso atravessavam as primeiras letras. Para tanto, o gestor por meio do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo e, em diálogo com pessoas como Nestor Lima e Amphilóquio Câmara, importantes nomes da educação norte rio grandense, instituiu uma modernização na cidade de Parelhas pela interposição da educação.

A autora em sua caminhada nos arquivos, afeita aos papéis amarelados e puídos, trouxe à tona uma densa documentação que se compõe de portarias, atas, leis, decretos, relatórios, revistas etc. e que constituem evidências para a construção de sua trama históricas.

Ao realizar esta reflexão, ficam demonstradas as relações entre o sertão e o litoral, por uma ampla rede de sociabilidades e a expansão

APRESENTAÇÃO

das ideias progressistas, a exemplo do otimismo pedagógico, vinculadas a educação e transmutadas no espaço citadino.

Laisa Fernanda, apropriando-se do fazer historiográfico, como uma artesã das temporalidades, buscou tecer uma narrativa que evidencia a experiência educativa e como afirma Justino Magalhaes, “como um contributo fundamental para a história do Sertão”.¹

Caicó-RN, 12 de dezembro de 2024
Juciene Batista Félix Andrade

¹Magalhães, Justino. Educação e Modernização do Sertão — município, escola, cidade. *Antíteses*, Londrina, v. 13, n. 25, 2020. p. 706.

Introdução

O conteúdo presente nesta obra é resultado do trabalho de dissertação produzido durante o mestrado e inseriu-se na área de pesquisa em História dos Sertões do Programa de pós-graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — CERES, Caicó (PPGH-UFRN)², na linha de Cultura Material, Sociedade e Poder nos sertões, que discute as práticas de dominação, legitimação e resistência dos homens, além das produções materiais geradas pelas populações nas suas diferentes experiências sociais vivenciadas em múltiplos lugares que podem caracterizar essa região, sendo ela interpretada apenas enquanto um conceito, bem como um território.

Partindo desse pressuposto, o objeto de estudo que foi pesquisado refere-se ao Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, um projeto de educação que nos permitiu compreender como os aspectos da modernização começaram a chegar ao município de Parelhas por meio da educação, no final dos anos vinte, precisamente entre 1928 e 1930, correspondente ao primeiro mandato do prefeito Florêncio Luciano.

A opção por esse espaço-temporal deve-se ao fato de que este era um período em que a cidade de Parelhas estava se constituindo enquanto uma instituição municipal, após ser emancipada da cidade de Jardim do Seridó, e junto a esse desligamento, testemunhava a criação do seu Partido Republicano Federal.

Dessa maneira, trabalhamos com um ambiente que estava em harmonia com as transformações do seu tempo, ou seja, era contemporâneo às novas propostas e projetos vindos da capital Natal. Sendo assim, “era a capital norte-rio-grandense que procurava fazer valer sua posição de centro, de caput, de todo o território norte-rio-grandense, a partir do qual estava sediada a administração desse território”. (Arrais, 2017, p. 10).

²As informações sobre esse programa estão disponíveis em: <http://www.posgraduacao.ufrn.br/sertoos>. Acesso em: 1 mai. 2021.

INTRODUÇÃO

Na virada do século XIX para o XX, iniciou-se um processo de transição entre o regime monárquico para o período republicano que buscava a legitimação das unidades federativas, as reformas urbanas e sanitárias, além da construção de uma nova identidade nacional³.

Para tanto, o setor educacional passou a ser operacionalizado com o intuito de inserir no comportamento dos cidadãos, o estímulo necessário para que, assim como deveriam fazer os seus governantes, a população também buscasse transformar o Brasil em um país moderno e civilizado. Porém, é interessante que façamos um primeiro questionamento: que modelo de civilização queriam os homens da República?

Após os republicanos assumirem o poder, o direcionamento principal era o de instruir a população a partir das diretrizes de transformações ocorridas na Europa⁴, no que se referiam ao cotidiano, à dinâmica urbana com as transformações das cidades, bem como na adaptação do homem para lidar com as novas manifestações industriais e econômicas ocorridas naquele momento⁵. “Urgia, “civilizar” o país, modernizá-lo, espelhar as potências industriais e democratizadas, e

³Ao longo desse trabalho será detalhada a intensificação dessa nova identidade articulada com a chegada da República. Porém, a fim de situar o leitor, adiantamos que na virada do século XIX para o XX, a concepção de viés republicano passa a investir em um modelo de pensamento que tinha o intuito de colocar o Brasil e os seus cidadãos em paralelo com as transformações que também estavam ocorrendo na Europa, seja na organização das suas cidades, na arquitetura, educação e higienização de sua população. Assim, houve a implantação de um universo intelectual modernizante que buscou libertar o Brasil de sua herança rural e colonial. Progresso e civilidade, eram os nomes desse período.

⁴A partir do que aborda Margarida de Souza Neves (2018) em seu trabalho: “Os cenários da República. O Brasil na virada do século XIX para o XX”, entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, uma nova concepção de tempo e de desenvolvimento chegavam ao Brasil. Assim, uma referência de sociedade puritana e europeia desembarcam nessa parte dos trópicos pensando em novos modelos arquitetônicos, pedagógicos e sanitários por meio de uma organização social e urbanística inspirada no velho mundo.

⁵A chamada Revolução Científico-Tecnológica que ocorreu em meados do século XIX, atingindo sua hegemonia no final de 1870, impulsionou a produção de novos potenciais energéticos, novas formas de metalurgia e processos químicos, bem como a produção de artefícios que facilitaram a comunicação, o transporte e o cotidiano das pessoas.

INTRODUÇÃO

inserir-lo compulsória e firmemente no trânsito de capitais, produtos e populações liberados pelo hemisfério norte”. (Marins, 1998, p. 134).

Sendo municipalizada em 1926 por seu Partido Republicano Federal⁶, o município de Parelhas não demorou a sentir os efeitos do pensamento do progresso e do desenvolvimento incentivados e cunhados nacionalmente por esse grupo político.

Dentre expoentes como a medicina, nos processos de higienização, e da engenharia na organização dos espaços urbanos, foi a Educação, aqui representada pelo Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo no ato de reorganizar os hábitos da população, que se tornou um dos principais representantes da chegada da modernização nesse município. “O progresso, tudo parecia arrebatá-lo em sua corrida desenfreada”. (Neves, 2018, p. 11).

Isto posto, a instalação de um projeto educativo em diálogo com as ideias em vigor nesse período, também aconteceu graças ao alinhamento dos líderes políticos parelhenses ao Partido Republicano do Rio Grande do Norte no Seridó. Assim, o plano contra o analfabetismo inaugurado no primeiro mandato de Florêncio Luciano vai ser estabelecido no período de transição dos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, ambos primos e companheiros de um mesmo lado político no Seridó. O primeiro era sobrinho-neto do coronel José Bezerra de Araújo Galvão que administrava o curral eleitoral no Sertão, e o segundo era genro do coronel Silvino Bezerra Galvão, principal liderança política de Acari, e irmão de Zé Bezerra.⁷

Compreende-se, portanto, que essas relações familiares também eram amalgamadas com os propósitos políticos e econômicos pensando

⁶O Partido Republicano de Parelhas foi criado em 4 de novembro de 1926, e sua primeira atividade foi o desligamento de Conceição dos Azevedo, atual Jardim do Seridó-RN.

⁷A partir das observações feitas pela historiadora Denise Mattos em seu trabalho *Introdução à história do Rio Grande do Norte* (2000), tanto José Augusto Bezerra de Medeiros, quanto Juvenal Lamartine eram ligados ao grande círculo de produção de algodão e pecuária do Seridó e ambos se formaram em Direito, em Recife e tinham contatos políticos densos nessa região.

INTRODUÇÃO

em um sistema que usava os investimentos na expansão da educação enquanto um dos elementos fulcrais que permitiriam colocar o Seridó num patamar de prestígio social e na própria consolidação do poder no mesmo nível do litoral.

Com isso, um terreno fértil para a disseminação dos ideais republicanos por meio da educação em Parelhas, teve uma excelente oportunidade para ser adubado. Ao pertencer ao mesmo partido político dos personagens acima citados e mesmo não sendo um intelectual formado em Recife, Florêncio Luciano conseguiu participar de uma rede de diálogos e de uma nova postura de pensamento que já estava instalada no Seridó pelos filhos das elites do algodão e da pecuária.

Tínhamos então, uma rede de sociabilidades que favorecia a circulação de ideais que tinham o intuito de promover a disseminação da alfabetização a partir de um novo modelo de educação. Isto posto, esses intelectuais formados em Recife tornaram-se mediadores culturais ao trazer para o Sertão, modelos de pensamento que estavam em voga no mundo acadêmico.

Assim, ao nos depararmos com a documentação do plano, algumas indagações se avolumaram no processo de emergência dessa investigação. Inicialmente, apropriando-se dos conceitos de redes, sociabilidades e microclimas a partir das contribuições do historiador francês Jean-François Sirinelli (1996), nos questionamos sobre as relações que foram se estabelecendo a partir da esfera local, regional e nacional nas discussões relacionadas à expansão dos projetos de ensino pensando no fim do analfabetismo, intensificados pela Primeira República.

Para Sirinelli, os intelectuais costumam criar espaços para legitimar os seus discursos ideológicos, reunindo-se em microclimas pensantes a partir de veículos de comunicação como jornais e revistas ou mesmo de partidos políticos. No caso desta obra, utilizamos as Revistas *Pedagogium* de número 1 de 1921 e 12 de 1924, com o intuito de analisar as discussões de Manuel Dantas e Eliseu Vianna em relação à expansão das escolas no sertão, e ainda a Ata de Instalação do Partido Republicano parelhense a fim de compreendermos a partir de que momento

INTRODUÇÃO

Florêncio Luciano passou a participar de uma rede de comunicação com os políticos alinhados ao pensamento republicano, neste caso José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine.

Sob esse prisma, passamos a nos questionar: como o prefeito Florêncio Luciano desencadeou os vínculos necessários para ter acesso às discussões relacionadas à educação e ao otimismo pedagógico⁸ estabelecido no Rio Grande do Norte e no Brasil? Como este gestor estabeleceu uma releitura de um projeto nacional no sentido de pôr fim ao analfabetismo em um plano local e específico para a realidade de seu município? Como a modernização por meio de seus objetos, textos e comportamentos foram inseridos neste projeto educativo em seus aspectos físicos e simbólicos? Como o Departamento de Educação de Natal atuou nos processos de vistorias e fiscalizações do ensino dessa localidade? E quais os desdobramentos históricos desse projeto de modernização na cidade de Parelhas?

Com base nessas questões, a proposta aqui estabelecida problematizou que o sertão do Seridó, tendo como referência o município de Parelhas, protagonizou uma contribuição dentro da expansão do ensino no estado do Rio Grande do Norte, atrelados aos avanços educacionais que já existiam na capital Natal. Apoiado a isso, o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo possibilitou a este pedaço de sertão estar em consonância com a pauta do progresso e civilidade, típicos do contexto das grandes cidades⁹ da Primeira República.

⁸Em seu trabalho, *Educação e Sociedade na Primeira República*, o educador Jorge Nagle faz uma interpretação do quadro educacional brasileiro mediante o advento do estado republicano. O país estava vivenciando a transição de um sistema agrário comercial para um sistema industrial. Com isso, para se entender a escola da época, se faz necessário também compreender a abertura que a sociedade brasileira sofreu naquele período, seja para o liberalismo econômico, seja pelas ideias anarquistas vindas com os imigrantes naquele período.

⁹Um dos maiores exemplos de desenvolvimento urbano nesse período, e que serviu de modelo para a reorganização das cidades na Primeira República, foi o Rio de Janeiro. O debate dos engenheiros no início dos anos de 1920 para a remodelação desta cidade, foi um momento privilegiado também para pensar na modernização urbana nacional.

INTRODUÇÃO

Esses elementos fazem parte das observações em relação aos estudos sobre a educação no Brasil, que se constituíram enquanto algo caro desde que assumi o meu exercício enquanto professora. A prática de sala de aula possui um sentido em qualquer período histórico e está ligada a uma demanda ideológica de toda e qualquer sociedade. Desta forma, para questionarmos na atualidade os problemas ou os avanços relacionados ao analfabetismo que ainda existem no Brasil, é necessário que voltemos ao período em que se começa a pensar em uma expansão da educação e os objetivos que se queria atingir.

Cada tempo forma um homem e para cada formação tem-se um projeto de país ou de mundo. Porém, a intensificação e extensão do ensino aqui no sertão na década de 1920, acabaram despertando algumas ponderações a mais. Pensar esta região envolta nas suas mais diversas antinomias, enquanto um projeto de modernização, por meio da educação, constitui-se enquanto uma das interpretações que podemos problematizar no que concerne à quebra daqueles paradigmas que insistem em colocar esta localidade como um lugar de atraso, sem perspectivas e progressos em relação ao litoral.

Aprofundar na relação entre esses dois cenários, sem deixar de perceber as diferenças entre a *modorra* da vida do interior e a *vida vertiginosa* do Rio de Janeiro, é premissa fundamental para o entendimento da história do primeiro período republicano no Brasil. (Neves, 2018, p. 12).

Desta feita, para o desenvolvimento deste trabalho, além de investigar os aspectos da modernização advindos com o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, objetivamos ainda compreender como o contexto educacional norte rio grandense foi favorável à instalação do projeto de Florêncio Luciano em Parelhas, analisar de que maneira este prefeito conseguiu participar de uma rede de acessos no que se refere a troca de informações e recomendações acerca da expansão do ensino no estado, e ainda identificar os impactos na dinâmica social do município que este plano de educação acabou trazendo.

INTRODUÇÃO

Essas questões dialogam com ponderações discutidas há anos pelas historiadoras Cynthia Veiga e Thais Nívia Fonseca quando em seu trabalho *História e Historiografia da Educação no Brasil* (2003), as autoras abordaram as problemáticas e a definição da História da Educação entre os historiadores, resultante das abordagens trazidas pela Nova História Cultural, por meio da aquisição de outras temáticas de pesquisa e conseqüentemente a ampliação do conceito de fontes.

Situo, portanto, a educação como objeto da História, abandonando definitivamente a possibilidade de uma história da educação como “especialização” da História, mesmo porque este tipo de classificação já foi renunciado pelos historiadores na medida em que rompeu-se com a ideia de um método único para a História. (Fonseca; Neiva, 2003, p. 19)

Diante disso, torna-se cada vez mais necessário viabilizar os procedimentos teóricos e metodológicos deste campo de estudo e inseri-lo nas produções historiográficas. Não sendo uma especialização da História, ao contextualizar a educação ao longo do tempo e nos diversos espaços e elevá-la a uma metodologia de pesquisa, os historiadores conseguem não só detectar as permanências e rupturas dos processos educativos, como também conseguem perceber as diferentes formas de ensino e suas concepções, suas práticas, ideologias e conseqüentemente os discursos veiculados pela educação em um dado período.

Na esteira dessa reflexão, a educação também foi analisada nesta pesquisa enquanto elemento de governamentalidade das instituições políticas, no que se refere a organização do Estado. Neste sentido, embasados ainda no que discutem as pesquisadoras da educação Cynthia Veiga e Thais Nívia Fonseca, analisaremos a expansão das escolas a partir de:

(...) discutir a possibilidade de analisá-la sob o enfoque macropolítico, na perspectiva de monopolização dos saberes e na perspectiva micro, de discutir as formas discursivas e simbóli-

INTRODUÇÃO

cas pelas quais os diferentes sujeitos representaram o lugar da escolarização e também as formas como o poder se manifestou nas práticas políticas de ordenamento da vida escolar. (Fonseca; Veiga, 2003, p. 36).

Partindo dessa análise, são nas ações políticas e governamentais que estão localizados os atos legislativos e os microclimas pensantes no tocante a educação. Na década de 1920, para o projeto republicano, a expansão do ensino era um elemento crucial para manter a atividade de controle em exercício, questão essa que será detalhada nas intenções de Florêncio Luciano ao pensar nas vantagens que estava ofertando com seu plano de educação para “a mocidade de quem depende o futuro de nossa pátria” (Luciano, 1930, n. p).

Assim, as possibilidades de análises dos processos educacionais em diferentes épocas e as implicações políticas destas se devem ao fato de que nos últimos anos vem surgindo diversos espaços para a discussão historiográfica e a importância da conservação dos arquivos e da cultura material escolar de forma geral.

Grupos de estudos, congressos, revistas e demais associações nasceram com o intuito de colocar em prática as pesquisas nessa área, bem como criar repositórios referentes a montagem de um acervo para a conservação da documentação que versa sobre essa temática¹⁰.

¹⁰Destaca-se a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa da Educação (ANPED) que a partir da década de 1980 passou a congregar professores, alunos e demais membros dos programas de Pós-Graduação do país com o intuito de ampliar os debates em torno da pesquisa em Educação, tanto ao longo de sua história, bem como das temáticas atuais que as circunscrevem. Na página da ANPED — Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação é possível fazer um devaste sobre esta associação, suas publicações, pesquisas e demais atualizações sobre Educação em suas diversas vertentes. Disponível em: <http://www.anped.org.br/>. Acesso em: 30 abr. 2021. Ainda em 1986 também foi criado o grupo de estudos e pesquisas intitulado: História, Sociedade e Educação no Brasil também conhecido como HISTEDBR, que ao longo dos anos vem criando debates por meio de GTs em vários estados do Brasil sob a coordenação geral do professor Dermeval Saviani. Disponível em <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/>. Acesso em: 30 abr. 2021. Em relação a eventos destinados a pesquisa em História da Educação, gostaria de destacar o Colóquio de História e Memória da Educação no Rio Grande do Norte

INTRODUÇÃO

O plano aqui estudado, tornou-se um gesto de contestação, refutação e problematização aos discursos impregnados sobre o sertão enquanto um lugar atrasado e obsoleto, onde o aspecto rural prevalece em relação ao urbano, questão equivocada se pensarmos no desenvolvimento das cidades nordestinas que aumentaram após a década de 1970, mas que já privilegiavam seu crescimento por meio de projetos como o de Florêncio Luciano ainda no início do século XX. Dessa forma:

Sertão, nessa perspectiva, é concebido como um dos polos do dualismo que contrapõe o atraso ao moderno, e é analisado com frequência como o espaço dominado pela natureza e pela barbárie. No outro polo, litoral não significa simplesmente a faixa de terra junto ao mar, mas principalmente o espaço da civilização. (Lima, 2013, p. 107).

Neste sentido, a compreensão para pensarmos essa espacialidade enquanto um local que passou a fazer trocas, ou seja, partícipe de uma rede de sociabilidades, também perpassa por uma análise dual e antagônica do par Litoral/Sertão, buscando refutar a ideia de que esta região seria atrasada e distante dos avanços da capital, e principalmente, que a comunicação não era assídua. Vale salientar que, esse processo também será problematizado a partir da atuação do prefeito Florêncio Luciano enquanto um articulador desse diálogo com a capital, e como o seu pertencimento ao Partido Republicano facilitou essa comunicação.

(COHISME-RN) que acontece desde 2017, e é importante não só para as contribuições já debatidas nesta área, como também de viabilizar o estado do Rio Grande Do Norte no rol dos grupos de trabalhos que veem desenvolvendo pesquisas acerca das suas localidades. Para ter acesso aos anais desse evento é só acessar o site disponível em: <https://doity.com.br/cohisme2020/blog/anais>. Acesso em 30 de abril de 2021. Por último, indicamos o RHISME (Repositório de História e Memória da Educação) que está vinculado ao LAHMED (Laboratório de História e Memória da Educação) que em muito tem contribuído com a História da Educação do Rio Grande do Norte, conservando um acervo de fontes como jornais, revistas, imagens, bem como dissertações e teses que auxiliam o pesquisador da área a buscar informações sobre essa temática de forma segura. Este site está disponível em: <http://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/>. Acesso em: 30 de abril de 2021.

INTRODUÇÃO

As discussões sobre essa temática dialogam com Nísia Trindade Lima (2013) e Candice Vidal e Souza (2015) a fim de compreender como foram organizadas as diversas formas de se pensar e escrever os sertões e as novas possibilidades interpretativas que foram tomando corpo ao longo dos anos, e no caso desta pesquisa, problematizar como a experiência da modernização se constituiu enquanto um campo interpretativo do sertão do Seridó por meio de um projeto de educação.

Mediante a isso, a modernização enquanto um produto da educação disseminada por meio do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, será pensada diante de termos como: progresso e civilidade, utilizados pelo prefeito Florêncio Luciano na apresentação do seu Relatório de mandato na câmara municipal no início dos anos de 1930, quando testemunhou em relação às perspectivas de futuro para as crianças e jovens parelhenses no final dos anos de 1920.

Prontamente, autores como Fredric Jameson (2005), David Harvey (2002), Marshal Berman (1986), Nicolau Sevcenko (1998) e Antônio Paulo Rezende (1997) têm fornecido suporte teórico para pensar como na prática se incorporaram as mudanças propostas por meio do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo no espaço de parelhense.

O historiador Reinhart Koselleck (2006) ao discutir o conceito de modernidade, em *Futuro Passado*, mesmo fazendo uma alusão ao período do pós Idade Média, destaca que “esta expressão apenas qualifica o tempo como novo, sem informar sobre o conteúdo histórico desse tempo e desse período” (p. 269). Nesta perspectiva, a análise aqui compreende o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo enquanto um dos elementos fundantes de artifícios modernos que causaram impactos físicos e simbólicos na dinâmica urbana e rural da cidade de Parelhas.

Logo, propondo uma analogia ao que aborda este historiador com as descrições acerca dos horizontes vislumbrados por esse projeto de alfabetização, percebe-se a necessidade de um tempo novo em Parelhas por meio da educação. Este tempo corresponderia ao desenvolvimento de um dado espaço a partir da expansão das escolas e de um currículo que conseqüentemente livraria as pessoas da condição de iletrados. Para

INTRODUÇÃO

esta discussão, serão convocados ainda historiadores como José Murilo de Carvalho (1990), Herschmann e Pereira (1994) Margarida de Souza Neves (2018) Clarice Nunes (1996), além de Veiga e Fonseca (2003), no que se relaciona às abordagens ideológicas da formação do homem no período da Primeira República.

Todos esses questionamentos discutidos formaram-se por meio do contato estabelecido com as fontes deste projeto, que se encontram no arquivo público do município de Parelhas, e que se distribuem em atas, portarias e leis, recenseamentos e a entrada e saída de correspondências. Além disso, consultamos na Biblioteca Pública Municipal Antônio Pereira de Macêdo, livros e revistas de autores locais que se debruçaram a escrever sobre Parelhas e a participação de Florêncio enquanto uma figura da educação.

Foram usados ainda os relatórios dos Presidentes de Província, principalmente, os que dizem respeito aos mandatos de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924) e Juvenal Lamartine (1928), respectivamente, além dos documentos referentes às fiscalizações feitas tanto pelo município, quanto pelo estado, a fim de mapear a frequência e o funcionamento das escolas recém-fundadas.

Sendo assim, no que concerne à metodologia de trabalho, essa documentação foi examinada por meio das orientações indicadas por Michel Foucault, em *A ordem do discurso* (1970), que nos proporcionou fazer por meio das atas, relatórios, decretos, leis e demais fragmentos de memória do plano, uma leitura qualitativa e quantitativa das intenções presentes na linguagem republicana encontrada nas fontes utilizadas por essa narrativa, bem como observar como se dava a circulação dos discursos dos educadores que direta ou indiretamente contribuíram para a execução do plano.

As construções sociais também são frutos de discursos empregados. A partir disso, a instalação da República mais do que a alteração de um modelo governamental, se consagrou também enquanto um padrão ideológico a ser seguido, um exercício de uma ordem. Logo, examinar a escola e o plano de alfabetização neste trabalho, tem o intuito de

pensar esse projeto enquanto um momento ideal para disseminar todo o protótipo republicano, ou seja, “ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. (Foucault, 2014, p. 34).

Diante do que já fora exposto e dos caminhos traçados em relação à compreensão da cartografia educacional parelhense no final da Primeira República, a seguir serão expostos os capítulos distribuídos em duas partes da escrita deste trabalho. A primeira parte corresponde aos prelúdios que levaram à criação e disseminação do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, ou seja, uma explicação de como se encontrava o contexto educacional do Rio Grande do Norte, e a segunda parte expõe todos os artifícios que foram possíveis encontrar na documentação e que descrevem a operacionalização desse projeto educativo e os desdobramentos históricos na cidade de Parelhas.

Sendo assim, na primeira parte do trabalho intitulada — **Uma cartografia pedagógica no Seridó: O sertão parelhense enquanto um espaço das educabilidades**, dividimos em dois subtópicos: **As políticas públicas de educação da década 1920 para o Rio Grande do Norte e Seridó**, sendo este o capítulo I, e **Florêncio Luciano: um homem a frente de seu tempo?** Compondo o capítulo II. Neste momento, serão analisados os relatórios dos Presidentes de Província, as Revistas Pedagogium, além do relatório do primeiro ano de mandato do prefeito, em que foram expostas as expectativas e planejamentos em relação à expansão do ensino para o interior do estado do Rio Grande do Norte, e o estabelecimento de redes de influência e de contatos articulados entre o principal representante político da cidade e os responsáveis pelo incentivo e fiscalização da educação no estado como Manuel Dantas, Nestor Lima e Amphilóquio Câmara.

Já a segunda parte dessa discussão, denominada — **Demarcar, Educar, Fiscalizar: a cartografia educacional parelhense e a busca por um sertão letrado** divide-se em: **Demarcar para letrar: a cartografia educacional do plano**, constituindo-se enquanto o capítulo III, **Um novo homem para o novo tempo: a criação das Escolas Rudimentares**, como

capítulo IV, e **Os tentáculos da Governmentabilização: as vistorias e fiscalizações do e no plano**, compondo o capítulo V, será esmiunçada a documentação do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo onde detalha o que foi o projeto, seus principais personagens, caminhos percorridos, planejamentos, recenseamentos e fiscalizações realizadas a nível municipal e estadual, relacionado à condução do andamento do projeto educativo.

Logo, nesse momento serão usadas as Atas, Decretos, Leis e Portarias que foram sancionadas pelo Prefeito Florêncio Luciano na época da institucionalização do seu projeto, e ainda os relatórios escritos pelos professores e que retornavam a prefeitura dando conta do andamento das aulas, pedidos de materiais de expediente, bem como a frequência dos alunos.

Após esses capítulos voltados para ao estudo detalhado do plano e seu contexto de criação e execução, será feito ainda em um último momento, uma análise de dados voltada a compreender os desdobramentos físicos e simbólicos ocasionados pela modernização trazida por esse projeto educativo em Parelhas.

No subtópico VI intitulado, **A Modernização através da educação: os desdobramentos históricos do plano em Parelhas**, apresentamos dentro de uma perspectiva física a construção de escolas, o uso do telégrafo, a instalação e ampliação da rede elétrica, assim como os trâmites simbólicos distribuídos em textos trabalhados em sala de aula, o uso do hino, organização das turmas, fardamento e desfiles cívicos que passaram a fazer parte das aulas e que moldavam os alunos na busca pela formação de um novo homem sertanejo.

Para este último momento da segunda parte desse trabalho, será usada a documentação distribuída em decretos autorizando a construção de escolas, pedidos de reformas e compras de materiais para as salas de aula, autorização de carro para transporte de alunos, os textos e atividades feitas pelos professores da Escola Mixta Municipal de Preparatórios, bem como o relatório de planejamento de uma festa realizada no dia 15 de novembro de 1929, em alusão à Proclamação da República.

INTRODUÇÃO

Ademais, no período em que o sobredito plano esteve em vigor, o instrumental arregimentado para o seu funcionamento teve como resultado indireto um conhecimento mais nítido da realidade populacional do jovem município parelhense, bem como os efeitos trazidos por ele dentro do próprio aspecto urbano e rural desta espacialidade.

Parte I

**Uma cartografia pedagógica no
Seridó: o sertão parelhense en-
quanto um espaço das educabi-
lidades**

1. Os prelúdios do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo

Em ligeiras palavras, o senhor presidente se congratula pela feliz escolha do senhor Prefeito Municipal sabendo tão bem distinguir entre tantos filhos desta nobre terra ora presentes, foram os escolhidos para missão mais nobilitante de que se é possível ser membro a que abrindo aos pobres cegos da luz divina do saber, a brecha por onde se infiltrará a corrente sublime da ilustração, encaminhada pela fenda reta da sabedoria, a horizontes sonhadamente vislumbrados.

— Ata, 1929, n.p.

Neste primeiro momento da escrita do trabalho, é pertinente contextualizarmos como o Seridó estava sendo pensado dentro das discussões sobre a expansão da educação no estado do Rio Grande do Norte.

Percebendo que os processos educativos têm objetivos e alcances, é importante compreendermos o sertão aqui delimitado e o contexto em que este se encontrava na década de 1920, para só assim entendermos as implicações que levaram a implantação do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo instituído no município de Parelhas, assim como as particularidades que ele tinha a fim de formar um cidadão adequado ao projeto de sociedade republicana.

Na ata presente no início deste capítulo e assinada pelo redator João Jonathas Luciano¹¹, encontra-se um texto carregado de orgulho

¹¹João Jonathas Luciano era primo do prefeito e idealizador do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, Florêncio Luciano. Ficará conhecido posteriormente por ter participado do Tiro de Guerra em Parelhas, uma instituição encarregada em formar atiradores para a reserva do Exército brasileiro.

pela participação neste projeto e ainda cheio de expectativas futuras em relação à importância de resgatar os analfabetos dessa cegueira instrucional. Por consequência, o que o autor compreende enquanto “os horizontes sonhadamente vislumbrados” poderia ter diversos sentidos a depender do contexto histórico e, conseqüentemente, do que a educação queria alcançar.

Neste caso, os horizontes de expectativas, pensados por João Dantas Luciano, estavam inseridos dentro de um caudal de ideais modernos que projetavam Parelhas em um contexto de transformação nacional e que almejava a partir da educação, contribuir e inserir no homem sertanejo a formação do caráter cívico da República. Concomitante a isso, além da inserção do homem nessa nova formação, a cidade aqui estudada também sentiu os efeitos da instalação das escolas e do seu maquinário pedagógico em sua dinâmica urbana.

O projeto de alfabetização criado e expandido no mandato do prefeito Florêncio Luciano, buscou não destoar dos objetivos da educação a nível nacional e criou uma estrutura adequada ao município, mas sem esquecer os contatos e as orientações externas dadas pelos órgãos do Estado.

Desse modo, antes de instrumentalizarmos o plano a partir das suas fontes e das leituras utilizadas, precisamos entender o contexto em que Parelhas se encontrava em se tratando da organização do seu ensino por meio de duas frentes: a primeira se dá pela constituição do que chamamos inicialmente de uma rede de influências gerada em prol deste empreendimento, ou seja, a ampliação da educação parelhense se deu graças à euforia pedagógica¹² em que vivia o estado do Rio Grande do Norte e o Brasil.

Já a segunda frente desse processo, se desenvolveu a partir do que compreendemos enquanto a constituição de uma figura da educação, na medida em que Florêncio Luciano passou a ser rememorado pelos

¹²A euforia pedagógica corresponde à expansão dos investimentos feitos principalmente na instalação das escolas primárias pelo país. A preocupação da República era disseminar a educação para que os cidadãos republicanos estivessem adequados à proposta de desenvolvimento de um país voltado para o progresso e a civilidade.

cronistas parelhenses em relação aos investimentos dados ao ensino deste município.

Neste sentido, o principal objetivo desta primeira parte dessa reflexão é montar essa rede de diálogo, a fim de que interpretemos o plano de educação idealizado por Florêncio Luciano dentro de um contexto maior de execução, no intuito de localizar como as influências desse jogo de relações entre litoral e sertão alteraram a dinâmica social e urbana do município de Parelhas no final dos anos de 1920.

Portanto, pensando no aprofundamento dessa rede de influência, trouxemos para este momento inicial, as contribuições de educadores como Manuel Dantas e José Augusto Bezerra de Medeiros refletindo acerca dos benefícios da expansão da educação para o interior do Rio Grande do Norte, e ainda as mudanças no ensino do estado a partir do ano 1928 pelo governador Juvenal Lamartine, no mesmo período em que o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo foi instalado em Parelhas, ou seja, a ideia central é compreender em que contexto educacional este plano foi criado, e como isso colocou Parelhas no diálogo pedagógico vivenciado nesse período. Por meio disso, apropriando-se da fala da socióloga Nísia Trindade Lima (2018):

O desbravamento do sertão pode ser visto como um movimento de forte conteúdo simbólico, que acompanhou os projetos oficiais de delimitação de fronteiras, saneamento, utilização de recursos naturais, povoamento e integração econômica e política. Este movimento missionário, fortemente associado à presença do Estado, encontrou como atores sociais agentes informados pelo cientificismo — quer na versão positivista ortodoxa, quer nas versões mais heterodoxas e em interpretações evolucionistas de cunho spenceriano (p. 116).

Essa discussão feita pela pesquisadora em seu trabalho, *Um sertão chamado Brasil*, se relaciona ao fato de que são nas três primeiras décadas do século XX que alguns projetos são otimizados pensando em modelos de integração do Sertão. Para tanto, nos apropriamos das análises dessa

estudiosa neste trabalho, pensando que uma das formas de integralizar parte do sertão do Seridó, aqui representado por Parelhas, aos projetos do Rio Grande do Norte e do Brasil, se deu por meio da educação, que consequentemente estava ligado a um projeto republicano em escala maior, a partir do que discutiam Manuel Dantas e José Augusto Bezerra de Medeiros.

Entendemos que os personagens incorporaram o papel de agentes sociais e representantes do estado em referência a pensar a integração desta região também a partir de projetos educacionais. Com isso, são empreendimentos que “não apenas se intensificam durante a República como ganham nova expressão, associando-se ao ideário cientificista dominante”. (Lima, 2018, p. 116).

Por fim, é interessante destacar que, uma vez instalando-se com o objetivo da modernização, a República que pensava o sertão pelo viés da tradição¹³, buscou por meio dos seus ideólogos superar essa imagem a partir da “alocação de sistemas de engenharia e de objetos técnicos integradores do território” (Moraes, 2012, p. 5). Portanto, nesta narrativa, Florêncio Luciano e seu plano tornam-se a técnica condizente a um projeto de sertão e nação pensado naquele momento, e uma alternativa via educação para integrar essa região nas mudanças que estavam ocorrendo no restante do país.

¹³Na discussão proposta neste trabalho, o sertão da tradição e das velhas práticas impediam o homem de se tornar contemporâneo às transformações vivenciadas pelas capitais. Essa problematização será feita a partir do que o historiador Mui-rakytan Kennedy de Macêdo discorreu em seu trabalho *A Penúltima Versão do Seridó*, apresentado ao longo deste texto.

2. As políticas públicas de educação da década 1920 para o Rio Grande do Norte e Seridó

A Região do Seridó está localizada na porção centro-meridional do Rio Grande do Norte, e está dividida em duas microrregiões geográficas, o Seridó Ocidental e o Seridó Oriental. Podendo ser lida de diversas maneiras, seja em sua composição geográfica, étnica, econômica ou sociológica, neste trabalho o Seridó será tomado a partir da cidade de Parelhas, e na contribuição dada por este município na perspectiva da expansão da educação no interior do estado.

Visto como um mal que desencadeou um contexto de atraso e da falta de instrução, o analfabetismo deveria ser exterminado. No sertão, assim como em todo o país, a instalação de escolas tinha para além da função de alfabetizar, desenvolver um personagem adequado aos caminhos da civilidade. “E neste caso, a vida letárgica sertaneja — manifestação estranha, dado não natural do homem que vive nos sertões do Seridó — era que precisava ser superada” (Macêdo, 2005, p. 147).

A educação vinculada à instrução primária e nos modelos escolares que passaram a se expandir pelo Brasil, tinha a atribuição de funcionar enquanto uma mola mestre na retirada do atraso e das heranças coloniais e imperiais ainda presentes neste novo momento. Essa questão pode ser explicada por Cristiane Porfírio em seu artigo *O quadro Educacional do Brasil da Primeira República como Protótipo da Moldura Educacional do Brasil no Novo Milênio* (2010), onde foi abordada a seguinte questão:

(...) o fortalecimento do processo de industrialização dos anos de 1910, seguidos do impulso inicial de urbanização e modernização foi, efetivamente, o que impôs para a sociedade brasileira a premente necessidade de difusão do ensino elementar. (...) (p. 6).

Desse modo, difundir o ensino era preparar os cidadãos republicanos para se adequarem aos novos modelos fabris que adentravam no país¹⁴, para a reorganização das ruas e avenidas das cidades, bem como nas práticas higienistas que tinha o intuito de educar a população nos cuidados com saúde pessoal e na consciência da limpeza do seu ambiente. Logo, a educação seria usada como uma metodologia instrucional a fim de preparar o cidadão nessa nova rotina.

Na espacialidade seridoense, Manoel Dantas e José Augusto Bezerra de Medeiros¹⁵ que se destacaram no movimento republicano no sertão e no estado do Rio Grande do Norte, trouxeram de suas formações acadêmicas no Recife os ideários e os debates ideológicos acerca do progresso e civilidade em busca de um novo homem para o Seridó.

Esses personagens não só percebiam a modorra vida do interior em relação aos acontecimentos vertiginosos na capital, como passaram a problematizar e a buscar soluções para diminuir essas fronteiras do desenvolvimento. Assim, a escola para esses homens, era uma das possibilidades de expandir as pretensões de formação social da República e

¹⁴Em relação a indústria nacional, nas primeiras décadas do século XX o Brasil passou por diversas transformações em relação ao seu desenvolvimento fabril. Neste sentido, houve a expansão da agricultura tendo como protagonista o Café sendo transportados em locomotivas, bem como nas exportações de produtos primários, além da chegada dos imigrantes e da entrada do capital.

¹⁵Manuel Dantas nasceu em 26 de abril de 1867, em Caicó, no interior do Rio Grande do Norte e foi advogado, juiz, educador, jornalista e político. Já, José Augusto Bezerra de Medeiros, nasceu em 22 de setembro de 1884, também é natural da cidade de Caicó e exerceu cargos públicos como Procurador da República, Fiscal de Governo Federal, Diretor do Atheneu Norte-Rio-Grandense, foi juiz da comarca de Caicó, além de ter sido Deputado Federal entre os anos de 1913 a 1923 e Governador do Rio Grande do Norte entre 1924 a 1927.

de pensar o homem sertanejo para além de sua tradição da agricultura e pecuária.

Segundo Macêdo (2005) em sua obra *A Penúltima Versão do Seridó: Uma história do regionalismo seridoense*, a faculdade do Recife era um verdadeiro celeiro das ideias progressistas e das teorias políticas e ideológicas do pensamento republicano. Logo, os seridoenses estudantes¹⁶ do curso de Direito acabaram trazendo todo esse arcabouço ideológico alinhado ao pensamento e objetivos da Primeira República para o Seridó.

Apropriando-nos das ponderações feitas por Sirinelli (2003), este historiador ao trabalhar os conceitos de rede e de sociabilidades para compreender a atuação de um grupo de pensadores no que concerne ao debate de uma determinada temática, seja por meio de um jornal ou a partir de um conselho editorial, discute a criação do ele chama de *microclimas* pensantes que conseguem traduzir traços específicos de um conglomerado de intelectuais:

Mas a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpretam o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se, portanto, de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular. (Sirinelli, 2003, p. 253).

Em se tratando do Seridó, esse microclima intelectual de disseminação dos parâmetros republicanos pôde ser encontrado nos artigos

¹⁶Os estudantes dos cursos de Direito e Medicina, aqui representados por Manuel Dantas, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, faziam parte de um grupo de homens brancos e pertencentes as famílias influentes do Seridó.

do Jornal O Povo¹⁷, fundado em março de 1889, com sede em Caicó e local de divulgação dos acontecimentos no Sertão norte-rio-grandense. Neste sentido, homens como Manuel Dantas ao participar desse grupo, inauguraram nessa região novas discussões acerca das mudanças políticas que o país estava vivenciando e como o Sertão atuaria nesse processo.

Eram nos municípios que se costuravam as bases políticas da Primeira República e a disseminação dos seus ideais. Essas malhas eram tecidas por uma rede de compromisso harmoniosa. Assim, “ela tornava-se mais complexa e mais firme ao passar pelos arranjos entre as oligarquias regionais nos estados e chegar à definição de quem presidiria o governo federal” (Neves, 2018, p. 35).

A gênese dessas novas reflexões para o país foi explicada por Nicolau Sevcenko (1998) em seu trabalho *O Prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso*, onde segundo este historiador, as novas elites vão se basear em algumas correntes do cientificismo como o Positivismo de Auguste Comte que se fundamentava no entendimento da natureza e do desenvolvimento social a partir da Ciência. Neste sentido, para o Brasil:

Um tempo mais acelerado, impulsionado por novos potenciais energéticos e tecnológicos, em que a exigência de acertar os ponteiros brasileiros com o relógio global suscitou a hegemonia de discursos técnicos, confiantes em representar a vitória inelutável do progresso e por isso dispostos a fazer valer a modernização a “qualquer custo” (Sevcenko, 1998, p. 27).

¹⁷Em 6 de abril de 1889 foi publicado o Manifesto Republicano ao Povo Seridense. Nesse documento redigido por Janúncio da Nóbrega, assinado por ele e por um grupo de republicanos, ficou clara as ideias trazidas da faculdade do Recife que clamavam por uma nova organização da Pátria brasileira, e pela instalação de um regime parecido com o americano. O trecho desse documento está disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=767611&pasta=ano%20188&pesq=&pagfis=20>, acesso em: 30 mai. 2021.

Nos ponteiros do relógio de educadores como o caicoense Manuel Dantas¹⁸, Diretor Geral de Instrução Pública, na década de 1920, e que escreveu diversos estudos e ponderações¹⁹ não só sobre a organização do ensino na capital do estado, mas também acerca dos processos de interiorização da educação via Escolas Rudimentares, o tempo do homem seridoense deveria ser o da adequação aos elementos que a República estava buscando em relação ao desenvolvimento urbano e antropológico do sertão do Seridó, com sustentação em esfera nacional.

Para este educador, o comportamento letárgico do homem sertanejo aparecia como um empecilho ao desenvolvimento do interior²⁰. A necessidade de transformação do seridoense a partir da disseminação das Escolas Rudimentares, era necessária. Com isso, a este homem era imposta a tarefa de acompanhar as mudanças trazidas pela República, se adequando aos seus direitos e deveres de cidadão, não tendo um comportamento pautado somente em suas tradições, e constituindo-se por meio da educação enquanto um ser humano pensante e articulador dos desejos progressistas daquele período. “Marasmo. E um tempo que parecia transcorrer tão lentamente que sua marcha inexorável mal era

¹⁸Manuel Dantas, caicoense, nasceu em 26 de abril de 1867 e faleceu em Natal em 15 de junho de 1924. Foi advogado e juiz, devendo sua formação a faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife, no ano de 1890, onde acabou sendo influenciado pelos ideais republicanos e trazendo todo este arcabouço teórico e científico para o pensamento educacional norte rio-grandense durante a sua atuação enquanto diretor geral de educação, pensando ainda nas mudanças que poderia trazer no tocante a transformação ou a adequação do homem sertanejo ao modelo republicano.

¹⁹Além de escrever desde o final do século XIX para o jornal O Povo, periódico esse que já tinha um viés republicano, no âmbito educacional, Manuel Dantas se destacou por suas publicações nas revistas do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, mais precisamente na Revista Pedagogium espaço em que publicou artigos como: Escolas Rudimentares, que será aprofundado mais adiante.

²⁰No final do século XIX, Manuel Dantas escreveu uma série de artigos no jornal liberal O Povo, que deu espaço para os republicanos registrarem as suas ponderações sobre a chegada da República e os planos alimentados por ela para o Brasil. Alguns artigos são: Vida Sertaneja — prejuízos (7 dez. 1889), A vida Sertaneja — presente e futuro (3 nov. 1889), e ainda A Instrução Pública (15 jun. 1889).

percebida. Assim, nas fazendas, nas vilas do interior e nos sertões do país, essa mesma virada seria percebida” (Neves, 2018, p. 11).

Compreendemos então, que a educação expandida pela instalação e multiplicação de instituições escolares no interior do estado foi, no caso de Parelhas, responsável por uma “virada” na dinâmica do cotidiano da cidade e, conseqüentemente, responsável por intensificar as relações desse expoente do sertão com os projetos que já estavam ocorrendo na capital.

Além disso, é interessante enfatizar que ao pertencer a mesma corrente política do Seridó e do estado no final dos anos de 1920, questão essa que será aprofundada na segunda parte deste trabalho, Florêncio Luciano conseguiu participar de uma rede de diálogos pedagógicos profícuos e desenvolver uma linha de raciocínio harmoniosa em referência aos desejos da República.

Prontamente, a cultura latente do sertanejo pautada na memória e nas tradições, só atrapalharia o desenvolvimento e acabaria fossilizando-o no passado. Com isso, o aspecto ruralizado do sertanejo, apesar de importante como reconhecia Manoel Dantas, precisava ser readequado pela lei do progresso. Desse modo, podemos entender que:

O Brasil da Primeira República era também o país dividido entre os “políticos bacharéis” e os “homens de ação”. A ruptura com o atraso brasileiro significava, para muitos desses homens, a reorganização, em bases racionais e técnicas, do trabalho agrícola, da fixação do homem rural, dos instrumentos e agências de produção. Embora majoritariamente rural, o Brasil já tomava contato com a aceleração urbana, e, simultaneamente, com a precariedade do investimento em educação — fonte, àquela altura, primordial ao enfrentamento da necessária qualificação para o trabalho. (Bomeny, 2014, p. 320).

Portanto, Manuel Dantas estava inserido nesse quadro de “homens de ação” e “políticos bacharéis” citado anteriormente pela socióloga Helena Bomeny, que não só escreveram sobre os rumos da educação

norte rio grandense, mas que pensaram em meios para a expansão do ensino em todo o estado, nos arranjos e mudanças sociais a partir da disseminação de valores civis e que tinham como intuito principal, homogeneizar as referências sociais do país em um discurso voltado para o progresso e civilidade.

Esse debate não passou despercebido pela pesquisadora Nísia Trindade Lima (2013) que, ao investigar acerca dos intelectuais brasileiros que pensaram o sertão, não deixou de elencar o papel da República neste processo. Segundo a autora:

Os primeiros anos da República foram palco de um expressivo movimento de valorização do sertão, seja enquanto espaço a ser incorporado ao esforço civilizatório das elites políticas do país, seja como referência da autenticidade nacional (Lima, 2013, p. 114).

Pensando a partir dessa discussão e da necessidade de Manuel Dantas em enquadrar o homem sertanejo a um projeto progressista, percebemos que as contrariedades entre sertão e litoral não eram incongruentes, mas sim passíveis de harmonização. E, neste caso, a educação converteu-se em um recurso que poderia incorporar o interior a um projeto de Brasil.

Por meio disso, as mensagens com discursos moralizantes e que seriam a partir de agora amplamente propagadas pelas escolas primárias, e no caso do sertão, pelas Escolas Rudimentares, continham a existência de diversas alegorias patrióticas e ufanistas que incentivavam a modelação desse homem sertanejo.

Ao analisarmos um artigo de Manuel Dantas, escrito na década de 1920, para a Revista *Pedagógium* de número 1, publicação feita pela associação de professores do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte, percebemos a insistência que este intelectual reforçava em se tratando da expansão da educação no interior do estado com o intuito de ampliar o quadro instrucional que já existia na época.

Em seu artigo, *Escolas Rudimentares*, de maio de 1921, o intelectual fez um levantamento de como os governos do Rio Grande do Norte já vinham se preocupando tanto com o combate a seca, quanto com a educação no estado, porém tentando resolver tais embaraços com os recursos que tinha. Segundo Manuel Dantas:

Duas ideias, no Rio Grande do Norte, não têm sofrido solução de continuidade da parte dos dirigentes, desde a proclamação na República o problema das secas e a instrução pública. A mensagem inicial do primeiro governador, Pedro Velho, e a última mensagem do atual governador, Antônio de Souza, reflectem a preocupação constante de dar combate á secca e elevar, por meio da instrução, o nível intelectual do povo (Dantas, 1921, p 32)

Nesta posição inicial, este intelectual ressaltou a falta de políticas públicas para a continuidade do combate à seca e ao analfabetismo. Mas, em seguida, advertiu a preocupação dos governadores quanto a estes problemas e que saídas poderiam tomar a fim de solucioná-los, ou seja, se não havia uma continuidade desses investimentos, não era por culpa dos governos republicanos, mas sim pelos poucos recursos que o Estado tinha para resolver dificuldades tão delicadas até então.

Por consequência, uma alternativa para o melhoramento e expansão da educação, se deu com a aprovação da Lei de número 471, de 1919²¹, que autorizava o governo a criar as Escolas Rudimentares em todos os povoados, o que beneficiaria lugares distantes do litoral quando o assunto era instrução pública.

Segundo Isabela Cristina Santos de Moraes (2018), em seu trabalho, *As representações do ensino público no artigo Escolas Rudimentares*, do intelectual já em análise, a pesquisadora faz uma análise minuciosa do texto já em discussão e aborda como este educador explicava o funcio-

²¹Para mais detalhes sobre essa lei, poderá ser encontrado em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/5911/4714>. Acesso em: 21 abr. 2021.

namento dessas instituições de ensino, bem como a sua distribuição no estado. Segundo a autora, Manuel Dantas:

Ressaltava ainda que o tempo reduzido do curso da Escola Rudimentar não representava a finalidade de um sistema particular de ensino, mas era o primeiro estágio do ensino geral. O aprendizado do aluno formado em escola rudimentar, que aprendia a ler, escrever e contar também estava habilitado a prosseguir com o aperfeiçoamento de seus estudos nos grupos escolares e escolas complementares (Morais, 2018, p. 9).

Como pôde ser visto, os cursos oferecidos pelas Escolas Rudimentares seriam como uma espécie de uma iniciação dos analfabetos na educação e que, após terem esse curso primário, eles poderiam prosseguir para os Grupos Escolares para fazerem um curso secundário com mais suporte e em instituições mais estruturadas.

Compreende-se, portanto, que a questão da educação e mais especificamente da alfabetização era ter menos dispêndio para que assim chegasse a um maior número de pessoas, o que confirma ainda Manuel Dantas, “se o estado não pode criar um grupo escolar em cada povoação, poderá criar uma escola rudimentar que funcione isoladamente, ministrando as primeiras noções do ensino primário, desanalfabetizando o povo” (Dantas, 1921, p. 34).

A fim de facilitar o processo de entendimento de como essas escolas e seus modelos de ensino aconteciam, na página a seguir temos uma tabela que se mostra bem didática para entendermos como esse empreendimento estava sendo articulado. Este material que também foi produzido pela autora Isabela Cristina, nos oferece uma distribuição das principais características dos níveis de ensino que poderiam estar sendo oferecidos no estado do Rio Grande do Norte, bem como a sua duração.

Assim, na modalidade de Escola Rudimentar podendo ela ser fixa ou mesmo ambulante, a duração do curso seria de dois anos e teríamos as disciplinas específicas neste processo de formação, ou seja, a ideia era

Tabela 1: Funcionamento das disciplinas que seriam ensinadas nas Escolas Rudimentares

Modalidade	Turno	Duração do curso	Disciplinas
Fixa	Noturna	2 anos	Leitura
Ambulante	Diurna		Escrita
Curso graduado			Contabilidade As 4 operações Ligeira noção de conhecimentos gerais e instrução cívica

Fonte: MORAIS, Isabela Cristina Santos de. As representações do ensino público no artigo “Escolas rudimentares” de Manoel Dantas. *Research Society and Development*, v. 7, n. 11, p. 1–14, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.17648/rsd-v7i11.397>.

que tivéssemos um processo instrucional curto, intenso, e que conseguisse de alguma forma alfabetizar mais pessoas em menos tempo.

A partir do que foi encontrado na documentação usada neste trabalho, em consonância com o quadro das disciplinas das Escolas Rudimentares apresentado acima, em Parelhas o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo vai privilegiar em suas instituições de alfabetização instaladas, disciplinas como: Aritmética, Língua Portuguesa e Instrução Cívica, que serão detalhadas em capítulos adiante.

Desta forma, couberam a estas instituições escolares, além da preocupação com o ensino da leitura e dos cálculos, uma educação voltada para os valores morais e cívicos que passaram a ser defendidos pelos governos republicanos na virada do século. “A intenção em materializar a escola expressou suas finalidades sociais, políticas e culturais, permeando um sentido de renovação e sua importância no projeto republicano” (Fernandes, 2018, p. 73).

Na esteira deste pensamento de expansão da educação no interior e, conseqüentemente, no Sertão, tínhamos também uma figura proeminente nesta temática, José Augusto Bezerra de Medeiros²². Caicoense,

²²Segundo Marta Maria de Araújo, em sua tese de doutorado intitulada José Augusto Bezerra de Medeiros — Vida, Educação, Política, a historiadora da educação faz um levantamento detalhado da participação do José Augusto nas contribuições dadas a educação do Rio Grande do Norte a partir dos seguintes pontos: A criação da Liga de Ensino no Rio Grande do Norte (1911), a Campanha de Alfabetização (1915 a 1923), a criação da ABE, Associação Brasileira de Educação, um sociedade

também fruto da geração formada no Recife, este intelectual teve um papel importante nas decisões tomadas em relação aos trâmites da alfabetização do Estado e do país.

José Augusto acabou exercendo vários mandatos como os de: governador em (1924 a 1927) e senador da República (1928 a 1930). Por meio disso, pôde não só fiscalizar e acompanhar as mudanças educacionais que ocorriam no país, assim como inserir o Rio Grande do Norte e o Seridó neste ambiente educacional que se alastrava pelo Brasil. Ao escrever sobre o sertão, este personagem ressaltou em seu relatório de mandato enquanto governador do estado:

De fato, não se compreende governo do povo pelo próprio povo, sem que a massa geral dos cidadãos tenha o espírito suficiente esclarecido para poder discernir o que é conveniente ao interesse público, para poder escolher dirigentes capazes e idôneos, e fiscaliza-los no exercício de suas funções. [...] Enquanto tiver na administração do Estado, tudo farei para manter as conquistas que nesse terreno já temos feito para ampliar ainda mais a ação do Poder Público, dando, pelo sua interferência direta ou indireta, às obras destinadas a instrução do povo a elasticidade que ellas devem ter até que possam abranger toda a população em idade escolar (Medeiros, 1924, p. 35).

Ao olharmos em termos de sertão, e nas práticas que eram aplicadas no que diz respeito às formas escusas com as quais os candidatos conseguiam seus votos em épocas de eleição, ou seja, aglutinadas ao famoso voto de cabresto²³, a preocupação de José Augusto era louvável, principalmente se pensarmos em algumas cidades seridoenses como Parelhas,

civil onde dava a qualquer cidadão o direito de participar e discutir assuntos ligados a educação, na reformar de instrução pública do Estado em 1924 a 1927, dentre outras participações.

²³Prática coercitiva praticada pelos grandes coronéis no Sertão, onde ocorriam ameaças aos seus trabalhadores caso eles não votassem no candidato que eles queriam.

que saiu da condição de vila e os seus eleitores precisavam agora de uma leitura de mundo que os conduzisse ao voto consciente.

Por meio disso, a alfabetização para este educador era um caminho também para uma formação social. Uma vez alfabetizados, os sertanejos se uniriam em prol do desenvolvimento do seu espaço de vivência, tornando-se assim contemporâneos às atividades do litoral e aos avanços do país.

Neste período, por mais que houvesse uma ocorrência de reformas educacionais²⁴ diferenciadas em alguns aspectos pelo Brasil, cada uma delas estava de acordo com as particularidades do local em que os projetos de ensino seriam implantados e expandidos, existiam elementos comuns entre o nacional, regional e o local. Os estados comungavam do mesmo ideal, isto é, sistematizar a escolarização das camadas populares.

Preocupando-se com essa organização do ensino, Juvenal Lamartine²⁵, sucessor de José Augusto ao exercer o cargo de governador do estado do Rio Grande do Norte a partir de 1928, ocupou-se de uma perspectiva de desenvolvimento educacional profícua no Seridó. Ao colocar o Rio Grande do Norte no rol das unidades administrativas que encabeçaram a campanha contra o analfabetismo, o governador não só assumiu uma responsabilidade e um protagonismo nesse processo, assim como definiu essa campanha como sendo um dos principais objetivos do governo republicano a nível estadual e nacional.

Estas questões ficam claras ao consultarmos os relatórios dos presidentes da província no período em que Juvenal assumiu o Estado. Em um dos seus relatórios, esse governador destacou que a expansão das

²⁴O educador Jorge Nagle nos assegura que entre os anos de 1920 a 1929, a instrução pública sofre diversas alterações tanto no Distrito Federal, quanto nos demais estados havendo não só o melhoramento das instituições escolares já existentes, como também a criação de novas escolas. Dentre essas reformas podemos citar algumas como as que ocorreram no Ceará (1922), em São Paulo com a Reforma Sampaio Dória (1920), no Rio Grande do Norte com José Augusto (1924 a 1927), a reforma Carneiro Leão em Pernambuco (1929), além de outros estados brasileiros.

²⁵Juvenal Lamartine foi governador do estado do Rio Grande do Norte na sucessão de José Augusto Bezerra de Medeiros a partir de 1928, mesmo período em o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo foi instalado.

escolas seria a única solução para que o problema do analfabetismo fosse resolvido no país.

O impulso outorgado à instrução pública, no Estado, pelos meus ilustres antecessores, continua a produzir os efeitos almeçados. O governo actual, por sua vez, prosseguindo na rota que se traçou, de amparo à educação, vê, com prazer, como aumenta o número de estabelecimentos educativos e como se aperfeiçoa cada vez mais o mecanismo da administração estadual incumbido de sua disseminação (Lamartine, 1928, p. 27–28).

Mais adiante, é possível conferir uma tabela detalhada com o aumento dessas escolas, bem como as tipologias das mesmas para os diversos públicos que seriam atendidos. Juntando-se o que discute o relatório do governador, percebemos não só quais eram as escolas que existiam no estado do Rio Grande do Norte em 1928, mas também o

Tabela 2: Quantidade de matrículas dos alunos por categorias de escolas por ano

Cathegorias de Escolas	1924	1925	1926	1927	1928	Dif. 1928
Escola de Pharmacia	10	5				
Atheneu	36	54	101	97	68	29
Escolas Normaes	147	164	146	154	161	7
Escola Profissional	68	56	57	62	76	14
Grupos Escolares	2.366	2.411	2.747	3.249	3.620	371
Escolas Reunidas	1.481	1.442	1.150	1.142	1.841	699
» Rudimentares	3.378	4.526	855	1.761	3.264	1.503
» Subvencionadas	3.732	4.995	2.955	2.708	3.407	699
» Federadas		336			513	
» Municipaes					1.316	
» não subvencionadas		5.572			6.587	
Totaes	11.215	20.563	2.991	9.161	20.853	3.293

Fonte: Relatório do presidente de província Juvenal Lamartine, 1928, p. 28. Disponível em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/181#?c=0&m=113&s=0&cv=22&r=0&xywh=1278%2C0%2C4714%2C3326>. Acesso em: 26 mai. 2020.

número de matriculados que, mesmo oscilando em alguns momentos, é perceptível o aumento destes em algumas categorias.

No caso das chamadas Escolas Rudimentares, que serão analisadas a *posteriori*, é possível compreender um aumento considerável nas matrículas de alunos em relação ao ano anterior em 1927 onde se tinha 1.761 discentes matriculados, mas já em 1928 o salto de matrículas é de 3.264.

As informações obtidas no quadro anterior, podem ser evidenciadas também pelo historiador Anderson Dantas da Silva Brito, em seu trabalho dissertativo intitulado: *Em nome (s) dos interesses: imaginários toponímicos do Rio Grande do Norte na Primeira República* (2012), onde esse autor destacou a importância dos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros e do seu sucessor Juvenal Lamartine no setor educacional norte-rio-grandense. Diante disso:

A educação estadual, assim como ocorreu no governo de José Augusto, também foi objeto de atenção do seu sucessor. Durante os quase três anos de governo de Juvenal Lamartine, apresentam-se números que indicavam um considerável crescimento no quantitativo geral de matriculados. De 17.560 alunos no ano de 1927, o último da administração de José Augusto, passou a 31.987 matriculados, com frequência média de 82% no ano de 1930, o último do interrompido governo de Juvenal Lamartine. Fato este creditado diretamente ao empenho de ambos na criação de escolas rudimentares em quase todos os municípios do estado. (Brito, 241, p. 2012)

Esse aumento deve-se ao fato de que, na década de 1920, a escolarização tornou-se um dos principais instrumentos referente ao progresso social do país e vai impulsionar a participação em que a “União procurasse intervir no problema da disseminação da escola primária, por meio de acordos com os estados” (Nagle, 2010, p. 143).

Além disso, o empenho dos dois governadores em investir na expansão das escolas no estado também foi sentido em Parelhas já que, com o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, aprofundado na

segunda parte deste trabalho, houve a criação de cinco escolas rudimentares na Zona Rural desse município.

A partir dessas considerações, no mesmo relatório em que foram apresentados o aumento da matrícula dos alunos nas escolas, o governador Juvenal Lamartine ainda destacou o papel dos municípios no dever de fornecer o suporte para a expansão do ensino. Neste momento, o político detalha a função que as cidades teriam, ou seja, quais eram as suas respectivas atribuições na difusão do ensino primário, seja urbano ou rural. Assim:

[...] crear institutos profissionais, escolas domesticas, cursos normaes, escolas primarias para anlaphabetos adultos e para anormaes e retardados, escolas para o ensino agrícola e profissional, seja nos campos ou nas cidades; cabe aos municípios a atribuição não menos louvável e patriótica de auxiliar a difusão do ensino primário e rural, de organizar bibliotecas publicas e de tornar o ensino obrigatório, onde haja escolas e professorado abundantes, nos limites de cada circunscrição municipal (Lamartine, 1928, p. 23).

A montagem desta estrutura educacional atrelada a esse regime de colaboração já acobertava a expansão do ensino. Com isso, a ampliação dessa rede educacional no estado do Rio Grande do Norte, assim como a diversificação dos modelos de instrução interferiu diretamente no aumento desses alunos já que, como assegurou o governador, “o numero total de alunos matriculados no Estado, em 1928, atingiu o total de 20.853, acusando uma diferença para mais, em comparação com o ano anterior, 3.293 matriculados” (Lamartine, 1928, p. 23).

Com essa rede de influência constituída por esses três nomes supracitados da educação no Estado, o projeto de alfabetização de Florêncio Luciano encontrava-se em um ambiente propício aos incentivos à instalação de escolas em seu município. Ocorreu então, o desenvolvimento de uma rede de influências que interferiu diretamente no ensino parelhense.

A partir disso, tínhamos a formação de *microclimas* pensantes que funcionavam como locais de “movimentos de ideias, no sentido das posições tomadas, os debates suscitados e as cisões advindas”. (Sirinelli, 1996, p. 248–249). Esses microclimas, aqui problematizados à luz das discussões do historiador Sirinelli, nos ajudam a compreender como esses contatos eram feitos, a importância de Jornais como O Povo e a revista *Pedagogium* e, conseqüentemente, dos Relatórios dos governadores que mostravam os ideais e alcances dos desejos que cada um tinha para a educação do Rio Grande do Norte.

Entendemos então, que a atuação de políticos intelectuais como Manuel Dantas e José Augusto Bezerra de Medeiros pensando na expansão do ensino no sertão do Seridó, bem como Juvenal Lamartine e Florêncio Luciano articulando a organização burocrática da instalação das escolas, faz com que enxerguemos esses sujeitos enquanto mediadores culturais ou atores sociais que assumiram uma posição de destaque no microclima pedagógico que estava sendo instituído naquele momento.

Baseando-se ainda em Sirinelli (2003), é importante que compreendamos a atuação desses intelectuais pensando nas modificações da vida na cidade e, neste caso, a educação era uma das principais preocupações, bem como na função que cada um exercia na vida pública. Logo, “o meio intelectual constitui, ao menos para seu núcleo central, um pequeno ‘mundo estreito’, onde os laços se atam, por exemplo, em torno da redação de uma revista ou do conselho editorial de uma editora”. (Sirinelli, 2003, p. 248).

Para além da organização do ensino, a República em seu modelo político descentralizado, também precisava do retorno de informações necessárias ao funcionamento harmônico de suas instituições. E, é característico desse período, as primeiras tentativas, segundo Saviani (2005), de organizar a escola de forma terceirizada, mas de maneira sistemática e legal pensando à formação do homem moderno entre 1929 a 1930.

Neste momento, a questão de análise foi examinar como se deu a movimentação de interiorização de todo esse aparato pedagógico, e como tudo isso instigou na composição da figura de um personagem dividido entre seus ideais e os interesses voltados ao bem comum.

O interesse é, na modernidade, um princípio de ação que conduz o homem na esfera individual ou na esfera coletiva. No âmbito individual, trata-se de um momento de subjetividade em que o sujeito realiza um cálculo racional para que o seu agir resulte na satisfação de suas necessidades e dos seus desejos. No âmbito coletivo, é um momento de individualidade em que o sujeito realiza uma escolha racional no contexto do espaço público (Lima, 2019, p. 173).

O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo nasceu em um período de ebulição educacional no Brasil. Resta-nos saber, o que levou Florêncio Luciano, um dos fundadores do Partido Republicano de Parelhas, a se constituir enquanto um homem da educação partir do interesse em criar um plano de alfabetização, e como o seu projeto impactou a dinâmica de um coletivo e gerou uma rede de contatos e diálogos profícuos com mais alguns intelectuais da educação do nosso Estado.

Dessa maneira, no último tópico dessa primeira parte desta obra, nos preocupamo-nos em não fazer um levantamento biográfico do prefeito Florêncio Luciano, mas localizá-lo em sua formação, descendência e ideologias políticas, bem como analisar como se deu a construção desse personagem enquanto um “homem da educação”.

3. Florêncio Luciano: um homem a frente de seu tempo?

“Menina olhe, se a gente não estudasse! Como se diz: o negócio dele era que todo mundo estudasse. Menina vá estudar! Menino estude! Eu vou trazer professor fulano, professor sicrano, eu vou mandar os professores se aperfeiçoarem.”

— Valdecir Oliveira²⁶

A partir do momento em que iniciamos a constituição do acervo documental que compuseram esta de pesquisa, não foi raro encontrar em livros e revistas de escritores parelhenses que serão citados mais adiante, passagens que remontam a representação de Florêncio Luciano enquanto um personagem da educação.

Em um cartão entregue na missa de trigésimo dia de sua morte, por exemplo, a imagem deste líder político aparece relacionada à sala de aula, o que nos levou a acreditar que, dentre outras interpretações que possam existir, ser conhecido enquanto um homem da educação não estava distante deste indivíduo.

Esse fragmento de memória nos foi cedido para o uso neste trabalho por sua prima Valdecir Oliveira que, incentivada por esse parente, não

²⁶Dona Valdecir Oliveira nos concedeu essa entrevista em 30 de março de 2019, e aqui é interessante que se faça uma ressalva: ao recolhermos um relato de um familiar do personagem estudado, não estamos querendo promovê-lo ou descrevê-lo de maneira ufanista, já que a testemunha gravada descreve os predicados do seu primo Florêncio Luciano em relação as suas melhorias na educação de Parelhas. Porém, tivemos o cuidado de buscar em outras fontes, passagens que confirmassem a sua fala.

FLORÊNCIO LUCIANO: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO?

só prosseguiu em seus estudos, como também o viu engajando esforços no que se refere às mudanças da educação parelhense.

Figura 1: Lembrança da missa de trigésimo dia do Prefeito Florêncio Luciano



Fonte: pertence a Valdecir Oliveira.

A escolha do registro em que este político aparece em frente a uma escola e cercado de alunos, não foi definido de forma aleatória. Associar essa figura a um grupo de alunos partiu do interesse em aguçar na memória dos presentes naquela celebração, evocassem uma memória coletiva²⁷ acerca do papel que esse indivíduo desenvolveu a frente do ensino parelhense enquanto foi prefeito, ou ainda de sacralizar a imagem desse personagem dentro de uma *Mnemósine* da educação.

²⁷Nos apropriamos do termo Memória Coletiva, do sociólogo francês Maurice Halbwachs (2013), pois nos ajuda a pensar como a figura de Florêncio Luciano passou a ser relacionado pelos parelhenses, enquanto um homem da educação. Assim, ao torna-se um construtor de escolas, o prefeito constituía involuntariamente a sua imagem de homem da educação.

Isto posto, a verbalização deste personagem no uso do termo *iluminar*, remonta-nos a ideia de que Florêncio Luciano e a constituição seu projeto educativo seria o clarão que abriria os caminhos dos analfabetos que necessitavam da instrução. Por meio disso, ao fazermos uma associação do emprego dessa expressão, com o que foi abordado na Ata da quarta sessão de reunião da Comissão Central contra o analfabetismo no dia 9 de abril de 1929, em que seu relator associa a escola a um clarão da sabedoria,²⁸ temos: “(...) conduzidos ao pé do professor a escola (sic) enfim onde terão a luz que lhes iluminará até o fim de suas escrituras”. (Ata, 1929, p. 5).

A interlocutora Valdecir Oliveira ainda recordou que era intrínseco a Florêncio Luciano o papel de educador mesmo não tendo uma formação para essa função, pois era filho de fogueteiro e ao longo dos anos tornou-se agricultor. Mediante a isso, em seu testemunho temos:

Ele não foi um homem que estudou, não teve formatura. O pai dele era fogueteiro, José Luciano o nome dele. Lá no Boa Vista, ele vivia de fazer foguetão né?! E gostava muito de soltar foguetão, em festas de padroeiro e... não tinha nada sabe?! Eu sei que ele veio da banda da Boa Vista dos Lucianos²⁹ (Oliveira, 2019. min. 2: 42.)

Na medida em que a testemunha enfatiza esse discurso de que: “ele não tinha nada”, compreendemos que Florêncio Luciano, por mais que tivesse um papel de destaque por soltar foguetões³⁰ em celebrações reli-

²⁸Nesta ata, tendo como relator João Dantas Luciano, estava sendo discutidos os alcances que o Plano de Propaganda Contra o analfabetismo na cidade, e como a educação traria novas perspectivas.

²⁹A comunidade Boa Vista dos Lucianos fica na Zona Rural do município de Parelhas, próximo a Comunidade Quilombola Boa Vista dos Negros.

³⁰Segundo o historiador local Tertuliano Pereira, por ainda não ter telefone e rádio naquele período (início dos anos de 1920), os foguetões eram bastantes procurados pelos políticos para anunciarem as vitórias das suas eleições, bem como pelas entidades religiosas para anunciarem suas festas de padroeiro.

gias, ainda continuava sem ter “nada”, pois não tinha uma formação escolar ou mesmo acadêmica.

Ter um diploma naquele período era difícil não só do ponto de vista financeiro, mas também no que concerne ao deslocamento de um aspirante aos estudos mais aprofundados. Tinha que pertencer a uma família abastada e que desse condições a todo o processo estudantil.

Torna-se o “homem da educação” a partir do “nada”, foi preenchido na medida em que o prefeito passou a articular um desejo político do grupo a qual pertencia com uma expectativa individual de suprir a falta de alfabetização dos cidadãos da cidade que acabara de assumir.

O pesquisador local, Tertuliano Pereira Neto, ao falar sobre Florêncio Luciano em sua cartilha, *Memórias de Parelhas: resumo de vida e obras* (2016), reafirma o que foi dito pela prima desse político, e ainda aprofunda um pouco em relação a sua vida laboral. Segundo este pesquisador, ao longo dos anos, para além de fogueteiro este personagem também começou suas atividades na agricultura e pecuária, construiu a fazenda Maracujá e mais tarde tornou-se produtor de algodão e investiu em uma usina mecanizada para beneficiar o produto.

Este personagem nasceu na comunidade rural Boa Vista dos Lucianos, município de Parelhas, no dia 2 de novembro de 1894, era filho do agricultor e artífice de fogueteiro José Luciano³¹ e entrou na vida política em 1927 após o desligamento da cidade de Parelhas de Jardim de Seridó³². Tão logo assumiu essa função, decidiu criar um Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo com o intuito de inserir o recém-fundado município em um contexto das mudanças educacionais do país e do estado.

³¹Segundo o pesquisador local Tertuliano Pereira em seu folheto mensal; *Memórias de Parelhas: Resumo de Vida e Obras*, impresso pela gráfica Vilar em junho de 2018, empresa da cidade de Parelhas, José Luciano, pai de Florêncio Luciano era agricultor, mas se dedicava mais ao seu ofício de fogueteiro. “Os fogos eram utilizados para animarem eventos festivos cívicos e religiosos, além de servirem também para despertar a atenção das comunidades mais afastadas, onde poderiam ser ouvidos os estampidos dos famosos foguetões”.

³²Florêncio Luciano e seu pai José Luciano, eram donos da Fazenda Maracujá que fica nas proximidades da cidade de Parelhas.

Neste momento de apresentação da participação de Florêncio Luciano nos primeiros anos da educação parelhense, é interessante salientar que pelo o que foi encontrado na documentação e na bibliografia local, Florêncio Luciano diferente das figuras apresentadas no tópico anterior deste trabalho, bem como daquelas que serão elencadas mais adiante, não obteve uma formação universitária em Recife, e nem tampouco prosseguiu em seus primeiros estudos.

Segundo ainda aborda Tertuliano Pereira, este personagem dedicou-se em boa parte de sua juventude e fase adulta a projetos de agricultura e pecuária, e em seguida tornou-se um dos principais produtores de algodão do município de Parelhas, porém na tentativa de encontrar algum trecho da documentação em que aborda Florêncio Luciano enquanto um proprietário de uma indústria de beneficiamento de algodão, não encontramos nada a respeito. Entretanto, nos deparamos com uma lei de Número 17, de 7 de janeiro de 1930 com a seguinte abordagem:

Art. 1º — Os donos de estabelecimentos de beneficiar algodão são obrigados a observar o disposto no Art. 14 § único, da resolução n. 9, de 17 de junho de 1929, tanto a respeito da escrita como das inscrições em cada fardo referentes ao pêsso deste, seu número de ordem, iniciais do dono do algodão, marca, nome do município e legenda R. G. N.

Prefeitura Municipal de Parelhas, 7 de janeiro de 1930.

(Luciano, 1930, p. n.p)

De toda maneira, mesmo não conseguindo confirmar o protagonismo do prefeito Florêncio Luciano enquanto um investidor particular dos assuntos do algodão, o fato é que Parelhas, segundo a lei acima, tinha sua participação no setor algodoeiro na Primeira República, e todas as resoluções do seu beneficiamento e vendas passavam pelo crivo desse político.

Assim, estamos falando de uma figura que não pertencia a um *ethos* de formação intelectual em Recife, a exemplo de Manuel Dantas, José Augusto e Juvenal Lamartine citados no capítulo anterior. Porém, a partir do que nos foi oferecido na documentação do plano, aplica-se a entrada de Florêncio Luciano ao Partido Republicano Federal do Município de Parelhas, o início de um arranjo complexo que se formou a partir das vivências de um jogo político que tinha a intenção de criar um modelo de sociedade.

Logo, a comunicação e o seguimento de uma cartilha republicana em Parelhas, se deu a partir da relação desse político com as instituições do estado, permitiram a entrada da circulação de novas ideias e projetos. A educação, nesse caso, tinha o objetivo de garantir o sucesso do projeto republicano, ao mesmo passo que dava uma abonação ao político que a estivesse promovendo.

Ao dedicar-se a um projeto de ensino para Parelhas, Florêncio Luciano também estava atendendo a uma idealização política para o país. Ser republicano era colaborar com uma nova perspectiva de Brasil em que a educação se tornara um dos meios para a construção de uma nova ordem social. Desta maneira:

Compartilhando a intenção de intervir diretamente nos destinos da nação e de assumir os cargos e funções dirigentes da vida pública, eles pleiteavam a condição de portadores da vocação e da missão de “regenerar” o país; através do seu discurso reformador, contribuíram assim decisivamente para a legitimação do modelo de sociedade que então se implementava (Herschman; Kropf; Nunes, 1996, p. 9).

Nessa perspectiva, essa reminiscência criada pela marca de sua atuação no ensino, nos oportuniza a analisar a composição da persona “homem da educação” a partir dos seus desejos individuais, do mesmo modo que pensados para a coletividade. “A articulação entre os interesses e o bem comum nas sociedades modernas republicanas não se faz apenas como um produto da razão, mas também pela experiência

política de um povo”. (Lima, 2019, 176). Desta maneira, sendo um político republicano, este prefeito não pensaria em um projeto fora do contexto de formação política em que estava inserido, mas sim dentro das condições políticas que lhes eram propícias.

Os usos dados à associação de Florêncio Luciano enquanto “homem da educação” foi o que nos motivou a buscar nas fontes do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo e nos escritores parelhenses a origem dessa terminologia. Começando com o gesto de separar ou de unir informações que estão distribuídas de outras maneiras³³, assim começa o trabalho do historiador.

Outros autores parelhenses como Aldo Medeiros de Lima, Antônio Pereira de Macêdo e José Salvino Sobrinho³⁴, elencaram não só obras de Florêncio Luciano relacionadas ao serviço da educação, como o definiram enquanto um personagem importante na contribuição para com o desenvolvimento de escolas e formação de professores de Parelhas.

Neste sentido, o escritor Aldo Medeiros de Lima em seu livro *Ao sol com coragem* (2012), elencou este prefeito enquanto um construtor de escolas. Segundo este autor, até 1994, em seus diversos mandatos³⁵ na Prefeitura de Parelhas, Florêncio Luciano tinha construído ao todo 34 escolas tanto na zona urbana, quanto na zona rural do município.

Essas construções, também confirmadas pelo escritor José Salvino Sobrinho, em seu trabalho: *De Boqueirão da Serrota a Boqueirão de Parelhas — Serra e Terra do Acauã* (2012), onde este autor aborda que

³³No início da formação da paisagem de pesquisa, muitas informações que desatacavam Florêncio Luciano enquanto um “homem da educação” acabavam aparecendo. Porém, cumprindo o papel do historiador, a nossa primeira tarefa foi tentar buscar no cruzamento de fontes e bibliografias locais, os caminhos que levaram a composição deste adjetivo.

³⁴Autores parelhenses que sempre escreveram pequenas obras falando sobre a História de Parelhas. São livros pequenos recheados de informações cívicas e administrativas. E todos esses autores podem ser encontrados na Biblioteca Municipal Antônio Pereira de Macedo na cidade já elencada.

³⁵Florêncio Luciano foi prefeito de Parelhas por diversos mandatos. O primeiro que corresponde a instalação do plano se deu entre 1928 até 1930, já o seu segundo mandato entre 1937 até 1941, seguindo com terceiro entre 1943 até 1945 e finalizando sua atividade política com mais um entre 1953 até 1958.

por meio deste político, “aumentou o número de escolas construídas e funcionantes”. (Salvino Sobrinho, 2012, p. 74).

Vinculado a isso, ao consultarmos também uma das revistas importantes que circulou pela cidade durante as comemorações acerca da sua emancipação política intitulada, *Revista de Parelhas: A cidade, sua história, sua gente*, foi possível encontrar um pequeno relato de um autor desconhecido, em que faz uma associação deste personagem aos ideais de progresso pensados não só por este prefeito, mas também pela República. Em outras palavras: “foi prefeito de Parelhas durante três mandatos, desenvolvendo principalmente o setor educacional do município. Ele sempre foi pioneiro na implantação de várias práticas modernas” (Parelhense, 1977, n. p).

Chegamos ao entendimento que, por meio das perspectivas de avanço e desenvolvimento pensadas por Florêncio Luciano, a modernização pelo viés da educação partiu tanto de um interesse próprio, quanto de um desejo em atender também a um coletivo pensando no desenvolvimento do seu município. Para além dessas duas intervenções, havia ainda as interferências estaduais e nacionais em seu pensamento em que naquele momento:

A educação aparece como problemática obrigatória que deveria sensibilizar a opinião pública nacional com o intuito de republicanizar a República. Não por acaso, já que desde o final do século XIX ela era um dos temas da ordem do dia. (Nunes, 1996, p. 79)

A utilização do trocadilho “republicanizar a República” utilizado pela historiadora Clarice Nunes se constitui enquanto o principal requisito do pensamento educacional deste período, isto é, o que se precisava era ensinar aos cidadãos analfabetos o que era a República. Assim, uma vez entendendo a ordem vigente, sua população estaria com o pensamento alinhado aos planos de desenvolvimento do seu governo.

Ao elencar um projeto de alfabetização enquanto uma das alternativas de modernização em Parelhas, o prefeito pretendeu instrumenta-

lizar uma experiência política pensada naquele momento. O que nos leva a acreditar que, movido pelo interesse de finalmente tirar esse município dos seus arquétipos de vila, Florêncio Luciano faz da Propaganda Contra o Analfabetismo um dos vetores do seu desejo tanto individual, ou seja, enquanto um benemérito político e influenciado a partir do contexto e pelo partido que pertencia, quanto pensando no coletivo do ponto de vista de levar a educação aos cidadãos parelhenses e conseqüentemente promover o desenvolvimento geral de seu município.

A gênese desse interesse dual no progresso de Parelhas por parte do prefeito não era algo sem fundamento. Pensar nessa perspectiva era um dos objetivos cruciais do Partido Republicano que esse político ajudou a fundar em 4 de novembro de 1926 e que trazia consigo uma ótica de atualização e modernização das estruturas deixadas pela administração portuguesa.

Por essa razão, mesmo não sendo um intelectual formado em Recife, a influência para se constituir enquanto estruturação da persona homem da educação vem dos ideais do partido político que ele decidiu fazer parte, e conseqüentemente da rede de influência que Parelhas acabou recebendo por meio dos líderes do governo e da educação durante a Primeira República. Desta feita, o pensamento em prol da educação articulado por Florêncio Luciano é resultado dessas forças externas vindas para o sertão, e dos seus impulsos e paixões na composição de seu corpus político.

O Positivismo, explicado anteriormente, foi uma das correntes que influenciou diretamente os modelos de governos republicanos mostrando que “a elaboração de um imaginário é parte integrante da legitimação de qualquer regime político” (Carvalho, 1990. p. 10). Logo, a construção de tal imaginário tinha como prerrogativa o crivo da valorização da pátria que rompesse de vez com os laços e modelos da monarquia, além de promotora das transformações urbanas e sociais adequando-se a um projeto de modernidade, ondem e progressos. “Com a Proclamação da República, a educação é difundida enquanto uma

estratégia de elevação dos “outros” à “condição idealmente necessária” para o exercício da cidadania (Ramalho; LEITE, 2020, p. 8).

Essa nova filosofia pensada a nível nacional, pôde ser encontrada no relatório de mandato de Florêncio Luciano apresentado na Câmara do município em 1930, referente à leitura anual das prestações de contas do ano anterior. Neste documento, antes mesmo de falar sobre os avanços da instrução pública em seu município, o prefeito já testemunhava desejos de progressos e civilidade para o seu município, evidenciando que:

Para levar avante as idéas germinadas no meu cérebro, as quaes eram promover o progresso dentro das esferas das nossas possibilidades, necessário foi promover o levantamento das nossas rendas, a arrecadação das mesmas, porque entendo ser a base essencial para promoverem-se os melhoramentos públicos reclamados pela evolução hodierna do nosso povo.

Nesta passagem, o prefeito não só projeta o desenvolvimento da sua cidade, como também já se prepara financeiramente para tal. Ao pensar na arrecadação de impostos como uma das saídas para promover o desenvolvimento público, Florêncio Luciano estava levantando o cabedal de sustentação das instituições que ele criaria em Parelhas, e a escola entrava como um desses investimentos. Ou seja, ao incentivar a arrecadação de impostos, o prefeito estava cumprindo com uma prerrogativa do governador Juvenal Lamartine. Isto posto, mais adiante o prefeito ainda assegurava:

Governar sem attritos foi e será sempre o meu ideal, não tolerando, porem, o desrespeito as nossas leis, porque, sem ellas não há ordem, e sem ordem não há progresso, e sem progresso não podemos evoluir, ficando estacionados, sem poder vencer as dificuldades oriundas da época que atravessamos, a qual é a marcha vertiginosa do aperfeiçoamento, e é a meta das nossas aspirações³⁶ (Luciano, 1930, p. 1).

Ao lermos esse testemunho do prefeito, percebemos uma reação em cadeia por meio de sua fala. Para Florêncio as leis seriam o princípio de toda e qualquer organização e melhoramento do município. Assim, na medida em que todos estivessem cientes das leis que, seriam ensinadas por meio do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, a ordem seria estabelecida e, por meio dessa harmonização das normas vigentes, Parelhas entraria naquilo que ele nomeia enquanto a “marcha vertiginosa do aperfeiçoamento”.

O cumprimento das leis era a condição principal para alcançar a ordem e o progresso. A preparação deste homem que deveria ser civilizado e evoluído, seria forjada a partir da educação que se constituiria assim enquanto a saída ideal e detentora das metodologias para afinar, propagar e facilitar a difusão da ordem e civilidade pensada pelos republicanos. Dessa maneira:

Ele não poderia ser feito por meio do discurso, inacessível a um público com baixo nível de educação formal. Ele teria de ser feito mediante sinais mais universais, de leitura mais fácil, como as imagens, as alegorias, os símbolos, os mitos (Carvalho, 1990, p. 10).

Por meio disso, para vencer as dificuldades encontradas na implementação deste processo que era *republicanizar a República*, a educação apresentada pelas Escolas Rudimentares que traria uma prática pedagógica simples, de leitura mais fácil e imediata, seria uma alternativa nesta “marcha vertiginosa do aperfeiçoamento”, como relata o próprio Florêncio Luciano, para que o cidadão parelhense não só aprendesse as leis, mas também as respeitasse.

Neste sentido, esses sinais universais discutidos por José Murilo de Carvalho serão examinados nas atividades que continham os símbolos da bandeira e a explicação do Hino nacional, na organização de uma

³⁶Relatório Municipal referente ao exercício de 1929, apresentado no dia 7 de janeiro de 1930. O relatório se encontra na caixa “Diversos”, onde contém documentos misturados que vão de 1930 até 1929.

festa para que as escolas celebrassem o dia 15 de novembro, dia da Proclamação da República, na escrita de textos falando sobre a seca ou traduções de textos em francês, e nas demais atividades realizadas pelo plano em sala de aula.

As perspectivas alimentadas e realizadas pelo prefeito correspondiam a um retrato de um país delineado ao longo dos anos 20 e 30, mas que já vinha surgindo em fins do século XIX a partir dos valores e modelos de sociedade que uma elite vigente queria empregar. Esse grupo social era composto por brasileiros que tinham uma formação em Portugal por meio da Universidade de Coimbra e que com o processo de transição do Império para a República, “foi responsável direta pela manutenção do território nacional já que seu objetivo principal era a manutenção geográfica e a constituição do ‘estado nacional’ e não a implantação do liberalismo democrático” (Pase, 2006, p. 98)³⁷.

Ao deixar claro que a organização cidadina precisava de ordem, e que sem ela não haveria progresso e evolução, o Prefeito Florêncio Luciano estava em sintonia com um projeto de Brasil que já vinha se esquematizando nas grandes capitais.

Desse modo, é perceptível a relação das ideias aguçadas por Florêncio Luciano acerca do progresso parelhense com as vertentes do desenvolvimento que imperavam no Brasil naquele período. A preocupação não só dos líderes políticos a nível nacional, como também do político aqui elencado, era disseminar esses ideais pela população. Sendo assim, a educação se tornou a peça fundamental para emoldurar aos analfabetos a corrente do desenvolvimento e progresso deste país.

Todo esse processo é compreensível quando ao citar o seu plano de educação no relatório que vem sendo analisado, o prefeito conseguiu demonstrar satisfação para o que vinha ocorrendo na educação desta

³⁷Em seu artigo A Formação da Elite na Primeira República, o filósofo Hemerson Luiz Pase discute a formação da elite nos primeiros 30 anos que compuseram a fase inicial da República. Neste trabalho, tanto ele discutiu acerca da formação do que ele chama de uma “elite de bacharéis” em Coimbra, Portugal, bem como posteriormente na Faculdade de Direito do Recife e a mudança de pensamento no que concerne a um novo projeto de Brasil.

localidade até então e como isso levaria os cidadãos atendidos por seu projeto a uma nova perspectiva de vida.

Por meio disso, ao falar sobre o seu projeto educativo, o líder político faz um pequeno balanço do que foi o seu plano contra o analfabetismo e, em números, destaca os seus primeiros avanços na educação.

Com a propaganda contra o analfabetismo, que levei avante no município, contando com a colaboração do povo em geral de minha terra, consegui elevar a matrícula nas escolas estaduais e municipais para mais de 600 alunos. [...] Instruir é educar, e sem educação não podemos ingressar no caminho da civilização, pois é um dos requisitos indispensáveis ao homem civilizado- saber ler e escrever (Luciano, 1929, n.p)

Diante disso, entende-se que o prefeito Florêncio Luciano convoca para a sua discussão a ideia de civilização, de instrução e de consequente a educação enquanto uma saída para um novo modelo de sociedade, e tudo isso seria ampliado e praticado por meio da propaganda incentivada pelo seu projeto educativo.

Outro exemplo que podemos convocar ainda neste mesmo documento refere-se à realização de uma festa cívica escolar alusiva ao dia 15 de novembro e das expectativas geradas sobre o futuro do município de Parelhas.

Tive a idéia, e levei a efeito com o fim exclusivamente de incentivar cada vez mais o ensino no município, promover uma festa cívica-escolar no dia 15 de Novembro passado, data da proclamação da Republica, reunindo nesta cidade, 505 alunos, devidamente uniformizados. (...) Assim, na manhã daquele dia, Parelhas assistiu um dos mais soberbos espetáculos, vendo desfilar em passeata cívica, uniformizada e em ordem a mocidade esperançosa de nossa terra, cuja festividade deixou um marco na história de Parelhas (Luciano, 1929, n.p)

O planejamento desse evento, seguia um aparelhamento distribuído desde a existência de uma comissão de organização encarregada para essa festa que contou com um total de 19 pessoas, entre elas participantes das comissões contra o analfabetismo, professores, funcionários da prefeitura e até mesmo a esposa do prefeito Florêncio Luciano, Dona Francisca Luciano³⁸, bem como uma Comissão Fiscalizadora composta pelo próprio Florêncio Luciano, Laurentino Beserra e Pedro Cândido.

Neste sentido, a partir do que foi analisado, além de uma Missa campal, nos deparamos na documentação do plano, com uma tabela referente a uma Formatura dos alunos das escolas Estaduais e Municipais, no dia 15 de novembro de 1929, com a seguinte descrição:

Tabela 3: Número alunos se formando nas escolas estaduais e municipais de Parelhas (nov. 1929)

Escola	N. alunos
Grupo Escolar “Barão do Rio Branco”	152
Escola Estadual de Equador	50
Escola Municipal de Joaseiro	81
Escola Municipal de Carnanúba	55
Escola Municipal de Vazantes	65
Escola Municipal de Quintos	53
Escola Municipal Boa-Vista	50
	Total
	506

Fonte: elaborado pela autora.

Antes de iniciarmos a análise dessa tabela, é interessante deixar claro que, a cidade de Equador³⁹, pertencia ao município de Parelhas

³⁸A comissão encarregada era composta pelos Diretores: Sargento Ranulpho Correia e Dona Francisca Luciano, esposa do prefeito, e ainda por Manuel Virgílio, Ovídio Dantas, Severino Abreu, Cícero Jacinto, Severino Dantas, Severino Costa, Domingos Macedo, Antônio dos Santos, Joaquim Araújo, Joannita Macedo, Waldemira Macedo, Fifi Araújo, Severina Araújo Silva, Elvira Passos, Alba Máximo, Isaura Costa, Dolores Duarte, Lília Dantas, Irene Pinheiro e Sebastiana Damasceno.

³⁹A cidade de Equador tornou-se emancipada de Parelhas a partir de 1962. Essa informação está disponível em: <https://www.equador.rn.gov.br/portal/a-cidade/historia>. Acesso em: 23 jun. 2019.

no final dos anos de 1920. Outra questão, na descrição da festa cívica, Florêncio Luciano fala na quantidade de 505 alunos, porém na tabela encontrada e consequentemente detalhada, tínhamos a presença de 506 alunos nesse evento, assim não sabemos se foi um erro de digitação ou mesmo do prefeito em sua explanação.

Porém, o mais importante da análise desse trecho da documentação, é o aparecimento da palavra *formatura* no sentido da finalização de um ciclo de escolarização, questão essa que fazia total sentido se pensarmos no Grupo Escolar Barão do Rio Branco que já existia em Parelhas desde 1907. Porém, acreditamos que as escolas rudimentares atreladas ao Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo participaram dessa atividade expressando as transformações que o ensino parelhense vivenciou nesse período.

Com a escola sendo apresentada a rua por meio dessa festa cívica, Florêncio Luciano ostentava um projeto pessoal e político que tinha posto em prática, e ainda fazia um chamamento ao município para que este se convertesse aos novos rituais de progresso que estavam sendo impostos. Assim, a “*mocidade esperançosa*” mais do que um modelo que estava sendo criado, era também propagadora de um novo protótipo de sociedade.

Ao destacar que teve a ideia de promover uma festa cívica e usar os alunos das Escolas Rudimentares enquanto personagens na teatralização de um dos seus projetos no seu primeiro mandato enquanto prefeito de Parelhas, Florêncio Luciano credita na juventude os investimentos necessários para o ordenamento e a uniformidade para os ideais da pátria.

Essa ocasião, pode ser materializada nas fotografias dos alunos dos professores Simião Oliveira e Izabel em 1929, em que as turmas aparecem na realização desse evento. Para além da passagem do gado e da troca de mercadorias na feira, Parelhas agora intensificava uma outra possibilidade para o seu desenvolvimento. Ao buscar formar crianças e jovens na perspectiva educacional proposta pela República, Florêncio

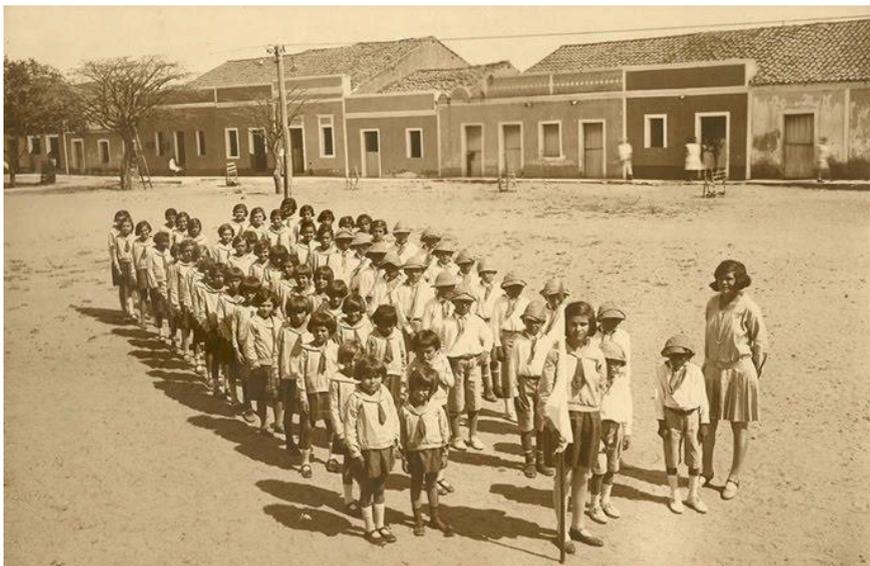
FLORÊNCIO LUCIANO: UM HOMEM A FRENTE DE SEU TEMPO?

Figura 2: Turma do professor Simião de Oliveira Mello, em 1929



Fonte: Arquivo particular do historiador local Tertuliano Pereira.

Figura 3: Turma da professora Izabel, em 1929



Fonte: Arquivo particular do Senhor Tertuliano Pereira.

Luciano também estava preparando a sua mocidade nos ideais modernizantes que eram intensificados por todo o país.

Nos corpos, deparamo-nos com posturas e simbologias atreladas ao uso do fardamento e da bandeira, simbolizando o respeito e a admiração pela República. Nos estudantes, encontramos a busca pelo progresso e o desenvolvimento, abaixo, a terra batida e a pouca estrutura. De um lado, professor e crianças com outra perspectiva de cidade, ao fundo, poucas casas e um cenário urbano que ainda carrega aspectos de um ambiente rural, mas que naquele momento estava presenciando novos ritos de sociabilidades vindos da educação.

Este percurso educativo almejado pelo plano tinha que cumprir as expectativas de quem o criou. Não era de se estranhar, por exemplo, que a principal função de todas as comissões de alfabetização criadas era de fiscalizá-lo. Porém, a proposta de Florêncio Luciano pertencia a uma rede pedagógica maior, a um projeto de Brasil.

Tudo isso só foi possível graças a uma *Rede de Sociabilidades*, pensada neste trabalho, à luz das contribuições trazidas por Sirineli (2003). Ao inserir Parelhas em um plano de ensino macro, Florêncio Luciano tornou-se um agente político, dinâmico e paciente nas relações estabelecidas pelos contatos e contribuições trazidos pelo governo do estado e seus funcionários da educação e fiscalização. Assim:

Esses sujeitos não podem ser pensados enquanto um segmento social em posição de extraterritorialidade, mesmo que, para efeito de análise, seja legítimo isolá-los, mas, é preciso compreendê-los como parte integrante dos arranjos políticos da época: “[...] ligados à sociedade que os rodeias e são precisamente esses laços, especialmente políticos, que lhes conferem uma identidade” (Sirinelli, 1998, p. 264).

Para este momento, é interessante que pensemos esses personagens a partir dos encadeamentos políticos do seu tempo, pois eram sujeitos atuantes na dinâmica das instalações e manutenções das questões

educacionais no Rio Grande do Norte e frutos dos ideais republicanos aguçados no início do século XX.

Tudo isso será detalhado na próxima parte deste trabalho, pois ao dividirmos a análise da documentação do plano na demarcação dos locais e das crianças e jovens que precisavam ser alfabetizados, passando pela instalação e ampliação da rede de ensino do município, e ainda nos processos de fiscalizações e vistorias realizados pelo Departamento de Educação de Natal, conseguimos desatar os nós que estavam presentes nessa rede de contatos e de trocas pedagógicas que foi o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo.

Parte II

Demarcar, educar, fiscalizar: a cartografia educacional parelhense e a busca por um sertão letrado

4. O sertão das velhas práticas e as anúncias de um tempo vindouro

A partir do que foi discutido na primeira parte desse trabalho, no final da década de 1920, parte do estado do Rio Grande do Norte já vivia seu otimismo pedagógico em relação ao crescimento de suas escolas. Porém, a necessidade de expansão acabou fazendo com que modelos de educação de baixo custo, constituídos de metodologias instrucionais rápidas e que eliminassem o analfabetismo, passou a fazer parte do espaço sertanejo.

Em Parelhas, o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, elencava para além do seu objetivo de alfabetização, também uma organização e controle sobre os personagens que o compuseram. Neste sentido, esta segunda divisão do trabalho compreende: apresentar o que foi a idealização deste projeto educacional, sua organização, e ainda como os mapas de frequência e os recenseamentos realizados no município e nas comunidades rurais instituíram uma *cartografia educacional* pensada em diálogo com o nacional e que naquele período já vinha se inserindo no Seridó norte-rio-grandense.

Desse modo, usamos o termo cartografia educacional, pois compreendemos, que na medida em que este projeto avançava pela zona urbana, e principalmente na zona rural de Parelhas, a paisagem geográfica do município ia sofrendo uma alteração, ou seja, com a expansão das Escolas Rudimentares criaram-se estratégias para chegar ao máximo de lugares em que o analfabetismo estivesse presente.

Isto posto, o território antes ligado só a agricultura e a pecuária, também se tornou um local de disseminação das letras e de construção de uma experiência educativa para o povo parelhense. “Experenciar

é aprender; significa atuar sobre o dado e criar a partir dele. O dado não pode ser conhecido em sua essência”. (Tuan, 1983, p. 10). Desse modo, para que se instalassem as escolas rudimentares, foi necessário demarcar aqueles que necessitavam dos seus serviços, além de vistoriá-los em seguida. Como bem discutiu o historiador YI-Fu Tuan, uma determinada realidade pode ser conhecida por meio do constructo de uma experiência.

Para que este plano lograsse o êxito desejado, foi necessário demarcar os lugares em que o analfabetismo atingia a população parelhense em sua maior força. Com isso, os processos de fiscalizações e consequentemente as comprovações estatísticas foram de fundamental importância, pois não só traziam um panorama geral de como se encontrava a educação em termos de instrução, como também ajudavam Florêncio Luciano a mapear os personagens desejosos de alfabetização.

Além disso, em alguns outros trechos da documentação do plano que serão evidenciados a posteriori, o analfabetismo será evidenciado como uma *maldita praga* presente no município, o que nos leva a problematizar que o seu acontecimento era visto como um verme instaurado na sociedade parelhense, precisando de um tratamento eficaz.

Demarcar era antes de tudo detectar os sintomas dessa “doença” que era o analfabetismo e a educação seria o remédio para sanar esta mazela. Conforme destaca a educadora Vanilda Pereira Paiva em seu trabalho Educação popular e *Educação de adultos: contribuição a história da educação brasileira* (1973), ao selecionar uma fala do membro da Academia de Medicina do Rio de Janeiro Miguel Couto⁴⁰, ela destaca:

⁴⁰Miguel Couto é considerado um dos médicos mais proeminentes do seu tempo. Além de ter ocupado o cargo de presidente da Academia nacional de Medicina em julho de 1914, cargo esse que ele exerceu até a sua morte, também se interessou pelos problemas da educação brasileira na Primeira República participando de várias conferências onde defendia e chegou a obter a obrigatoriedade do emprego de 10% da renda federal na instrução pública. Para um maior aprofundamento da biografia desse médico, indica-se a pesquisa disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/miguel-de-oliveira-couto>. Acesso em: 25 mai. 2021.

o analfabetismo não é só um fator considerável na etiologia geral das doenças, senão uma verdadeira doença, e das mais graves. Vencido na luta pela vida, nem necessidades nem ambições, o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda idéia de progresso, entrevendo sempre, na prosperidade dos que vencem pela inteligência cultivada, um roubo, uma extorsão, uma injustiça. Tal a saúde da alma, assim a do corpo; sofre e faz sofrer; pela incúria contrai doenças e pelo abandono as contágia e perpetua. [...] (Miguel Couto *in* Prado, 1922, p. 181–182 *apud* Paiva, 1973, p. 99).

Neste sentido, ao ser considerada uma doença, e das mais graves, o analfabetismo se colocava enquanto um empecilho aos avanços do progresso do país. O cidadão ao não ter a ambição por aprender e nem a necessidade de conhecer as letras, conseqüentemente não teria a sagacidade de contribuir com o desenvolvimento do seu espaço de vivência. Porém, é necessário que tenhamos ideia dos alcances e efeitos que este plano de alfabetização trouxe para além do seu principal objetivo que era o de instruir.

Por fim, o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo interferiu direta e indiretamente nas mudanças físicas e sociais da cidade de Parelhas no final dos anos de 1920 e passa agora a ser detalhado a partir de três grandes perspectivas: na identificação dos analfabetos, ou seja, uma diagnose inicial; a construção das Escolas Rudimentares na Zona Rural e ainda nos processos de fiscalizações realizados pelos Departamentos de Educação e Fiscalização do Estado Rio Grande do Norte.

5. Demarcar para letrar: a cartografia educacional do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo

Em ligeiras palavras, o senhor presidente se congratula pela feliz escolha do senhor Prefeito Municipal sabendo tão bem distinguir entre tantos filhos desta nobre terra ora presentes, foram os escolhidos para missão mais nobilitante de que se é possível ser membro a que abrindo aos pobres cegos da luz divina do saber, a brecha por onde se infiltrará a corrente sublime da ilustração, encaminhada pela fenda reta da sabedoria, a horizontes sonhadamente vislumbrados.

— Ata da Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo, 5 de abril de 1929

Em 1929, o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo estava em ascensão. O trecho da ata de abertura desta narrativa não só contextualiza uma reunião de alguns integrantes deste plano, assim como dimensiona o que estava ocorrendo naquele momento na educação parelhense.

Esse trecho inicial faz parte de um agregado documental que se constituiu no processo de pesquisa enquanto as fontes desse trabalho. Assim, a leitura desse acervo foi feita inicialmente pelas Atas das reuniões do plano educativo, seguindo os testemunhos em que eram citados nos recenseamentos, os personagens nomeados em decretos, leis de criação das Escolas Rudimentares no município de Parelhas, bem como os pedidos de retorno da frequência dos alunos nas instituições escolares. Por meio disso, buscou-se entre as caixas do Arquivo Público Municipal de Parelhas, os demais elementos que confirmassem, ou des-

sem um direcionamento para entendermos do que se tratava o projeto de educação pensado na primeira gestão de Florêncio Luciano.

E o que foi esse plano? O mesmo consistiu em uma proposta de eliminação do analfabetismo presente no município de Parelhas e criou uma série de artifícios para que os seus objetivos fossem concretizados. Desta forma, podemos dividir em três categorias a estrutura utilizada por esse projeto educativo no desenrolar do seu processo, são elas: as criações das Comissões Urbana, Rural e Central contra o analfabetismo que teve um importante papel para demarcar os sujeitos que foram alfabetizados; a criação das escolas e contratação de professores enquanto uma logística do plano propriamente dito assim como as atividades pedagógicas realizadas; e as instituições que passaram a fiscalizar o desenvolvimento desse plano.

A sua estrutura ao mesmo tempo em que era pensada e problematizada nas atas das reuniões de suas comissões, era também montada nas instalações das suas escolas rudimentares e toda a estrutura pedagógica, bem como a fiscalização dos alunos, pedidos de materiais escolares e, finalmente, a confecção dos relatórios enviados para Natal em que eram caracterizados os alunos e a assiduidade deles nas escolas do plano.

A educação era um caminho importante, pois não só estaria eliminando um mal como o analfabetismo que estava presente no país e no contexto espacial pesquisado, como também ajudou na transmissão de novos conhecimentos aos cidadãos, na internalização de novos valores, na composição e formação do caráter do habitante do município, a sua moralidade, além dos sentimentos patrióticos enquanto constituintes de uma identidade nacional. Deste modo:

Mergulhado em altas taxas de analfabetismo que beiravam os 80% no início do século XX, o Brasil necessitava ampliar o número de vagas nas escolas, contratar professores, diretores e construir escolas, criar um ministério voltado para a questão educacional e acionar intelectuais qualificados para erradicar uma das vergonhas nacionais: o analfabetismo. (Buriti, 2004, p. 3).

Logo, a montagem e o investimento de uma estrutura a fim de fazer do homem brasileiro referência aos símbolos pátrios, moderno e que ajudassem a construir uma sociedade aos moldes europeus, assim como os principais líderes republicanos haviam se inspirado, arquitetava-se ainda a uma nova imagem do homem sertanejo não mais aquela ligada à agricultura ou ao algodão que já estava em expansão no início dos anos de 1920, mas um homem estudado e atento às mudanças do seu tempo⁴¹.

A lei municipal que corresponde à instalação deste plano educativo, relaciona-se ao artigo 18, letra b, da Lei de número 7, de 26 de setembro de 1928. Todavia, a expansão deste empreendimento se deu a partir do ano de 1929 quando ocorriam as articulações e determinações relacionadas à ampliação da educação no município por meio da criação das Comissões Central, Urbana e Rural contra o analfabetismo, acompanhando também a expansão da educação a nível estadual⁴².

Logo, todo este caminho não era algo gerenciado somente pela prefeitura municipal. A logística educacional imbuída desse ideal de expansão e modernização do sertão por meio da educação, vinha sendo instalada a partir de um processo de demarcação do espaço e dos integrantes a serem alfabetizados, na fiscalização das aulas, bem como no acompanhamento regular dos alunos por intermédio do governo do Estado do Rio Grande do Norte.

Neste sentido, o trabalho em prol do fim do analfabetismo na sociedade parelhense foi estruturado pela atuação destas comissões e da aplicação dos recenseamentos feitos por elas. Outra questão que podemos destacar também, foram as nomeações de professores e cria-

⁴¹O historiador Muirakytan Macêdo detalha em *A Penúltima Versão do Seridó* (2005) as discussões do educador Manuel Dantas acerca da necessidade de uma nova formação do homem seridoense, já que esta localidade vinha despontando em sua participação econômica por meio do algodão, como também do acesso aos ideais de progresso e civilidades vindos do Recife a partir dos membros da elite sertaneja que se formava em Direito e Medicina no contexto da Primeira República.

⁴²Algumas dissertações, teses e documentos sobre a expansão da educação no estado do Rio Grande do Norte podem ser encontrados em repositórios como Lahmed no site: <http://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/browse?type=author&value=estado+do+rio+grande+do+norte%2c+departamento+de+educa%c3%a7%c3%a3o>.

ções das Escolas Rudimentares que começaram a mudar as paisagens urbana e rural do município, além do próprio investimento público nas estruturas físicas e humanas em prol do funcionamento das escolas e da educação de forma geral.

Iniciando na trajetória do caminhar educativo do plano, serão elencados neste momento, parte da documentação pesquisada no que se refere às atas das reuniões dos membros do projeto alfabetizador, escritas no mesmo período em que o projeto educativo estava sendo aplicado em Parelhas.

Neste material, para além das informações que se referem às discussões dos membros das comissões sobre os recenseamentos e matrículas, da preocupação com a permanência dos alunos na escola, bem como os detalhes sobre os prejuízos causados à população atrelados ao analfabetismo, foi possível verificar os desejos e amabilidades que os integrantes do plano se referiram sobre o destino educacional de Parelhas.

Em um dos trechos analisados na ata da reunião do dia 9 de abril de 1929, extraímos a seguinte assertiva:

(...) lançou um apelo veemente a todos os filhos desta terra e principalmente aos membros da Comissão Rural, no sentido de que fosse iniciada uma campanha tenaz a maldita pragado analfabetismo primário competindo a elles membros da Comissão Rural lançarem mãos de todos os meios aos seus alcances, estimulando, auxiliando, convencendo os pais e meninos da superior idade incalculável no homem que sabe ler para o analfabeto. (Ata, 1929).

Como é possível verificar no fragmento acima, a preocupação dos participantes desta empreitada educativa tinha um tom de urgência e desespero em sanar o que eles chamavam de uma maldita praga que era o analfabetismo. A associação da falta de instrução com uma praga a ser expurgada, está em consonância com o pensamento do médico Miguel Coutro, explorado na primeira parte deste trabalho, em que foi feito um paralelo do analfabetismo a uma doença que precisava ser tratada.

Mediante esse processo, após absorver um fluxo discursivo iniciado a nível nacional, o plano principia em Parelhas um diagnóstico para saber como estava a “saúde” educativa dos seus cidadãos. Após isso, começa a aplicar uma das injeções de tratamento para o fim dessa praga presente em seus cidadãos e busca derrubar esse obstáculo para o desenvolvimento do seu espaço. A medicação era a educação por meio do projeto educativo pensado no mandato de Florêncio Luciano.

Atrelado a isso, o convencimento e por conseguinte, a participação dos pais dos alunos nesta campanha era de fundamental importância, daí a ideia de propagandear a educação contra o analfabetismo, ou seja, uma vez que os pais dos alunos e demais cidadãos de Parelhas tivessem consciência da importância que era a alfabetização para seus filhos, mostrariam-se como mais um auxílio para disseminar o recurso na iminência de acabar com o analfabetismo.

Neste sentido, a tradição de um cotidiano voltado somente para a agricultura e as demais formas de manejo com a terra, em contraste com uma nova alternativa de vida que pudesse favorecer a inserção de novas práticas de sociabilidades e projetos que elevassem o município a mesma categoria de progresso em curso no país, foram um fator determinante para incorporar no discurso educativo o convencimento necessário para aqueles que, mesmo sendo pais dos alfabetizados também participassem indiretamente dessa mudança junto com os filhos.

Em razão disso, ao estimular, auxiliar e convencer os membros da comissão rural a sanarem o que eles chamavam de maldita praga, os integrantes da comissão central que compuseram a reunião, bem como a ata, discutiam os alcances que este projeto poderia levar para a zona rural e ainda a urgência em atender o maior número possível de analfabetos.

A partir disso, as comissões Rural, Central e Urbana contra o analfabetismo, foram sendo criadas concomitantemente a instalação do plano e tiveram como primeira função fazer os recenseamentos escolares, e numa segunda abordagem, levar as informações de como se encontravam a assiduidade dos alunos quando já estavam matriculados

em alguma instituição escolar. Era função delas levar a prefeitura um controle detalhado dos estudantes a serem ou que já estavam matriculados nas escolas rudimentares, bem como acompanhar a assiduidade dos docentes.

Neste trabalho de mapeamento, essas comissões anotavam em sua documentação o nome do futuro matriculado, onde havia nascido, sua idade, sua filiação, se pertencia a zona urbana ou rural, se estava matriculado em alguma escola e ainda se sabiam ler. Por meio disso, trata-se de 20 de março de 1929 a Portaria de número 20 que define a criação dessas juntas conforme pode ser visto a seguir:

O prefeito municipal de Parelhas, de acordo com o que lhe faculto o Art. 18, letra b, da Lei n. 7, de 26 de Setembro de 1928, resolve criar as comissões de propaganda contra o analfabetismo no município, sem ônus para os cofres municipais, designando-os: a primeira, “COMISSÃO CENTRAL” composta de três membros: Presidente, Vice-dito, e secretário; a segunda, “COMISSÃO URBANA”, compondo-se de dez membros, que se regerá pelas instruções e emanadas da Comissão Central, ficando diretamente subordinada a Prefeitura a qual receberá instruções.

Para além dessas duas comissões, também foi criada pela portaria de número 23, em 21 de março de 1929 a Comissão Rural contra o analfabetismo que tinha a mesma incumbência das duas comissões acima citadas, e era subordinada a Comissão Central contra o analfabetismo.

Entende-se, assim, que esses grupos eram a terceirização deste transcurso educativo. Atuando enquanto receptoras dos sujeitos a alfabetizar e posteriormente a fiscalizar, esses grupos desempenharam um papel crucial na *arte de governar*⁴³, contribuindo assim para que o

⁴³Ao trabalhar o conceito de Governamentabilidade, o Filósofo Michel Foucault em sua obra *Segurança, Território e População* (1978), convoca em seus estudos o que seriam as *Artes de Governar*, ou seja, o estado cria estratégias para dirigir o povo e suas instituições com o intuito de alcançar os seus objetivos. Neste caso, as comissões do

município obtivesse uma estrutura educacional específica e organizada, característica essa que facilitaria nas informações de cunho estatísticos que eram enviadas para o Departamento de Educação em Natal, como será visto mais adiante.

Além disso, é interessante ressaltar que o uso do termo propaganda nas titulações tanto do plano em si, quanto de suas comissões, pode ser problematizado na medida em que pensamos o emprego dessa expressão no sentido da disseminação de alguma ideia ou projeto. Neste caso, a ideia era propagandear ou intensificar uma proposta de educação que atraísse os cidadãos do município.

Neste sentido, estes grupos se desdobravam em diversos membros que, estando mais próximos aos analfabetos, passaram a demarcar e posteriormente a enunciar uma cartografia pedagógica no município de Parelhas por meio dos seus processos de caminhada. Ao nomear os membros dessas comissões, distribuimos por meio de três tabelas a seguir o local onde eles atuavam e suas identificações.

Tabela 4: Comissões das comunidades rurais de propaganda contra o analfabetismo, 1929

Localidade	Membros da comissão
Zona de Carnaúba	Antônio Edmundo Bezerra / Alonso Bezerra de Albuquerque / Frutuoso Meira de Vasconcellos / Vital Araújo
Boa-Vista	Amaro José Rodrigues / José Ferreira de Mello / José Florentino Roque / Severino Medeiros / Francisca Ponciana
Quintos	Antônio José de Lima / Tertuliano Pereira da Silva / João Manoel dos Santos / José Francisco de Oliveira / Francisco Clotildes de Oliveira / Manoel Cassiano de Lima / Manoel Silva / Sebastião Gomes dos Santos / Joaquim Norberto / João Severino

Continua

plano educativo aqui estudado tinham como função principal controlar e assegurar que os objetivos educacionais traçados por Florêncio Luciano em seu plano de gestão estavam sendo realizados. Logo, o controle e a disseminação da educação com os requisitos básicos para auxiliar na formação deste novo homem sertanejo seria uma das características dessa Arte de Governar o povo parelhense justaposta no Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo.

Localidade	Membros da comissão
Joazeiro	Luiz Gonzaga de Senna / Tertuliano Rodrigues da Silva / Benedicto José de Lima / Lucio Pereira da Silva / Luiz Marinho da Silva / João Manoel dos Santos / Amaro José da Silva / Pedro José da Silva
Vasantes	Cyrillo Santos / Joaquim Martiniano dos Santos / Ceridio Santos / Aprigio Passos / José Francisco de Araujo / Francisco Gregorio do Nascimento / Francisco Alexandre / Juvino Salustre / José Leopoldino de Mendonça / Libanio Galdino Bezerra / Joaquim Gondim da Silva / Gregorio Gondim da Silva / Francisco Antonio de Oliveira / Manoel José de Lima / José Joaquim Ferreira Lima / Maurício José Ferreira / Augusto Estanislau Dantas / Clemente Pereira de Castro / Francisca Eulália dos Santos / Nair Eulália dos Santos
Equador	Adaucto Fernandes de Oliveira / Evaristo da Costa Britto / Aristheu de Farias Castro / Manoel Balduino Guedes / Pedro Autran de Araújo Aguiar / José Baptista de Azevedo / Augusto Alves da Nobrega / Manoel Justino Bezerra

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações contidas na Portaria de número 31 de 1929 que se encontra no livro *Portarias de 1929 a 1933*.

Tabela 5: Comissão urbana e central de propaganda contra o analfabetismo, 1929

Área da comissão	Membros das comissões
Urbana	Raymundo Guerra / Laurentino Bezerra Neto / José Araújo Filho / Antônio Pereira de Macedo / Francisca Luciano / Sebastiana Damasceno / Irene Pinheiro Borges / Dolores Duarte / Maria Ozéa / Waldemira Macedo
Central	João Jonathas Luciano / Arnaldo Bezerra / Raymundo Duarte

Fonte: elaborado pela autora com base nas informações contidas na Portaria de número 21 de 20 de março de 1929 que se encontra no livro de *Portarias de 1929 a 1933*.

O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo tinha escolhido os atores que operavam em seu roteiro. Por trás dos números que compunham os recenseamentos e das atas escritas pelos secretários que participavam das reuniões deste projeto, havia personagens que, a partir dos trabalhos realizados nas comissões, funcionavam como verdadeiros ilustradores do mapa da alfabetização parelhense. Eram cabeças pensantes e atuantes de uma missão individual e ao mesmo tempo coletiva na organização do ensino desse município.

Ao detalharmos os nomes de cada membro e das suas respectivas comissões, conseguimos ter uma ideia aprofundada do alcance do projeto de educação. Cada personagem acima estava investido de uma função alfabetizante, ou seja, desempenharia o papel de fazer vistorias e recolher as informações necessárias no que concerne ao desenvolvimento do plano.

Além disso, ligados a uma rede de informações montada em Parelhas para que o prefeito conseguisse visualizar a geografia educativa da situação do município quando o assunto era os iletrados, esses membros das comissões tornaram-se o maquinário pedagógico necessário para manter o plano funcionando de forma harmoniosa.

Um exemplo desse círculo de informações pode ser encontrado em um trecho da documentação do plano, em que foi especificado a função da Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo, e qual era o papel que cada um dos seus membros desenvolviam. Nesta comissão, o Tenente João Jonathas Luciano exercia o papel de presidente, Arnaldo Bezerra como o vice e Raymundo Duarte na função de secretário⁴⁴. Dessa forma:

A Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo, com sede nesta cidade, compete:

Fornecer instruções as Comissões Rurales em tudo quantos julgar necessário para a desannalphabetização [sic] no Município, scientificando ao Prefeito, em relatório mensal das medidas tomadas e seus efeitos, taes sejam matriculas, medias de frequências, aproveitamento, lista dos matriculados e não matriculados extrahidas das fornecidas pela Prefeitura, explicativas dos motivos por que se não matriculam e dos matriculados por que faltam.

⁴⁴Como foi esclarecido anteriormente, o Tenente João Dantas Luciano, era primo do prefeito Florêncio Luciano e também pertencia ao Tiro de Guerra da cidade.

Ao Presidente da Comissão Central compete: acumular o cargo de Inspetor Escolar Municipal, inspecionando mensalmente, todas as Escolas Municipais e de taes visitas, em relatório circunstanciado expor ao Prefeito, etc, etc. (Portaria, 1929, n.p)

Nesta tríade de comissões para o acompanhamento educativo, a Comissão Central de Propaganda Contra o Analfabetismo encontrava-se como o substantivo *lhe convém*, no centro do processo. Ficava a cargo dela, recolher informações das outras duas juntas educativas (Rural e Urbana), como também repassar ao prefeito municipal o desenrolar do processo educativo.

Neste primeiro momento é fundamental que algumas assertivas sejam feitas. A primeira delas foi a preocupação do grupo em orientar a comissão rural acerca dos processos que foram executados para garantir o fim do analfabetismo, além de informarem ao prefeito Florêncio Luciano as atualizações das atividades educacionais do que já estava em andamento.

Em um segundo momento, tínhamos ainda a função específica do presidente desta Comissão Central que fazia a inspeção mensal de todas as escolas municipais e a partir destas visitas deveria entregar em “relatório circunstanciado ao Prefeito tudo que por elas aja ocorrido”. (Portaria, 1929, n. p).

É importante destacar que, a Comissão central era dividida em Presidente, Vice e Secretário, e para além deste comitê, na sede da Prefeitura Municipal de Parelhas também funcionava a Comissão Urbana Contra o Analfabetismo.

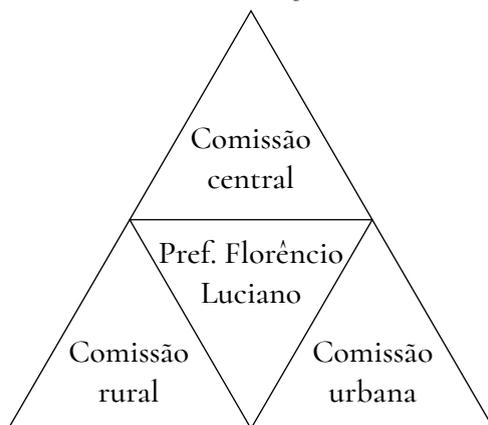
Não obstante, mesmo alcançando objetivos em comum, essas duas comissões tinham algumas funções em específico, por exemplo: enquanto a Comissão Central ficaria responsável por atender as demandas que vinham das Comissões Rurais, a Comissão Urbana ficaria responsável por fiscalizar o ensino na cidade, ou seja, vistoriar o ensino ofertado no Grupo Escolar Barão do Rio Branco, como será detalhado *a posteriori*.

A Comissão Urbana que também era composta por dez membros, deveria ainda apresentar mensalmente as informações da frequência, matrícula e rotina escolar a Comissão Central que posteriormente, retornaria com as informações ao prefeito Florêncio Luciano. Compreendemos então, que as comissões eram as engrenagens desse processo de efetivação do plano, e as mantenedoras de seu funcionamento.

Desse modo, todos esses grupos tornaram-se tentáculos educativos. A distribuição do plano foi a chave para que o problema do analfabetismo em Parelhas fosse detectado, e após isso, começassem a inserir nas veias do sistema municipal que era a população, o remédio seguro para acabar com esta adversidade, uma vez que, “o analfabeto contrapõe o peso morto de sua indolência ou o peso vivo de sua rebelião a toda ideia de progresso”. (Couto, 1925, p. 701).

A fim de ilustrar e explicar como funcionava o círculo de informações deste processo, representamos por meio de um gráfico a metodologia de como se deu o funcionamento das engrenagens deste maquinário pedagógico na prática.

Figura 4: Ciclo de funcionamento das informações recolhidas pelas Comissões Central, Urbana e Rural contra o analfabetismo (pirâmide institucional)



Fonte: elaborado pela autora.

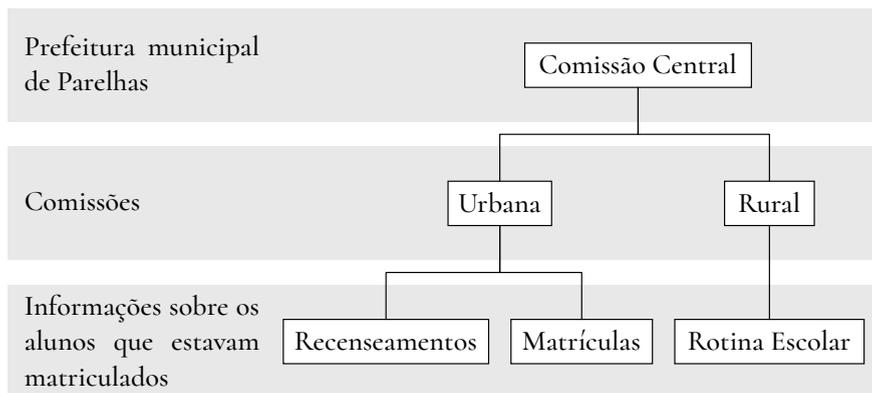
Como é possível ler, no centro da pirâmide estava o prefeito e articulador do plano. Florêncio Luciano era o elemento definidor para fazer

os contatos com o Departamento de Educação de Natal e receber as atribuições dos superiores e responsáveis pela disseminação do ensino pelo Rio Grande do Norte. Porém, essa troca só era possível a partir dos retornos dados pelas comissões contra o analfabetismo que montavam um panorama detalhado dos locais onde estavam os analfabetos, nas matrículas e permanências dos alunos, e ainda, no funcionamento das Escolas Rudimentares.

Nesta perspectiva, o espaço delimitado e praticado por meio do plano de alfabetização aqui apresentado, juntamente com as comissões que agiam na luta contra o analfabetismo passou a demarcar esses recintos enquanto prática de instrução. Logo, a leitura, o desenvolvimento de novos hábitos, o letramento de forma geral e a consciência civilizacional seriam construídos neste ambiente da educação, constituindo assim o espaço enquanto uma ação, uma atividade.

Para uma melhor compreensão do funcionamento deste projeto educativo, elaboramos a partir da leitura das fontes elencadas, um trajeto de como na prática o plano era aplicado.

Figura 5: Dinâmica de funcionamento do trabalho das Comissões do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo



Fonte: elaborado pela autora.

Conforme o que foi detalhado na figura acima, na dinâmica de trabalho das comissões havia uma hierarquia a ser seguida, pois todas as informações retornavam para a Comissão central. Além disso, era

função de cada uma delas mapear as crianças e jovens não matriculados, bem como zelar por suas permanências na escola. O restante do trabalho era feito pelos professores em sala de aula, questão essa que será detalhada mais adiante.

Esse exercício só lograria o êxito desejado, se o ciclo de informações seguisse a ordem da Pirâmide Instrucional anteriormente representada, bem como a tabela com o ciclo de informações pedagógicas que eram administradas com as comissões. Desta feita, como a alfabetização tornou-se uma ação? A partir dos recenseamentos que conseguiam demarcar os sujeitos necessitados de instrução.

Os recenseamentos mais do que buscar informações acerca da falta de letramento, também conseguiram exibir em sua documentação uma narrativa própria do lugar e daqueles que o estava descrevendo. Os espaços que entravam no rol da pesquisa no tocante a detectar o analfabetismo foram expostos por uma leitura característica do município, como se pode ver neste exemplo de um recenseamento feito pelos membros da Comissão Rural indicado pela Portaria de número 16 de 1929:

O Prefeito Municipal de Parelhas, resolve designar os cidadãos João Manoel da Silva e Simião Oliveira, para faserem o recenciamento da população escolar e adultos anaphabetos até 20 annos de idade, em duas zonas, a primeira é a partir da casa da residência do Cidadão Bernardino de Senna e Silva na propriedade Joaseiro e a segunda á partir da casa de residência do cidadão Antonio Garcia, na propriedade Boa-Vista, ambas neste Municipio, com os seguintes dados: nome, filiação, naturalidade, residência e se sabe ou não ler e escrever e se estão frequentando escolas publicas ou particulares. Cada zona terá um raio de meia légua de ponto de partida.

Communique-se.

Prefeitura Municipal de Parelhas, em 20 de março de 1929.

Na última citação, não só temos uma ideia detalhada de como funcionou a dinâmica do recenseamento ao destacar os pontos que seriam mapeados nos futuros alunos, como também a demarcação de onde este recenseamento partiu e até onde ele atingiu. É necessário pensar no alcance que a luta contra o analfabetismo abrangeu em todas as extremidades do espaço parelhense e não somente na zona urbana, transformando o discurso enquanto uma prática de instrução.

A fim de ilustrarmos a execução desses recenseamentos, a seguir separamos parte da documentação em que mostra os detalhes das anotações realizadas pela Comissão rural contra o analfabetismo, acerca dos alunos a serem alfabetizados na comunidade Boa Vista. Esse é um exemplo mais detalhado do que cada comissão deveria seguir segundo o que era pedido pela prefeitura.

Figura 6: Parte das anotações do recenseamento realizado na comunidade Boa Vista

Número	Nome	Nascimento			Filiação
		Dia	Mês	Ano	
1	Manoel Barros da Silva	10	março	1845	Jão Furtoso da Silva
2	Maria Isabel da Conceição	23	outubro	1840	Francisco Elias da Silva
3	Francisco Maria da Conceição	21	outubro	1844	" " "
4	Anna Maria da Conceição	21	dezembro	1845	" " "
5	Josepha Maria da Conceição	15	março	1847	" " "
6	José Francisco da Silva	16	março	1849	" " "
7	Sebastião José da Silva	5	agosto	1821	" " "
8	Marianna Maria da Conceição	8	outubro	1842	" " "
9	Pedro Regorio de Oliveira	13	maio	1825	Manoel Joaquim de Oliveira
10	Antonio Martin do Nascimento	10	outubro	1820	José Antonio Filho

Naturalidade	Residência	Sabe ler e escrever?	Idade	Observações
Rio Grande do Norte	Boa Vista	Não	Não	
"	"	"	"	Adulto

Fonte: Recenseamento escolar de 1929.

Logo, esse era um diagnóstico de fundamental importância, pois davam aos recenseadores a noção dos lugares e personagens que deveriam ser inseridos no processo de alfabetização e consequentemente nas instalações das escolas rudimentares.

Conforme pode ser visto na documentação na página anterior, as instruções utilizadas pelos recenseadores estavam de acordo com o que a portaria 16 de março de 1929 havia indicado. Quando no tópico *observações*, percebemos a participação de um aluno maior de idade, ou mesmo que estava perto de chegar a fase adulta, pois na análise total dos recenseamentos conseguimos encontrar analfabetos que iam dos 7 anos até idade até os 20, nos ajudando a concluir que o plano estava incluindo toda a população analfabeta, independente de sua faixa etária.

Para analisar a forma como esses recenseamentos desenharam a cartografia educacional de Parelhas no final dos anos de 1920, escolhemos para esta discussão as ponderações do historiador Michel de Certeau em seu trabalho *A Invenção do Cotidiano: artes de fazer* (2005) no que se refere aos espaços enquanto prática e resultado de uma série de influências dos seus agentes. Para este estudioso:

Existe espaço sempre que se tomam em conta vetores de direção, quantidades de velocidade e a variável tempo. O espaço é um cruzamento de móveis. É de certo modo animado pelo conjunto dos movimentos que aí se desdobram. Espaço é o efeito produzido pelas operações que o orientam, o circunstanciam, o temporalizam e o levam a funcionar em unidade polivalente de programas conflituais ou de proximidades contratuais (Certeau, 1998, p. 202).

Dessa forma, o conceito de espaço trabalhado por Michel de Certeau, nos ajudou a compreender que: ao iniciar os processos de recenseamentos, as Comissões de Propaganda Contra o Analfabetismo acabaram produzindo um ambiente pedagógico dedicado às atividades do plano. Estava circunscrito na cidade de Parelhas para além do espaço

da agricultura, pecuária e do seu tímido comércio, um novo recinto que correspondeu aos processos educativos.

Essa nova caracterização geográfica, se deu a partir dos recenseamentos que ao mapear o problema do analfabetismo contabilizado em seus cidadãos, resultou numa rede de troca de informações e de investimento na educação destes analfabetos. Logo, o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo era um espaço de investimento histórico desse momento, e que reforçava a historicidade dos espaços por meio da educação que aglutinava também o progresso e a civilidade.

Toda essa discussão remonta-nos à primeira parte desse trabalho, quando utilizamos o conceito de cartografia educacional. O jogo dessas comissões móveis investiu em Parelhas uma nova categoria espacial preparada para e pela educação que, aos poucos, mudava as configurações da paisagem desse município.

Com isso, as descrições expostas pelos recenseamentos tanto exibem a ordem dos lugares, ou seja, detalhando o ponto de onde partiria a pesquisa, como também a intenção do *ir em* busca de algo. Tem-se assim, a estrutura de um percurso de espaço. Foi por meio dessa ação, que a cidade foi investida de um direcionamento pedagógico a partir do seu modo de organização ou seu *modus vivendi*, questão essa que vai desde a criação das instituições escolares, bem como nas práticas educativas de forma geral.

Nesses moldes, a cidade de Parelhas envolveu-se em uma trama de poder representado pelas leis, decretos e ações educativas como o próprio recenseamento, produzindo a estruturação do espaço enquanto uma narrativa onde uma “cadeia das operações espacializantes aparece toda pontilhada de referências ao que produz (uma representação de lugares) ou ao que implica (uma ordem local)” (Certeau, 1998, p. 205).

Depois de relacionarmos os testemunhos impressos em parte da documentação do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo com as leituras sobre espaços e lugares pensadas por Michel de Certeau, encerra-se o raciocínio feito anteriormente. Assim, ao trazermos as ponderações feitas por esse historiador para a dinâmica do plano,

entendemos que o espaço enquanto prática era o processo do recenseamento e as demarcações feitas por ele. Já o lugar, era a própria composição das Escolas Rudimentares que implicou na indicação de uma estabilidade, compondo assim uma ordem em que seriam remanejadas novas relações sociais realizadas por meio das ações empregadas pela educação.

6. Um novo homem para o novo tempo: a criação das Escolas Rudimentares em Parellhas

Ter conhecimentos da leitura, da escripta e do calculo, mesmo em seus rudimentos, é sempre melhor do que ser analfabeto.

— Eliseu Vianna (Revista Pedagogium)

Em publicação encontrada na Revista Pedagogium, em 1924, o educador Eliseu Vianna em seu artigo *As Escolas do Sertão*, argumentou sobre a necessidade de expansão do ensino aos recantos mais longínquos da capital Natal. A ideia era a de que as escolas primárias expandissem e chegassem até o trabalhador rural, neste caso ao sertanejo no interior do estado, seguindo assim a mesma baliza do que já havia escrito Manoel Dantas em 1921.

No entanto, de qual sertão estava falando Eliseu Vianna quando pensou no alcance da expansão deste ensino? Já compreendemos que para Manoel Dantas, a tradição devia ser respeitada e guardada, mas não necessitava ser a única retórica usada pela narrativa que definiria o homem sertanejo e nem precisava também ser impedimento para o alinhamento com novas ideias e práticas de desenvolvimento social. Mas, em Vianna, é interessante isolarmos algumas falas presentes em seu artigo e definirmos qual sertão estava sendo apresentado:

A instrução primaria, principalmente, tendo o seu objetivo mais dilatado, desde que visa a todos os indivíduos, não pode, absolutamente, dar preferéncia a esta ou áquella casta de

homens. O habitante do campo, o trabalhador rural, os núcleos mais segregados da comunhão social, o operariado do interior, enfim toda essa grande parte de brasileiros que não vivem a vida da cidade, porém que trabalham para o progresso e grandeza da cidade precisa também ser educada, ser instruída, elevar-se e habituar-se no aproveitamento, na assimilação da escola (Vianna, 1924, p. 6).

Na análise é necessário compreendermos dois pontos. O primeiro deles é a não distinção de pessoas no ato de educar, ou seja, a educação era uma possibilidade ou um direito a todos, o que é interessante se pensarmos na democratização do ensino. Já o segundo ponto é quando o educador fala em segregação da comunhão social, isto é, no distanciamento que havia entre as pessoas do campo e as pessoas da cidade.

Isso tudo ainda nos leva a pensar que na visão de Eliseu Vianna, no sertão, o trabalhador do campo que não vivia a cultura urbana também era merecedor da educação, do crescimento e do seu melhoramento intelectual até para saber lidar com os novos trâmites e contatos sociais que estavam sendo intensificados no Seridó e em Parelhas.

O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo estava em consonância com o pensamento de Manuel Dantas, em seu artigo *Escolas Rudimentares*, e agora com os preceitos de Eliseu Vianna, em seu trabalho *Escolas do Sertão*, ambos publicados na Revista *Pedagogium*, o que nos ajuda a compreender que houve uma harmonização pedagógica contra o analfabetismo em que o Sertão era um local propício ao desenvolvimento e ao progresso, bastava instruir o homem que aqui vivia.

Essa constatação nos permite pensar que a construção do Brasil a partir da importância dada ao par litoral/sertão, fez com que o pensamento de Eliseu Vianna, bem como o de Manuel Dantas, procurasse possibilitar ao sertão atingir as expectativas educacionais tal qual o litoral. Nesta discussão, é interessante convocarmos a socióloga Nísia Trindade Lima (2013), quando esta pesquisadora verifica a preocupação dos debates em torno desta região enquanto uma constituição de um Brasil moderno.

Em minha perspectiva, portanto, ao se observar as continuidades históricas do debate intelectual em torno da dualidade litoral/sertão, se verificam operações cognitivas que teriam por objeto e, porque não dizer, também por objetivo o conjunto da nação e o enfrentamento dos dilemas para a criação de um Brasil moderno (Lima, 2013, p. 20).

As práticas educativas se distribuíaam nessas operações cognitivas ressaltadas pela autora, por serem essas incitadas pelas primeiras escolas e contribuintes da formulação de um discurso voltado para à composição de um novo homem para o sertão, em detrimento daquele que é formado e identificado só pelas práticas do campo e da pecuária. Logo, esse novo personagem tinha que acompanhar e se adaptar aos ideais de mundo em transformação e de organização social pensado pelos governos republicanos a nível nacional, estadual e local.

Assumindo a prefeitura pouco tempo depois da elevação da vila de Parelhas à categoria de cidade, Florêncio Luciano se destacou entre os homens do saber pela ambição de colocar em prática um projeto onde a alfabetização fosse uma das principais alternativas de desenvolvimento para a sua cidade.

O articulador desse projeto tão logo admitindo esta função, se juntou a um grupo de líderes políticos como Arnaldo Bezerra, Felipe Bittencourt, Raimundo Guerra⁴⁵, além de vários outros membros da elite política, econômica e intelectual que estavam interessados em democratizar o conhecimento, para criar um projeto educacional com o intuito de inserir a recém-fundada cidade em um contexto das mudanças educacionais do país e do estado.

⁴⁵Segundo o pesquisador local Tertuliano Pereira, Filipe Bittencourt era um cinegrafista que veio para Parelhas a convite do prefeito Florêncio Luciano, para treinar a primeira equipe de professores do plano. Já Raimundo Guerra era um caicoense que veio para Parelhas por razões matrimoniais, mas que se tornou professor e diretor do grupo Escolar Barão do Rio Branco. Por fim, segundo ainda este pesquisador em relação a Arnaldo Bezerra, não se tem muitas informações sobre ele, por causa de sua morte precoce aos 30 anos, porém o que se sabe é que ele era dirigente do Tiro de Guerra 133 em Parelhas.

A partir de toda esta articulação, o fato de Florêncio Luciano ter como representantes em seu estado pessoas como José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, que defendiam e investiam veementemente na pauta da educação, o estabelecimento desta rede formal de ensino conseguiria recursos e verbas que seriam gerenciados pelo prefeito e pelas pessoas a ele ligadas.

Em Parelhas, a expansão das Escolas Rudimentares em suas comunidades rurais foi de fundamental importância para intensificar a extensão de um projeto nacional de cidadão. Ao prestar conta do seu mandado de 1929 na Câmara Legislativa de Parelhas, o prefeito destacou o investimento feito nas escolas criadas na zona rural, bem como a quantidade de alunos tirados daquilo que ele chamava de *trevas da ignorância*.

Logo, ao proceder o recenseamento e verificar a percentagem dos analfabetos, criei cinco escolas nos sítios já referidos, que foram providas por professores idôneos e de competência provada, dando excelentes resultados, constatando no encerramento das aulas uma matrícula de 364 alunos e uma frequência média de 310, se achavam mergulhados nas trevas da ignorância (Luciano, 1930, p. 3).

A educação apresentada pelas Escolas Rudimentares traria uma prática pedagógica simples, de leitura mais fácil e imediata, seria uma alternativa nesta “marcha vertiginosa do aperfeiçoamento” (Luciano, 1930, n. p). Parelhas agora intensificava⁴⁶ sua participação no rol do otimismo pedagógico presente no estado e no Brasil.

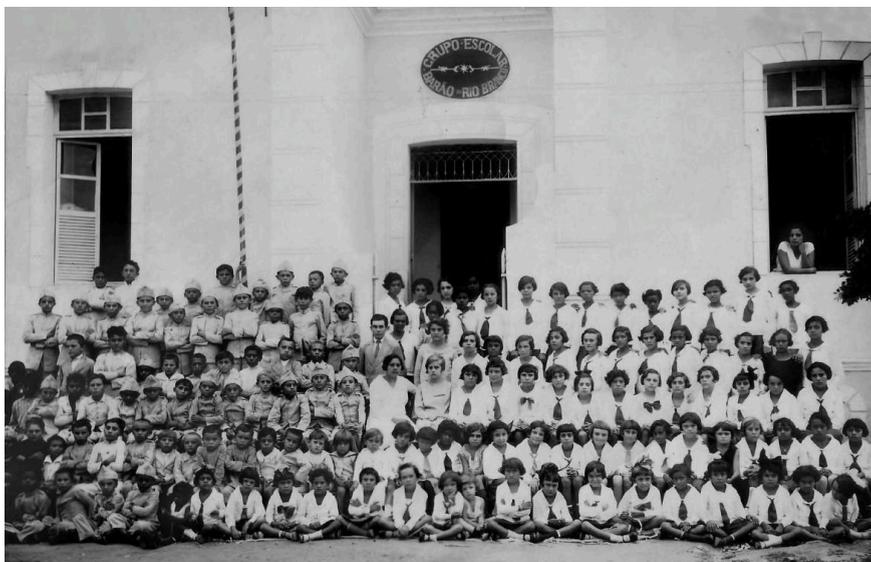
Vale salientar que, a ideia da intensificação está relacionada ao fato de que, na época, já existiam no município duas escolas. Uma delas, por

⁴⁶O uso desse termo, usado nesse momento, pois é interessante que se diga que, as escolas parelhenses não foram criadas só a partir da existência do plano, e nem tampouco o seu sistema educativo. Neste município nós já tínhamos uma escola na Comunidade Rural Juazeiro, fundada em 1883 por Bernadino de Sena e Silva, e o Grupo Escolar Barão do Rio Branco, fundado em 1919.

exemplo, era o Grupo Escolar Barão do Rio Branco que já ofertava o Ensino Primário e também passava pelas mesmas vistorias das outras escolas do plano. Essa instituição foi criada em 13 de janeiro de 1929 pelo Decreto de número 87⁴⁷ no governo de Joaquim Ferreira Chaves, quando Parelhas ainda era uma vila pertencente a Jardim do Seridó.

Nesse caso, quem ficava responsável pelas vistorias das turmas dessa escola era a Comissão Urbana contra o analfabetismo. A seguir, temos a ilustração de algumas turmas reunidas em frente ao prédio do grupo escolar recém construído que, segundo ainda nos traz Tertuliano Pereira, possivelmente foi uma das primeiras turmas do plano a concluir o Ensino Primário:

Figura 7: Alunos em frente ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco



Fonte: arquivo particular de Tales Lordão.

⁴⁷Informação retirada do Decreto de 13 de Janeiro de 1919. A digitalização dessa documentação faz parte do acervo da professora Marcilda Bezerra.

⁴⁸Tales Lordão, é advogado no município de Parelhas, e neto de um dos primeiros médicos, chamado de Graciliano Lordão, que já atuava na cidade no final dos anos de 1920. Logo, em sua posse estão alguns documentos que pertenceram ao seu avô,

Após recolhermos informações com, Tales Lordão⁴⁸, advogado residente no município, e Tertuliano Pereira, já referenciado anteriormente, essas turmas reunidas em frente ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco, fazem parte dos primeiros registros dos alunos do plano que funcionavam nessa instituição, e que eram vistoriadas pela Comissão Urbana contra o Analfabetismo. Em relação aos professores, podemos destacar ao centro, o professor Raimundo Guerra e mais duas professoras que não foram identificadas.

Assim sendo, além da existência do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, a criação das demais Escolas Rudimentares, ocorreu a partir da Portaria de número 29, de 12 de abril de 1929, conforme entramos em seu fragmento:

O Prefeito Municipal de Parelhas, usando das suas atribuições que lhe confere o Art.18, letra b, da Lei n. 7, de 26 de Setembro de 1928, e de acordo com o Art.9, da citada Lei, resolve criar cinco escolas rudimentares no município, nos lugares: Quintos, Carnaúba, Vasantes, Joaseiro e Bôa-Vista no Rio Cóbria. As casas onde deverão funcionar estas escolas, serão escolhidas de acordo com o proprietário de cada zôna, de fôrma que possa ficar em um ponto central na extensão do recenseamento escolar, feito ultimamente por esta Prefeitura.

Florêncio Luciano — Prefeito.

A criação dessa categoria de escolas pelo plano só complementava o trabalho inicial realizado pelas Comissões de Propaganda Contra o Analfabetismo no processo de recenseamento e de demarcação dos locais onde havia mais analfabetos. Ao final do documento acima, a determinação dada pela portaria é a de que as casas onde funcionavam as escolas estavam localizadas justamente na área onde o recenseador já

e que conseqüentemente retratam algumas passagens da história dessa cidade no período aqui estudado.

tinha mapeado, ou seja, depois de localizada a “doença”, era necessário implantar a cura.

A historiadora Clarice Nunes (1996) ao discutir acerca do quanto as escolas se tornaram o epicentro no desenvolvimento e símbolo na impregnação e perpetuação da modernidade dos novos aprendizes deste processo, assegura a importância de mudar a função dessa instituição na Primeira República, para que ela não fosse uma barreira neste transcurso e sim uma aliada, ou seja, “se era a escola a resistência manifesta ao ímpeto modernizador, tornava-se imperioso mudá-la” (Nunes, 1996, p. 169).

Ao falar particularmente em seu relatório da sua proposta para a educação, Florêncio Luciano conseguiu demonstrar satisfação para o que vinha ocorrendo na educação da cidade até então e como isso levou os cidadãos atendidos pelo plano de alfabetização criando a uma nova perspectiva de vida.

Com a propaganda contra o analfabetismo, que levei avante no município, contando com a colaboração do povo em geral de minha terra, consegui elevar a matrícula nas escolas estaduais e municipais para mais de 600 alunos. [...] Instruir é educar, e sem educação não podemos ingressar no caminho da civilização, pois é um dos requisitos indispensáveis ao homem civilizado- saber ler e escrever (Luciano, 1929, n. p.)

Ao falar em elevação das matrículas do município, o prefeito continua com o trabalho educacional timidamente iniciado pelas duas escolas que já existiam no município. Elevar, por conseguinte, era um termo destaque para que esse personagem demonstrasse seu esforço com a educação parelhense e refletisse o alinhamento do seu projeto de cidade no que concerne as mudanças que estavam ocorrendo no país.

Encaminhadas às Escolas Rudimentares do município, o próximo passo foram as contratações dos professores para assumirem as suas funções educativas. De antemão, é interessante destacar que por funções educativas trabalhamos aqui com duas abordagens: a primeira

delas diz respeito ao papel que os professores tiveram em sala de aula e os trâmites burocráticos que estes exerceram dentro da organização do plano, já a segunda, relaciona-se ao Curso de Preparatórios que foi instalado no prédio do Grupo Escolar Barão do Rio Branco a fim de que tivesse uma formação para os professores do plano de alfabetização.

E, quem eram essas agentes de tamanha responsabilidade? A seguir, apresentamos alguns os protagonistas, responsáveis pelo maquinário pedagógico do plano.

Figura 8: Da esquerda para a direita, em pé: Semião Oliveira, Irene Pinheiro, Civa de Cirilo Santos, Waldemira Macêdo, Izabel, Sebastiana e Florêncio Hilariano. Sentados: João Manuel, Felipe Bittencourt, Florêncio Luciano, Raimundo Guerra e Pequenito.



Fonte: Arquivo particular do Senhor Tertuliano Pereira.

Cravado na figura dos seus professores, o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo finalmente tinha conseguido os membros para a missão que descrevia como sendo *a mais nobilitante que era possível de ser membro*. A estes homens e mulheres restaram cumprir a construção de uma nação moderna e civilizada que deveria ser pensada não só pelas

instituições governamentais como também pelo próprio povo, responsável pela continuidade deste processo.

Neste sentido, extraindo o exemplo da Portaria de número 49, de 02 de julho de 1929, apresentamos o primeiro contato que esses professores tiveram com o projeto ao serem convocados da seguinte forma:

O Prefeito Municipal de Parêlhas, resolve nomear, a professora Severina Silva de Araújo, para exercer o cargo de professora da Escola Rudimentar Mixta de “Boa-Vista”, com o ordenado de 50\$000, e mais 1\$000 por aluno, no marcado prazo de seis dias para prestar o compromisso e assumir o exercício.

Comunique-se.

Florêncio Luciano — Prefeito.

Após serem nomeados, esses professores estavam encarregados de cumprir com a educação e ao plano vigente. Logo, esses docentes só recebiam seus vencimentos completos quando suas escolas obtinham a quantidade mínima de 20 alunos, como assegura a lei de número 8, artigo 32, de 17 de junho de 1929, do município de Parelhas: “Os professores Municipais só terão direito aos seus vencimentos completos quando suas escolas tiverem a média de 20 alunos ou mais”. (Portaria, 1929, n. p).

Esta portaria não era algo imposto somente pela prefeitura e o plano de educação que estava ocorrendo no momento, mas correspondia ao cumprimento de uma lei estadual que se refere ao Regimento Interno das Escolas Rudimentares de 1925. Nesse documento que serviu de bula para a instalação e funcionamento dessa categoria de escola, tínhamos como uma de suas imposições o seguinte artigo:

Qualquer destas escolas só poderá funcionar com vinte alunos matriculados, pelo menos, e poderá ter o máximo de matrícula de sessenta alumnos, ou mais, conforme auctorização

do Departamento de Educação. (Regimento das Escolas Rudimentares, 1925, p. 8).

A partir deste fragmento, compreendemos que os aspectos educação, Sertão e o Litoral estavam em consonância. O diálogo criado pelas instituições responsáveis pelo ensino no Rio Grande do Norte e o mandato de Florêncio Luciano, é o fio condutor alimentado pela corrente de energia, que era o pensamento republicano.

O progresso, a civilidade, o desenvolvimento urbano e nova formação do homem, e, neste caso, do sertanejo, se tornou uma prática. Este plano de alfabetização que aconteceu nessa parte do Seridó numa perspectiva micro, não deixou de dialogar com os desígnios mais amplos da educação do estado.

Ao aprofundarmos ainda mais como os detalhamentos dessas contratações e como seus pagamentos funcionavam, encontramos um fragmento da contabilidade onde detalha os vencimentos dos professores no mês de setembro de 1929:

Figura 9: Tabela informando o valor do salário que os professores do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo recebiam.

QUADRO N. 2				
INSTRUÇÃO PÚBLICA				
				R\$. 7:560\$
CATEGORIA	ORDEN.	GRAT.	TOTAL	T.GERAL
Prof. da Escola Rudimen - tar de Joazeiro.....	33\$334	16\$666	50\$000	600\$
Idem idem de Eba-Vista...	33\$334	16\$666	50\$000	600\$
Idem idem de Vasantes....	33\$334	16\$666	50\$000	600\$
Idem idem de Carnaúba....	33\$334	16\$666	50\$000	600\$
Idem idem de Quintos,....	33\$334	16\$666	50\$000	600\$
Idem idem de Boqueirão...	33\$334	16\$666	50\$000	600\$
Idem idem de Malhada Grande	33\$334	16\$666	50\$000	600\$
Gratificação aos professo - res, de 1\$000 por aluno, no que exceder de 20 na média de frequência diária, men - sualmente.....			280\$	<u>3:360\$</u>
SCMA				<u>7:560\$</u>

Prefeitura Municipal de Parelhas, 20 de Setembro
de 1929.

FLORENCIO LUCIANO - PREFEITO.
ADJÚTO ARAÚJO - SECRETÁRIO.

Fonte: Registro encontrado nas portarias de 1929 que se encontram no Arquivo Público Municipal da cidade de Parelhas-RN.

Essas informações, mais do que números de contabilidade, são expoentes que traduzem o investimento dado aos profissionais da educação do plano, em 1929, tanto em Parelhas, quanto no Rio Grande do Norte. Logo, nesta primeira categoria de números temos o valor bruto do ordenado de cada professor que resultou em um montante de 33.334 (mil-réis), seguido pelo adicional de 16.666 (mil-réis) que era dado caso sua sala de aula excedesse a quantidade mínima de vinte alunos, o que depois de calcularmos, realmente, daria um total de 50.000 (mil-réis). Porém, em relação ao total geral, acreditamos que houve um erro de digitação, já que os números apresentados destoam daqueles que são exibidos inicialmente.

Dessa maneira, o que nos importa realmente, é compreender o valor em cifras que o plano custava ao município, como também o seu custo simbólico para o prefeito Florêncio Luciano, onde acabou dando mais do que os 1.000 (mil-réis) aos seus professores pela quantidade de alunos que permaneceram em suas escolas. Atitude essa, que nos leva a questionar o preço que este personagem estava disposto a pagar para se tornar um homem da educação.

Outro ponto a ser considerado, é que foi na Zona Rural onde o investimento na alfabetização se deu em sua maior força. Parelhas, que no período era uma cidade recém fundada, obviamente tinha mais pessoas morando em sítios, do que em sua Zona Urbana. Logo, era natural que a maior camada de analfabetos não estudassem no centro da cidade, por exemplo, no Grupo Escolar Barão do Rio Branco.

Porém, era nessa instituição escolar que funcionava a Escola Municipal Mixta de Preparatórios. A partir do que foi encontrado nas fontes, compreendemos que este curso de formação funcionou para auxiliar os professores a desenvolverem os seus trabalhos em sala de aula com um melhor preparo e a levar para as turmas do plano o que deveria ser ensinado. Desta maneira, além do recurso financeiro, também existiu um suporte pedagógico destinado aos docentes parelhenses.

Nesse curso, foi contratado ainda um personagem que assumiu a função de professor chamado Felipe Bittencourt Cardoso Pinto, que

veio do Recife para Parelhas, a fim de cuidar do telégrafo da cidade, mas que acabou exercendo a função de docente neste curso a pedido. Sobre a criação desta escola de preparatórios, temos a seguinte Portaria de número 18, de 20 de março de 1929:

O Prefeito Municipal de Parêlhas, usando das atribuições que lhe confere o Art.18, letra b, da Lei n. 7 de 26 de Setembro de 1928 e de acordo com o Art.9, da Lei citada, resolve criar uma escola municipal mixta para curso de preparatórios, com gratificação mensal de 100.000 (CEM MIL-RÉIS), para professor da mesma escola, devendo funcionar num dos salões do prédio do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, nesta cidade.

Florêncio Luciano.

Na sequênciã, ao que concerne a contratação do professor Felipe Bitencourt Pinto, encontramos na portaria de número 19, de 20 de março de 1929, a seguinte confirmação:

O Prefeito Municipal de Parêlhas resolve contratar o cidadão Felipe Bitencourt Pinto, para exercer as funções de professor da escola municipal Mixta noturna para curso de preparatórios, num dos salões do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, com gratificação mensal de 100.000 (CEM MIL-RÉIS), e de acordo com o Art. 9, da Lei orçamentária vigente, ficando-lhe marcado o dia 1º de Abril vindouro para prestar o compromisso e assumir o exercício.

Florêncio Luciano.

A partir do que foi mostrado na documentação, Felipe Bitencourt teve um destaque importante no plano e foi sempre muito elogiado por seus serviços prestados à escola de preparatórios. Na ata da segunda reunião da Comissão Central contra o analfabetismo ocorrida em 5 de abril de 1929, o seu redator destacou alguns elogios citados pelos

presentes e seu exímio domínio com a Língua Portuguesa. Desse modo, temos:

(...) moço tido em nosso meio como um dos maiores cultores do nosso idioma pátrio (...) burilador emerito desta bela língua a que todos rendemos-lhe atonicamente um culto cheio de amor, de arte, e de extasis a de Chateaubriand! Eu quem melhor poderia, portanto, atribuir a grata nomeação? Parabéns, pois a nossa cidade ao nosso Município e em particular, ao nosso Prefeito, sempre feliz nestes gestos.

Por meio dessa passagem, compreendemos que Felipe Bitencourt não era um simples operador de telégrafo. Ao dominar a Língua Portuguesa, esse personagem acabou sendo considerado no desenrolar do plano, um dos principais acertos feitos por Florêncio Luciano neste processo, pois teria a missão de formar os professores para atuarem nas salas de aula do projeto de alfabetização instituído.

A seguir, temos dois registros. O primeiro relaciona-se ao respectivo professor com uma turma de alunos em frente ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Já o segundo, apresenta uma imagem em escala maior da arquitetura que desse prédio escolar, que assim como tantos outros criados pelos governos republicanos, tinha a intenção de ser símbolo da modernidade e, conseqüentemente, do progresso.

Figura 10: Grupo Escolar Barão do Rio Branco



Fonte: Acervo de Tales Lordão.

Figura 11: Segundo o historiador Tertuliano Pereira, ao centro, temos Felipe Bittencourt cercado por alunos do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo



Fonte: Acervo de Tales Lordão.

A partir do que foi apresentado nas duas fotografias, na primeira é perceptível a imponência de Felipe Bittencourt diante dos alunos do plano. A escolha por uma posição central no registro não é uma mera coincidência, mas sim a importância dada a esse personagem e a contribuição do seu conhecimento para o plano.

Em relação a segunda imagem, correspondente a estrutura do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, nos apropriamos no que concerne a análise desse prédio as ponderações feitas pelas educadoras Maria Inês Sucupira Stamatto e Paula Lorena Cavalcante Albano da Cruz, no trabalho *A arquitetura escolar na construção do imaginário republicano* (2017), a fim de compreendermos a simbologia por trás da construção do prédio e sua amplitude perante a recém fundada cidade. Segundo as autoras:

A partir do embelezamento da cidade, os republicanos buscavam gerar no imaginário da sociedade a ideia de modernidade,

de que a República estava trazendo ao povo o progresso. A arquitetura da cidade passava ter a função de mostrar o governo republicano, as ideias de modernidade, progresso e higiene, o poder que se instituíra com esse novo regime. (Cruz; Stamatto, 2017, p. 2)

Neste sentido, apropriando-se das discussões das educadoras citadas, o grupo escolar Barão do Rio Branco não só ajudou no embelezamento de Parelhas, como também se tornou um propagador dos ideais valores e normas republicanas tanto a partir do seu curso primário, quanto por meio da oferta da Escola Municipal Mixta de Preparatórios.

Organizado o suporte pedagógico do plano, os professores tiveram por conseguinte, uma formação específica acerca do que seria ensinado aos seus alunos. O processo da alfabetização na Primeira República não era só a instrumentalização das sílabas e a formação das palavras. As metodologias empregadas davam conta de uma época e das finalidades que ela necessitava, e, no caso do período aqui estudado, o que importava era a formação do homem moderno, civilizado e participante da construção de uma sociedade voltada para o progresso.

Com isso, “surgiram, na época, educadores em todo o país que constituíram um verdadeiro laboratório de reformas, ideias e projetos, inspirados em sua grande maioria em modelos estrangeiros”. (Fernandes, 2018, p. 64). Partindo desse pressuposto, ao materializar a escola, o projeto republicano incutia em seus professores as suas finalidades sociais e políticas a fim de que estes profissionais ajudassem a levar a missão de civilizar os cidadãos de todo o país.

Após analisarmos a atuação dos professores do plano tanto do ponto de vista financeiro, quanto do seu suporte pedagógico, chegamos à conclusão que estes personagens foram os principais responsáveis em levar as perspectivas educacionais da República aos recantos mais distantes do país.

Neste caso, os professores do plano compunham o maquinário pedagógico instituído pelo programa educativo que pretendeu fazer de Parelhas e de seus jovens caminhantes rumo ao progresso e a civilidade.

Através deles, tínhamos que “instruir é educar, e sem educação não podemos ingressar no caminho da civilização, pois é um dos requisitos indispensáveis ao homem civilizado saber ler e escrever”. (Luciano, 1929, n. p).

Em relação aos conteúdos empregados na formação dos docentes, estes serão detalhados na penúltima parte deste trabalho, quando analisaremos a modernização advinda com o plano em Parelhas tanto por uma perspectiva simbólica, quanto por meio de uma compreensão física deste espaço. Porém, numa prévia da exposição desse material, foi possível encontrar na documentação atividades que iam desde a tradução de textos em Francês, redações sobre a seca e as consequências trazidas por ela para o Sertão, além de questões de aritmética, bem como atividades sobre os símbolos nacionais, em destaque para a bandeira do Brasil.

Os conteúdos que não eram trabalhados por acaso pelo professor Felipe Bitencourt, davam conta das perspectivas de uma época e ainda refletiam a influência da França e a Belle Époque na formação do Brasil no início do século XX. Por meio disso, “uma verdadeira batalha simbólica foi travada, quando nomes, símbolos, hinos, bandeira, heróis nacionais foram substituídos, com o intuito de impor novas versões mais coadunadas com os tempos modernos”. (Schwarcz, 2012, p. 44).

Este percurso educativo almejado pelo plano tinha que cumprir as expectativas de quem o criou. Não era de se estranhar, por exemplo, que a principal função de todas as comissões de alfabetização criadas era de fiscalizá-lo. Porém, a proposta de Florêncio Luciano pertencia a uma rede pedagógica maior, a um projeto de Brasil. Em vista disso, uma série de fiscalizações por parte dos representantes da educação do Estado do Rio Grande do Norte passaram a ocorrer no município a fim de acompanhar se o problema do analfabetismo finalmente estava sendo solucionado. O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo transformara-se em *estatística*.

7. Os tentáculos da Governamentabilização: as vistorias e fiscalizações do e no plano

O processo de vistoria do plano fez parte de um contexto maior do controle das atividades educacionais. Ao firmar parceria com uma inspeção do ensino parelhense atrelado ao Regimento das Escolas Rudimentares⁴⁹, o prefeito reiterava o compromisso de manter e proporcionar um retorno daquilo que ele havia projetado para a educação municipal, e o estado desempenharia o seu papel de fiscalizador para com os investimentos feitos na educação aqui no Seridó. Conforme pode ser analisado:

O Prefeito Municipal de Parelhas, ad-referendum da Intendência, Resolve:

Decretar, o seguinte:

Art. 1º — Manda observar nas suas escolas mantidas ou subvencionadas por este Município, o Regimento Interno das Escolas Rudimentares do Estado, aprovado por ato de 3 de abril, na parte que lhe for aplicável.

2º — Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Parelhas, em 20 de Março de 1929.

⁴⁹Acto n. 51 e Regimento Interno dos Grupos Escolares, 1925, Rn. Disponível no RHISME, Repositório de História e Memória da Educação do Rio Grande do Norte.

Nada se esquivava da lei. Por meio deste decreto, os órgãos estaduais alicerçavam em Parelhas os meios para controlar e regulamentar as práticas educacionais da população discente. Desde a frequência e assiduidade, passando pela proposta curricular e o controle dos professores, o plano desenvolvido ganhou um tom pátrio. O Sertão tornou-se contemporâneo à capital e por meio dos dispositivos de controle das leis e dos decretos municipais, estaduais e nacionais passou a contribuir com a ordem e o progresso republicano.

No regimento criado para controlar o funcionamento das Escolas Rudimentares, instituído em Abril de 1925, pelo educador Nestor Lima⁵⁰, foi permitido encontrar no Capítulo VII, mais especificamente no artigo 28, letra P, que discute acerca da função dos professores em sala de aula, um trecho que deixa claro como os docentes atuavam nesse controle. Era na base (com os professores) que essas vistorias se constituíam. Dessa forma, uma de suas funções era:

p) apresentar, no fim de Novembro, ao Departamento de Educação, um relatório dos trabalhos do anno, mencionando o movimento da matrícula, frequência e percentagens dos mezes do anno lectivo (...) tomar, emfim, todo o interesse pelo proveito do seu ensino e pela frequência á sua escola (Lima, 1925, p. 20).

Assim, eram nas salas de aula que esse controle se dava na prática pedagógica diária, e só a partir dele, é que os demais órgãos tinham acesso ao que estava ocorrendo, bem como se o combate ao analfabetismo estava sendo realizado dentro da ordem prevista. No caso de Parelhas, tínhamos a seguinte movimentação:

Officio dirigido ao Sr Prefeito, de 30 de julho de 1929, remetido incluso o mappa do movimento desta escola durante o mez de

⁵⁰Nestor Lima se constituiu enquanto uma figura influente na educação norte-rio-grandense. Formou-se em Direito (1909) e além de exercer a função de advogado, também atuou como pedagogo da Escola Normal de Natal e foi diretor de Educação entre os anos de 1924 a 1929.

julho. Junto remetto-vos o mappa de matrícula e frequência da escola Rudimentar Municipal de Joazeiro durante o mez de julho.

Saudações, João Manoel professor⁵¹

Anexado a esse ofício que seguia no mesmo padrão para todos os professores, era encaminhado ainda um mapa em que foi possível encontrar os detalhes do que era entregue à Prefeitura Municipal de Parelhas, a fim de que houvesse um acompanhamento detalhado do funcionamento da sala de aula em relação à assiduidade dos alunos e ao cumprimento dos dias letivos. Acerca disso, neste mapa de sala tínhamos:

Tabela 6: Quadro explicativo acerca do funcionamento das fiscalizações das Escolas Rudimentares de Parelhas

Fiscalização das escolas parelhenses	
Matrícula	Frequência
Entradas	Dias letivos
Saídas	Dias falhos
Total de matrículas	Total
	Média de frequência

Fonte: elaborado pela autora

No que corresponde à matrícula, verificamos não só a possibilidade da entrada de mais algum aluno, como também as saídas e a quantidade de alfabetizando a cada data em que era entregue esse mapa, que por sinal era mensal. Já na frequência, encontramos o detalhamento diário como também a porcentagem dela, o que facilitava no somatório geral para constar a assiduidade dos alunos nas aulas. Neste sentido, ao encontrarmos um somatório geral de como ficava o registro dessas aulas, tínhamos a seguinte tabela:

⁵¹Ofício encontrado no documento: Receita do ano de 1929, anexado a Comissão de Revisão e Exame das Contas das Prefeituras (1930), que se encontra no Arquivo Municipal do município de Parelhas, na caixa Diversos de 1929 a 1932.

OS TENTÁCULOS DA GOVERNAMENTABILIZAÇÃO: AS VISTORIAS E...

Figura 12: Movimento escolar durante os meses de abril a agosto de 1929

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS.

Movimento escolar no município durante os meses de Abril a Agosto da corrente anno.

Grupo Escolar	Matricula	Abri	Mai	Jun	Jul	Agosto
Grupo Escolar "BARRÃO DO RIO BRANCO"		144	161	163	177	174
Matricula		144	161	163	177	174
Media de frequencia		72	80	81	88	87
Escola Rudimentar de Equador		-	36	44	60	65
Matricula		-	36	44	60	65
Media de frequencia		-	18	22	30	32
Escola Municipal de Preparatorios		40	41	43	40	29
Matricula		40	41	43	40	29
Media de frequencia		32	36	30	28	23
Escola Rudimentar Municipal de Joazeiro		60	84	88	91	-
Matricula		60	84	88	91	-
Media de frequencia		57	71	84	72	-
Escola Rudimentar Municipal de Carmaux		61	57	56	55	55
Matricula		61	57	56	55	55
Media de frequencia		34	44	56	49	50
Escola Rudimentar Municipal de Vassentos		22	45	50	67	80
Matricula		22	45	50	67	80
Media de frequencia		17	36	38	64	74
Escola Rudimentar Municipal de Boa-Vista		-	-	-	44	57
Matricula		-	-	-	44	57
Media de frequencia		-	-	-	36	50
Escola Rudimentar Municipal de Quintos		-	-	-	51	54
Matricula		-	-	-	51	54
Media de frequencia		-	-	-	47	50

RESUMO DO MES DE AGOSTO.

	MATRICULA	MED. DE FREQ.
Grupo Escolar Barrão do Rio Branco	174	87
Escola Rudimentar de EQUADOR	65	32
Escola Municipal de Preparatorios	29	23
Escola Rudimentar Municipal de JOAZEIRO	91	-
Escola Rudimentar Municipal de CARMAUX	55	50
Escola Rudimentar Municipal de VASSENTOS	80	74
Escola Rudimentar Municipal de BOA-VISTA	57	50
Escola Rudimentar Municipal de QUINTOS	54	50
Total	605	418

NOTA- A Escola Rudimentar de Joazeiro não funcionou durante o mes de Agosto, por motivo de doença na pessoa do professor.
As escolas de Boa-Vista e Quintos começaram a funcionar em Julho.

Prefeitura Municipal de Parelhas, em 31 de Agosto de 1929.

Fonte: Receitas e despesas do ano de 1929 e 1930, caixa número 02 do Arquivo municipal da prefeitura de Parelhas.

A partir do que foi detalhado na tabela acima, percebemos inicialmente que tínhamos alunos assíduos tanto nas Escolas Rudimentares, quanto na Escola Municipal Mixta de Preparatórios, porém, para esta última categoria de escola temos uma ressalva. No mês de agosto percebemos que há uma diminuição na matrícula e na frequência dos professores do plano, o que nos leva a concluir que, se o ano letivo tinha uma duração de cinco meses, na medida em que ele ia terminando os professores também iam deixando de receber suas formações.

Outro pronto que gostaríamos de destacar, é a duração deste ciclo de aulas que estava em consonância com o Artigo 3 do Regimento Interno das Escolas Rudimentares de 1925. No trecho dessa lei tínhamos a seguinte determinação:

Art. 3 — As escolas rudimentares poderão funcionar como escolas ambulantes, por períodos ou ciclos completos de cinco mezes, isto é, de primeiro de Fevereiro a 15 de junho, em um lugar, de primeiro de Julho a 19 de Novembro em outro.

§ 1 — O período ou ciclo de funcionamento poderá ser mudado pelo Director do Departamento de Educação, conforme a conveniência do ensino, em dada localidade.

(Regimento, 1925, p. 6)

Neste sentido, a partir do que foi mostrado na tabela anterior, a escolha do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo priorizou o funcionamento de suas escolas entre os meses de abril até agosto. Porém, na documentação analisada, não foi possível encontrar os motivos que levaram Florêncio Luciano a escolher esses meses, muito embora a adaptação das aulas e a organização da frequência dos alunos estavam de acordo com o que o Departamento de Educação do Rio Grande do Norte pediu.

Compreendemos, então, que um sistema de *governamentabilidade* regeu este plano educacional, bem como proporcionou ao Departamento

mento de Educação os retornos e notificações necessários acerca do que estava ocorrendo.

O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo não estava fora de um padrão de controle. Os mapas de frequência e os recenseamentos que foram apresentados anteriormente, nos ajudam a concluir como esses processos governamentais eram vigilantes e atuantes.

Em uma aula do dia 01 de fevereiro, de 1978, ao debater sobre o histórico do surgimento do conceito de governo e suas adaptações ao longo do tempo, Foucault afirmava que um dos dispositivos principais para que houvesse um melhor desempenho das instituições governamentais em seus processos de organização das populações, dava-se por meio do uso das estatísticas.

A constituição deste campo de atuação foi traçado nas relações concretas impostas aos professores que controlavam a frequência, nos recenseadores que mapeavam analfabetos a fim de matriculá-los nas Escolas Rudimentares, ou ainda a partir dos telegramas do Departamento de Educação de Natal que ansiava por um retorno das informações acerca da rotina escolar parelhense.

Teríamos assim, uma engrenagem educacional micro, mas que ao girar estaria movimentando um espaço alfabetizante mais abrangente e que tinha como objetivo final um efeito esperado, ou seja, a expansão da educação, o controle das entradas e saídas dos alunos, bem como os seus rendimentos em sala de aula. Partindo deste pressuposto, nas ponderações feitas por Foucault temos:

(...) De fato, essa estatística que havia funcionado no interior dos marcos administrativos e, portanto, do funcionamento da soberania, essa mesma estatística descobre e mostra pouco a pouco que a população tem suas regularidades próprias: seu número de mortos, seu número de doentes, suas regularidades de acidentes. A estatística mostra [também] que, por seus deslocamentos, por seus modos de agir, por sua atividade, a população tem efeitos econômicos específicos. A estatística, ao possibilitar quantificação dos fenômenos próprios da popu-

lação, faz aparecer sua especificidade irreduzível [ao] pequeno âmbito da família (...) (Foucault, 2008, p. 139).

Para este filósofo, com o uso da estatística as instituições de poder conseguem levantar as características e as necessidades da população em meio a sua variedade de predicados. Desse modo, ela exerce um papel fundamental aos órgãos de controle de um Estado, pois a partir das informações coletadas conseguirá desenvolver modelos de governar de maneira coerente e reflexiva.

Assim sendo, com o plano em Parelhas, teríamos um conjunto de práticas e rituais de controle como os recenseamentos e fiscalizações das instituições governamentais que eram compostas não só pelo registro da frequência dos professores, mas também pelos contatos assíduos com o Departamento de educação de Natal e ainda com a Diretora Geral de Estatística⁵².

Dessa forma, essa rede de contatos pedagógicos se formou para além das fronteiras do sertão e contava com a participação de figuras que se constituíram enquanto personalidades do cenário da educação norte rio grandense, sendo eles: Amphilóquio Câmara e Nestor Lima. Esses personagens que aparecem na documentação aqui investigada, adquiriram popularidade no final do século XIX e início do XX por suas atuações dentro dos planejamentos, fiscalizações e incentivos à criação e expansão das escolas pelo estado.

Amphilóquio Câmara⁵³, por exemplo, inspetor de educação no Rio Grande do Norte, desde 1911, tinha como designios visitar as escolas

⁵²A Diretoria Geral de Estatística criada em 1871, era um dos órgãos do IBGE que fora ampliado com o advento da República, principalmente depois que da implantação do Registro Civil, de Casamentos e óbitos. Esta diretoria foi finalizada em 1934 á no governo de Getúlio Vargas. Fonte: <https://www.ibge.gov.br/institucional/o-ibge.html>. Acesso em: 31 ago. 2020.

⁵³A partir das informações coletadas na obra Capítulos de História Intelectual do Rio Grande do Norte, dos organizadores Bruno Balbino Aires da Costa e Saul Estevam Fernandes (2018), Amphilóquio Câmara nasceu em 25 de outubro de 1889, fez parte da primeira turma da Escola Normal de Natal onde se formou em 1910 quando passou a atuar como inspetor de instrução pública.

espalhadas pelo estado e conseqüentemente registrar e fazer relatórios estatísticos dessas visitas. Além disso, esse inspetor fiscalizava os materiais escolares, seja o mobiliário ou os didáticos, observava a situação dos alunos que estavam matriculados, bem como apresentava relatórios detalhados vinculados à atuação da educação no Rio Grande do Norte.

No caso de Parelhas, não ficou clara na documentação se esse inspetor chegou a fazer visitas na cidade para verificar de perto o desenvolvimento do plano. Porém, as fontes nos apresentam contatos realizados por meio de telegramas trocados entre ele e o prefeito Florêncio Luciano, a fim de verificar em que pé andava as atribuições educacionais do local, além de pedir urgência no retorno das informações e selar parcerias para que a cidade sempre contribuísse com os pedidos feitos por sua diretoria. No telegrama enviado em 2 de abril do ano de 1929, encontramos:

Estando esta directoria, como lhe cumpre, empenhada em levantar com todo o escrúpulo a estatística do patrimônio dos diversos municípios em que se divide o Estado, é com satisfação eu venho apelar para a vossa operosidade e desejo de servir dignamente á terra que administrais, no sentido de terem prestadas as informações constantes do mapa incluso, que me deve ser devolvido com a possível brevidade. Certo de que vos não recusareis á solicitação feita, apresento-vos a segurança de minha estima e apreço.

Saudações cordiaes.

Amphilóquio Câmara-Diretor Geral de Estatística.

A estatística permite ao estado conhecer os elementos que compõem as características de suas sociedades. Ao conhecer os fatos, dados, receitas, populações e as particularidades do espaço em que elas vivem, os governos acabam tendo a oportunidade de exercer seu controle e manutenção para que assim não percam sua força e capacidade de gerenciar os seus projetos.

A educação, neste caso, também entra como um veículo fundamental no controle de corpos e mentes. “Por conseguinte, as estatísticas participam, assim, de processos de *fabricação de pessoas* em gesto duplo cujas nuances importa fabricar e, ao mesmo tempo, criar ficções e produzir algo”. (Gil, 2019, p. 16). Isto posto, os números funcionam enquanto termômetros que medem mais que quantidades, mensuram a harmonização social a fim de que se cumpra um objetivo.

Um exemplo de como o uso da estatística era empregada no plano, deve-se a uma parte da documentação analisada, onde foi possível encontrar um pedido acerca das estatísticas do ensino no município alusivo as prerrogativas de funcionamento das escolas municipais e particulares, e ainda para que a prefeitura retornasse o mais breve possível com as informações cobradas. Com isso, tínhamos:

Na coluna Localização da escola, mencionar o lugar em que a escola funciona: se na sede do município ou em que povoação ou fazenda; na coluna Ensino deve ser mencionado se a escola é primária, secundária, profissional, etc; na Para que sexo se destina dizer si a escola é mixta, feminina ou masculina; na Nomes dos Professores pôr os nomes dos professores de cada escola; e na coluna Observações, no mapa municipal, registrar qualquer facto que interessa á escola [...]⁵⁴

Saudações cordiaes.

Amphilóquio Câmara-Diretor Geral de Estatística.

Vemos então, que os desdobramentos ocorridos fazem parte dos agenciamentos concretos que estavam envoltos naquilo que Foucault (1978) destacaria como sendo uma governamentabilidade, ou seja, as instituições disciplinares produzem uma máquina de controle que funciona em uma esfera microscópica do comportamento.

⁵⁴Documento encontrado no livro Comissão de Revisão e Exame das Contas das Prefeituras (1930), que se encontra no Arquivo municipal do município de Parelhas, na caixa Diversos de 1929 a 1932. O sublinhado é destaque da autora.

No pedido realizado acima pela Diretoria Geral de Estatística, o que nos chama atenção não é somente a riqueza de detalhes em relação ao que estava sendo exigido sobre as informações das escolas e a frequência dos alunos. Observamos também, os contatos que a Prefeitura Municipal de Parelhas passou a ter com os órgãos de Educação e Estatística do estado do Rio Grande do Norte, criando, assim, uma rede de atividades, controle de dados e vistorias pedagógicas integradas ao interior de um exercício de vigilância para atender a um dispositivo maior.

Neste sentido, o trabalho em conjunto dos professores do plano registrando a frequência dos alunos e os recenseamentos realizados de antemão pelas Comissões de Propaganda Contra o Analfabetismo foram de fundamental importância, pois conseguiram coletar as informações precisas para o que Amphilóquio Câmara almejava em suas vistorias, ou seja, os detalhes acerca das características do alunado que estava sendo matriculado pelo plano.

Neste caso, este projeto educativo e a constituição de uma teia de vistorias, recenseamentos, a transformação dessas informações em estatísticas, a criação de escolas, bem como a contratação de professores, fazem parte de um caminho pensado e que obedece a um maquinário estruturado que distribuiu indivíduos constituídos por meio do plano, enquanto sujeitos da educação.

Outro personagem da educação que também aparece estabelecendo contatos com a prefeitura de Parelhas refere-se ao educador e diretor geral de educação entre os anos de 1924 a 1929, Nestor Lima⁵⁵. Este intelectual passou a trocar alguns telegramas com os responsáveis pela educação da cidade para obter informações acerca do desenvolvimento da alfabetização em terras parelhenses.

⁵⁵Este educador nasceu em 1º de agosto de 1887, em Assú, interior do estado do Rio Grande do Norte. Coursou a Faculdade de Direito no Recife e, após sua experiência na Escola Normal de Natal, onde também atuou na função de diretor dessa instituição no período de 1911 a 1923, tornou-se o primeiro Diretor do Departamento de Educação do Estado. Essas informações foram colhidas na dissertação de mestrado de Laísa Paula de Medeiros Campos Azevedo, intitulada: *As viagens pedagógicas de Nestor dos Santos Lima e a Educação no Rio Grande do Norte na Primeira República*.

Em dezembro de 1928, no início dos trabalhos do plano educacional, Nestor Lima despacha um telegrama para a prefeitura da cidade pedindo respostas acerca da continuação das escolas que já existiam no município e se gostaria que estas instituições permanecessem em plena funcionalidade. Neste documento encontramos:

Devendo serem renovados, em janeiro entrante, os provimentos das escolas rudimentares desse município, inclusive das que existiam até 1925, venho rogar-vos informações urgentes, até 10 de janeiro, sobre a conveniência de continuarem essas escolas nas localidades que funcionavam e de serem novamente contratados os docentes que as regeram, no anno experiente.

Saudações,
Nestor dos Santos Lima.

Neste pedido, é interessante esclarecermos duas situações. A primeira delas diz respeito ao fato de que os recursos para a continuação do funcionamento das escolas do município só chegariam se houvesse um empenho por parte da prefeitura de Parelhas em continuar com esses locais de ensino. Consequentemente, as informações que saíam de Parelhas funcionavam como uma prestação de contas para que os órgãos do estado tivessem a certeza do funcionamento das instituições de ensino e continuassem mandando recursos para o município.

Uma segunda situação corresponde ao motivo de que mesmo em 1928 não havendo a ampliação das Escolas Rudimentares como ocorreu em 1929, em Parelhas já havia duas instituições escolares, conforme já fora dito: o Barão do Rio Branco e a Bernardino de Sena na comunidade rural Juazeiro, o que nos leva a entender que o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo ampliou a rede de escolas do município, após os diálogos de Florêncio Luciano se aproximarem dos mesmos objetivos do estado em relação ao avanço da alfabetização.

Finalizando essa discussão, nessa seção do trabalho procuramos apresentar mais uma base do plano pensada a partir dos seus números. Ao compreendermos as estatísticas enquanto uma interpretação de

uma dada realidade social, conseguimos internalizar que o Estado busca um sentido concreto para aquilo que ele aspirou. Em relação ao plano, as fiscalizações, vistorias e prestações de contas são parte integrante de um maquinário pedagógico e institucional que buscou corresponder à organização geral do ensino norte rio grandense.

A cidade pensada aqui enquanto um dos braços da educação potiguar, também foi espaço para a aquisição das alegorias da modernização. Por meio disso, devemos nos valer da análise deste processo e nos *dar a ler* quais foram às categorias do plano que trouxeram para Parelhas as mudanças *físicas* e *simbólicas* que esse projeto infundiu, já que “a cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam *na e por causa* da cidade”. (Pesavento, 2007, p. 14).

A modernização através da educação: desdobramentos históricos do plano em parselhas

Ao acordar de manhã não soube logo do que houvera na cidade, mas pouco a pouco vieram vindo as notícias, viu passar um batalhão, e creu que lhe diziam a verdade os que afirmavam a revolução e vagamente república. A princípio, no meio do espanto, esqueceu-lhe a tabuleta. Quando se lembrou dela, viu que era preciso sustar a pintura. Escreveu às pressas um bilhete e mandou um caixeiro ao pintor. O bilhete só dizia isso: “Pare no D”. Com efeito, não era preciso pintar o resto, que seria perdido, nem perder o princípio, que podia valer. Sempre haveria palavra que ocupasse o lugar das letras restantes. “Pare no D”.

— Machado de Assis, em *Esaú e Jacó*, 1904⁵⁶.

Em sua obra *Esaú e Jacó*, mais especificamente no capítulo intitulado “Pare no D”, o escritor Machado de Assis narra um pequeno imbróglío,

⁵⁶Esse diálogo travado entre os personagens Aires e Custódio foi usado nesse trabalho para que o leitor compreenda a prudência que o acesso a educação acaba causando na consciência de um iletrado.

tendo como inspiração o amanhecer em que a República estava instaurada no Brasil. Custódio, dono de uma confeitaria, tinha ido até a casa do conselheiro Aires a fim de indagá-lo em relação a qual nome iria colocar em seu estabelecimento, já que era conhecido tradicionalmente como “Confeitaria do Império”.

Assim, ao mandar pintar a nova tabuleta para seu comércio, pediu para o pintor parar no “D” da frase *confeitaria d*, pois não sabia que nome ia colocar, se era *Confeitaria da República*, pois tinha medo que esse novo regime fosse passageiro, ou se nomearia “*Confeitaria do Governo*”, visto que não sabia se haveria alguma oposição que pudesse futuramente provocá-lo.

A questão, é que assim como na situação de Custódio, uma demanda meramente burocrática e simples de resolver, a República foi instaurada no Brasil e trouxe uma série de indagações, medo e incertezas no que concerne ao novo regime. Claro que estamos citando aqui dois personagens que pertenciam a uma classe mais abastada e que, conseqüente, tinham acesso à uma cultura letrada. Porém, se pensarmos na população de 71,2%⁵⁷, (Ferraro, 2009, p. 86) de analfabetos espalhados por todo o país, era necessário que a República se fizesse entendível para essas pessoas. Prontamente, a educação era uma das alternativas de inserir na mente desses cidadãos o progresso, a civilidade e os demais signos do moderno que pudessem ser implantados nesse novo contexto.

Quando se tem acesso à educação e, conseqüentemente, ao esclarecimento que ela nos traz, também se desenvolve a prudência. Custódio, por saber ler, tinha medo do que o novo regime ia achar do nome do seu estabelecimento, ou seja, ele tinha noção do que as letras poderiam causar.

⁵⁷No trabalho “História inacabada do analfabetismo no Brasil” do sociólogo Alceu Ravello Ferraro, somos apresentados a algumas estatísticas da alfabetização no país por meio dos censos e como os governos atuavam ou não disseminação da alfabetização. Nesta obra, ainda são levantadas discussões a construção social do analfabetismo, as desigualdades regionais e a busca por compreender quem foram e são os analfabetos do Brasil.

Essa reflexão inicial é para que compreendamos o poder que a educação pode trazer para quem a recebe. Mas, para além das escolhas e inseguranças de Custódio em relação ao novo regime, a República estava preocupada também, com outra grande demanda, a de levar a instrução para uma grande massa analfabeta e, após isso, moldar o novo cidadão para viver e contribuir com esse novo aparelho governamental. No caso do Regímen, era necessário educar o homem, para fazer com que ele o respeitasse.

A partir do que discute Sevcenko (1998), foi no final do Império, mais especificamente a partir de 1870, com a fundação do Partido Republicano que entrou em cena uma nova elite de jovens intelectuais que passaram a discutir outras possibilidades de organização institucional para o Brasil, “a chamada “geração de 70”, comprometida com uma plataforma de modernização e atualização das estruturas “ossificadas” do Império baseando-se nas diretrizes científicas e técnicas emanadas da Europa e dos Estados Unidos”. (Sevcenko, 1998, p. 14).

Essa geração pensava a modernização não só a partir de uma perspectiva dos modos de produção e bases técnicas, mas também, a partir da formação de um caráter ideológico. Trata-se então, da ampliação de termos como *progreso* e *civilidade* não apenas em seu caráter territorial, ou seja, no melhoramento do transporte, nos contrastes da cidade ou na circulação de mercadorias, como também impondo mudanças radicais em valores até então tradicionais.

Desta maneira, neste último subtópico do trabalho, pretendemos explorar quais foram os aspectos da modernização que o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo trouxe para o município de Parelhas, observando tanto os seus aspectos físicos, quanto as mudanças simbólicas que esse projeto educativo acabou interferindo. Ou seja, de que forma a educação acabou trazendo para essa cidade, por meio do seu plano educativo, signos modernos?

Em outros momentos dessa narrativa, ao descrevermos sobre o posicionamento de Manuel Dantas, acerca de como o ensino romperia com a inércia do homem sertanejo, entendemos que a instalação das

Escolas Rudimentares seria uma alternativa que tiraria a população não só da condição e analfabetos, mas a colocaria dentro de um padrão civilizacional preterido pela República. Com isso:

Com a imposição das lógicas modernas e com a mecanização do tempo pelo relógio (idealização de um horário mundial), houve o rompimento ou desencaixe (uma separação das relações sociais, antes ligadas a seus contextos locais). Ou seja, se as comunidades tradicionais têm fortes ligações com o local (sendo encaixadas), as sociedades modernas são desencaixadas de seus próprios locais por atuarem segundo forças de outras escalas. (Castiho, 2010, p. 130).

Assim, Manuel Dantas, citado no tópico anterior, apesar de ser e respeitar a ligação do homem sertanejo com a terra e com a conformidade só com esse estilo de vida, também pensou no desencaixe com a tradição e refletiu a possibilidade do *encaixe* com a República e as probabilidades de participação do sertão em acompanhar as mudanças vivenciadas em Natal e no restante do país.

Entender a chegada de alguns aspectos da modernização em Parelhas por meio da sua estrutura material e do que era empregado nas escolas, assim como a partir dos conteúdos pensados elaborados pelos professores, torna-se o caminho para compreendermos como alguns desses elementos mudaram a dinâmica social desta localidade.

Desta feita, os efeitos da modernização tanto *física* quanto *simbólica* são peças chaves para entendermos esse processo educativo que ocorreu no município aqui estudado, e um dos caminhos responsáveis pelas mudanças trazidas para o município naquele período.

A dualidade com a qual enxergamos os efeitos do plano e as mudanças trazida por ele na cidade, resulta do material contido nas fontes desse projeto e das reflexões feitas pelo historiador Erick Hobsbawm (1996), que nos ajudou a pensar que a modernização tem dois sentidos principais; um foi trazido com os aspectos ideológicos da Revolução

Francesa, e o outro forneceu o modelo das fábricas, desenvolvimento e infraestrutura das cidades por meio da Revolução Industrial.

Ademais, no período em que o sobredito plano esteve em vigor, o instrumental arrematado para o seu funcionamento teve como resultado indireto um conhecimento mais nítido da realidade populacional do jovem município parelhense.

Uma vez que, além da questão demográfica, com atenção especial para os jovens, público alvo do intento educador, houve a mobilização e o emprego dos poucos letrados aí residentes e a modernidade marcou indelevelmente sua presença por meio do telégrafo, da eletricidade e da própria construção de prédios escolares, símbolo maior de uma modernidade que se fez pela educação, tanto no espaço urbano, quanto na zona rural. Temos então, a produção de uma cultura material que faz referência a um projeto de desenvolvimento da cidade pensado inicialmente por seu viés educativo.

A modernização em seus aspectos físicos

*Como é o lugar
quando ninguém passa por ele?
Existem as coisas
sem serem vistas?*

*Existe, existe o mundo
apenas pelo olhar
que o cria e lhe confere
espacialidade?*

*Concretitude das coisas: falácia
de olho enganador, ouvido e falso
mão que brinca de pegar o não
e pegando-o concede-lhe a ilusão da forma
a ilusão maior a de sentido?*

— Carlos Drummond de Andrade, *A suposta existência*

O Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo se concretizou nas instalações de suas escolas, bem como nos materiais designados para o trabalho de cada uma delas. A rotina escolar investia na cidade não só o contato dos alunos com objetos até então desconectados de sua realidade, como também outros tipos de serviços, a saber pela chegada do telégrafo que permitiu com que os agentes do plano estabelecessem um contato mais profícuo com o Departamento de Educação de Natal⁵⁸.

Neste sentido, a partir do que foi discutido por Pedro Paulo Funari e Andrés Zarankin no trabalho: *Cultura material escolar: o papel da arquitetura* (2005), a cultura material escolar pode ser analisada a partir de dois elementos relacionados, o edifício em si, que no caso desse trabalho já foi citado quando falamos sobre o prédio do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, bem com a diversidade de materiais que poderão ser encontrados dentro dessa instituição.

A escola constitui, junto com a casa, um dos lugares centrais da socialização das pessoas. Um estudo de suas transformações, portanto, pode ser uma linha interpretativa para entender as mudanças na sociedade (Funari; Zaranki, 2005, p. 139).

Como nos questiona Drummond no início desse último trecho do trabalho, se ninguém passa por um determinado lugar, tem como entender suas marcas? Neste sentido, a partir desse expoente da documentação aqui trabalhada, buscamos apresentar como o plano incentivou o circuito de objetos materiais em Parelhas, e o que esse investimento simbolizava para a sua prefeitura. Assim, pretendemos entender a relação da cultura material escolar com o cotidiano instrucional trazido pelo plano.

⁵⁸Ao que consta na documentação do plano, encontramos um pedido de pagamento de aluguel, em 31 de dezembro de 1930, no local em que funcionava a estação telegráfica da cidade de Parelhas. Nesse pedido, o cidadão Alonso Bezerra de Albuquerque exige o pagamento de uma quantia de 360\$000 réis (30\$000) a Florêncio Luciano pelos usos de uma casa em que era operado o telégrafo.

Neste sentido, nessa parte do acervo documental do projeto de Flo-
rêncio Luciano encontramos diversos exemplares de como eram feitos
os pedidos de materiais escolares, ofícios solicitando a manutenção de
luz elétrica e entrega de água nas escolas, além da compra e conversação
dos quadros que eram utilizados pelos professores do plano. Logo, identi-
ficamos que essa aparelhagem educacional se distribuía em carteiras,
quadros, materiais de expediente e diários escolares.

Selecionamos alguns registros dos pedidos desses materiais à pre-
feitura durante a execução deste plano e o que especificamente era peço
em cada um deles. Vale salientar que a exposição da documentação que
demonstra pedidos e compras de objetos, bem como manutenções nas
escolas, está diretamente relacionada à fala de Florêncio Luciano, já
explorada na primeira parte deste trabalho, onde o prefeito aponta a
importância da quantia investida na educação parelhense.

Figura 13: Pedido de material escolar comprado por Manuel Cândido Sobrinho

Parelhas		5 de Abril		de 1929.	
<i>C. Sm.</i> Prefeitura Municipal de Parelhas					
a Manuel Candido Sobrinho ----- comprou					
<u>Para a Secretaria:</u>					
2	Resmas papel almaço "Palmeira" 505	23\$	46\$000		
2	Livros de ponto almaço	6\$	12\$000		
2	Caixas de pennas "Malatt" nº 12 á	7\$	14\$000		
	Despesas c/ frete		6\$200		78\$200
<u>Para o Grupo Escolar:</u>					
4	Caixas de giz escolar	4\$	16\$000		
6	Lapis bi-celer	"	8\$000	4\$800	
10	Folhas cartolina cereas sort.	"	1\$	10\$000	
1	Espanador de penas 45 c/m.	per	10\$000		
	Despesas c/ fretes		2\$040		42\$840
	(Cento e vinte e um mil e quarenta reis)				121\$040

Fonte: Caixa 02, Receitas e Despesas do ano de 1929, do arquivo da prefeitura municipal de Parelhas

OS TENTÁCULOS DA GOVERNAMENTABILIZAÇÃO: AS VISTORIAS E...

Figura 14: Despesas de ordem e conta da Prefeitura Municipal de Parelhas em 30 de junho de 1929

GRUPO ESCOLAR:

Pago a Bernardo Gomes de Oliveira, *Saldo*

contracto 500\$000 reparos grupo	90\$000.
Idem a Manoel Justino de Frete de ci-mento etc. conforme conta junto	94\$000.
Idem a Bernardo Gomes de Oliveira, con- ta junto	35\$000.
	<u>219\$000</u>
	529\$700

Fonte: Caixa 02, Receitas e Despesas do ano de 1929, do arquivo da prefeitura municipal de Parelhas.

Figura 15: Reparos no Grupo Escolar Barão do Rio Branco em 25 de junho de 1930

FACTURA -

Parelhas, 25 de Junho de 1930.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

Materiaes fornecidas para os reparos das installações do Grupo Escolar "Barão do Rio Branco" e no Quartel Publico desta cidade, por ordem do Snr. Prefeito.

10	Metros fio flexivel	1\$000	10\$000
2	Fusivel	1\$000	2\$000
1	Suporte	2\$000	<u>2\$000</u>
			14\$000

"IMPORTA A PRESENTE VACTURA EM QUATROZE MIL REIS"

Silva & Castro

Obras Publicas W. S.

Fonte: Caixa 02, Receitas e Despesas do ano de 1929, do arquivo da prefeitura municipal de Parelhas.

A partir do que foi demonstrado nas imagens acima, podemos constatar que tanto os reparos quanto a compra de materiais escolares estavam sendo direcionadas ao Grupo Escolar Barão do Rio Branco. Neste sentido, na primeira imagem, tínhamos a compra de alguns objetos escolares que seriam usados durante as aulas desse grupo, como giz e lápis bicolor, que entendemos que poderia ser um lápis com mais de uma cor, cartolina e um espanador que, conseqüentemente, seria usado para a limpeza.

Já em relação às duas últimas imagens, notamos que o investimento estava voltado mais para a manutenção e reparos do Grupo Escolar Barão do Rio Branco, do que à compra de materiais propriamente dita. Assim, conforme observamos, o uso de metros de fios flexíveis e fusível em 25 de junho de 1930, exposto na última fatura, está relacionado a um acontecimento anterior que foi a instalação da Luz Elétrica neste mesmo grupo escolar em 1929, já que era nesse local que ocorriam de forma noturna as aulas da Escola Municipal Mixta de preparatórios para os professores do plano.

Os abaixo assinados, Silva e Dantas, vêm com o presente pedir a V.S. se digne de mandar pagar aos mesmos a importância de Io6\$900.?, proveniente de material e mão de obra de uma instalação de luz elétrica nos salões do grupo Escolar “Barão do Rio Branco” e feita pelos suplicantes, conforme documento junto.

Nestes termos, P. defirimento⁵⁹. Parelhas, 1 de abril de 1929.

Diante do que foi exposto, é necessário explicar inicialmente que, apropriando-se do discurso do teórico marxista e crítico literário Fredric Jameson (2005), em sua obra em sua obra *Modernidade Singular: Ensaio sobre a ontologia do presente*, o mesmo destaca a seguinte questão:

⁵⁹ Abaixo assinado feito para o Prefeito Florêncio Luciano liberasse verba para a instalação da luz elétrica no grupo escolar Barão do Rio Branco. Informação encontrada no documento referente à Receita de 1929 encontrado na caixa: Receitas de 1929, no arquivo da prefeitura municipal de Parelhas.

O Tropo da modernidade pode ser considerado naquele sentido auto-referente, se não performativo, já que sua aparição sinaliza a emergência um novo tipo de figura, uma quebra decisiva com a forma prévia de um novo tipo de figurativismo, e é nessa medida um sinal da própria existência, um significante que indica a si próprio e cuja forma é o seu próprio conteúdo. (Jameson, 2005, p. 45)

A partir do que foi problematizado por esse autor, é necessário explicar inicialmente que, este *tropo* presente no plano era o avanço da cidade por meio da alfabetização dos seus cidadãos. E, para que esta alfabetização ocorresse, as mudanças físicas involuntariamente aconteceriam. Logo, a ideia de tropo, nesse caso, aparece quando o sentido da modernização está circunscrito em outras palavras, ou seja, transfiguradas nos objetos que estavam chegando em prol da educação de Parelhas no final de 1920.

A instalação da luz elétrica era esse novo tipo de figurativismo que se fazia presente e a sua aparição dava conta da facilitação das atividades educacionais que a escola tanto almejava. Desta feita, a sua instalação representava para uma vila que acabava de se tornar cidade um avanço, pensada também para melhorar o acesso e permanência dos alunos deste plano nas escolas parelhenses. Neste sentido, “o conceito de modernidade, característico deste conjunto de intervenções, sintetiza essas aspirações” (Dias, 2012, p. 68).

Logo, manter o funcionamento de uma escola não era só incentivar os alunos a participar das aulas oferecendo letramento e conteúdos de civildade, mas sim mantendo o espaço em que eles estavam frequentando propício para continuarem.

Nesta oportunidade, a cidade de Parelhas se constituiu enquanto um *lócus* de experiência de modernidade. Esses equipamentos expressavam novas formas técnicas, de avanços científicos, além de empregar outra cadência de vida, neste caso, participativa e facilitadora da rotina da educação.

Harvey (2002), por exemplo, destaca em sua obra *Condição Pós-Moderna* a seguinte questão:

A modernidade, por conseguinte, não apenas envolve uma implacável ruptura com todas e quaisquer condições históricas precedentes, como é caracterizada por um interminável processo de rupturas e fragmentações internas inerentes. (Harvey, 2002, p. 22).

Ao ligarmos essa condição defendida por Harvey ao Plano de Propaganda Contra o analfabetismo, abre-se a perspectiva para pensar o Sertão e suas educabilidades enquanto a ruptura de um processo de atraso educacional alertado pelo modelo de governo republicano e que só seria resolvido por meio da distribuição ou da fragmentação dessa ideia em diversas localidades, como a própria cidade de Parelhas. Assim, as rupturas internas e inerentes pensadas por David Harvey podem ser simbólicas, mas também podem ser materiais.

A partir dessa discussão, a materialidade escolar nada mais é do que os usos e consumos feitos pelos integrantes da escola em seu dia a dia, no que concerne aos objetos que necessitam para desenvolver sua formação. Assim, ao convocarmos o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes, em seu trabalho *O objeto material como documento* (1980), entendemos que: “o que explicaria a existência dessas coisas é o fato de elas se prestarem a registrar e conservar uma determinada informação” (p. 3).

Assim, a existência da compra de materiais e manutenção das escolas do plano, carregam informações que contam como se deram às práticas sociais na educação parelhense no final dos anos de 1920, suas ideologias, bem como suas representações.

A escola, mais do que local para a realização de aulas, tornou-se também um lugar receptor de novos objetos que transitavam de alunos a professores, entre normas e teorias. Segundo António Viñao Frago, em seu artigo “Historia de la educación y Historia Cultural” (1995), a cultura material escolar aglutina tudo que acontecia em seu interior.

Alguien dirá: todo. Y sí, es cierto, la cultura escolar es toda la vida escolar: hechos e ideas, mentes y cuerpos, objetos y conductas, modos de pensar, decir y hacer. Lo que sucede es que en este conjunto hay algunos aspectos que son más relevantes que otros, en el sentido que son elementos organizadores que la conforman y definen. (Viñao Frago, 1995, p. 69)

Assim, os materiais constituídos em cadernos, pastas, uniformes dos alunos, quadros e demais objetos do cotidiano escolar, são carregados de uma memória que nos remete a uma escola consumidora e ao mesmo tempo, agregadora de artefatos que possuem um poder narrativo.

Prosseguindo com mais alguns trechos da documentação do plano, relacionada aos usos de materiais escolares e manutenção das escolas, separamos mais alguns exemplos de como os usos materiais eram aplicados em outros espaços do plano.

Na organização da festa cívico escolar do 15 de novembro de 1929, detalhada na segunda parte desse trabalho, Florêncio Luciano mostrara-se satisfeito ao promover esse evento. Porém, para que o mesmo ocorresse, foi necessário investir em alguns objetos que as crianças pobres e alunas do plano não tinham poder aquisitivo para poder participarem de tal evento. Logo, a portaria de número 84 de 31 de dezembro de 1929, destacava:

Abone-se ao Snr. Lucio Pereira Dantas, tesoureiro da Prefeitura a importância de UM CONTO SEIS CENTOS E VINTE E SETE MIL E SETE CENTOS REIS (1:627\$700), para socorrer as despesas com transporte de crianças, auxílio de crianças pobres e mais solenidades com as cívico-escolar do dia 15 de Novembro do corrente anno, sendo: 600\$000 pela verba “representações” e 1:027\$700 pela “verba instrução pública”.

Prefeitura Municipal de Parelhas, em 31 de dezembro de 1929.
Florêncio Luciano-Prefeito

A partir do que foi abordado por essa portaria, houve um investimento para a realização desse acontecimento e a constituição de um corpus material pensado para essa festa. Ainda para o historiador Ulpiano Bezerra de Menezes, o conceito de cultura material não estava ligado só a modificação da paisagem com as escolas Rudimentares e seus objetos, mas também o próprio corpo, “na medida em que ele é passível desse tipo de manipulação (deformações, mutilações, sinalações) ou, ainda, os seus arranjos espaciais (um desfile militar, uma cerimônia litúrgica)”. (Menezes, 1983, p. 112).

Figura 16: Professor João Manuel acompanhando seus alunos da Comunidade rural Juazeiro no desfile cívico no ano de 1929



Fonte: Arquivo pessoal de Tertuliano Pereira.

Os infantes representados acima, poderiam a partir do conhecimento e da chance de ter outra formação, não serem mais somente agricultores e cuidadores do gado, mas sim corpos iniciando um processo de disciplina para servir a uma ideologia maior do Brasil que pensava a ordem enquanto uma estratégia não pela força e imposição, mas pela sutileza das letras e a destreza que elas poderiam causar.

Neste sentido, o discurso modernizante seja no sertão seridoense, seja na então capital republicana, o Rio de Janeiro, tinha a mesma

força. Neste caso, a potência republicana emolduraria os corpos numa força circular em busca de um objetivo. A rota deste círculo seria a disseminação da educação em todo país, e a sua trajetória a levaria consequentemente o fim do analfabetismo⁶⁰, resultando assim em um processo de regeneração e chegada de uma civilidade que, mesmo inspirada em modelos europeus, acabou se adaptando as versatilidades encontradas nesta parte dos trópicos.

A modernização em seus aspectos simbólicos

Além da constituição de uma cultura material gerada pelo plano, foram encontradas em sua documentação algumas ideias/*insights* de temas trabalhados em suas salas de aula. Entretanto, não foi possível localizar atividades realizadas diretamente pelos alunos, mas sim provas e outras ocorrências produzidas pelos professores da Escola Municipal Mixta de Preparatórios.

Neste sentido, esse acervo documental corresponde a: redações sobre a seca; traduções de um texto em francês sobre a máquina a vapor; descrições sobre o hino nacional; bem como a caracterização da forma como a bandeira brasileira foi pensada. Com isso, aos termos contato com esse material, mesmo não sendo algo diretamente produzido pelos alunos, a sua análise nos levou a concluir que, em alguma medida o mesmo assunto que fazia parte da formação do professor, era parte do currículo direcionado também para o aluno. Dessa maneira, essas atividades funcionavam enquanto uma prévia do que seria levado para os alunos das escolas rudimentares.

⁶⁰Os trabalhos realizados na Liga brasileira contra o analfabetismo, criada em abril de 1915, foram de suma importância na construção do pensamento pedagógico daquele período tendo em vista a reunião não só de educadores, mas também de médicos, advogados e militares que discutiam o destino da educação do país em publicações e reuniões a fim de fazer o acompanhamento dos modelos educacionais que estavam sendo implantados. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20BRASILEIRA%20CONTRA%20O%20ANALFABETISMO.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2020.

A partir dessa descrição, organizamos inicialmente uma tabela detalhando quais eram essas atividades feitas pelos professores que aparecem na documentação intitulada de: “Provas dos exames do ano lectivo de 1929”, bem como quem estava participando desses testes.

Vale salientar que, não será possível esmiuçar toda essa parte da documentação, pois a mesma não só tem uma quantidade considerável de provas e atividades, como também em alguns momentos os conteúdos de todas elas acabam se repetindo. Logo, separamos os personagens que participaram da realização dessas avaliações, bem como alguns exemplos dos assuntos que cada uma delas abordavam.

Tabela 7: Atividades realizadas pelos professores do plano

Provas	Professores
Prova escrita de Francês. A machina a vapor	Waldemira Macêdo, Anastácio Pereira, Helena Oliveira, Sinésio Pereira, Alba Pereira, Severino Pereira de Abreu, Genura Araújo, João Gomes de Oliveira.
Prova de aritmética.	Pedro Pereira de Mello, Sinésio Pereira, João Gomes de Oliveira, Helena Oliveira, Anastácio Pereira, Epitácio Araújo.
A seca no Sertão, provavelmente uma atividade de Língua Portuguesa	Sinésio Pereira, Epitácio Araújo, Hermínia Oliveira, Alba Pereira, Waldemira Macedo, Genura Araújo, Honorato Chemont, Waldemar Araújo Sampaio, Anastácio Elysiario Pereira, Francisca Osia de Araújo, Severino Pereira de Abreu, João Gomes de Oliveira, Pedro Pereira de Mello, Elvira Passos.
Os symbolos nacionais	Severina Araújo, Gaspar Mendonça, Florêncio Hilarião, João Manuel, Isabel Gomes Meira, Severino Baptista, Simião Oliveira Melo.

Fonte: elaborado pela autora.

No processo de investigação e análise dos conteúdos abordados na Escola Municipal Mixta de Preparatórios, percebemos que alguns deles estavam em consonância com o que era indicado para ser trabalhado nas escolas rudimentares a partir do seu Regimento Interno publicado em 1925. Esse documento publicado em 03 de abril de 1925 e assinado por Nestor Lima, tinha como objetivo principal indicar o programa de conteúdo que iam ser trabalhados nas escolas, bem como o horário das aulas.

Desta forma, o currículo escolar do plano não se desviava do que era pedido em relação ao nível da educação estadual, porém se adaptava a algumas temáticas locais, como é o caso das produções sobre a seca onde os professores em formação escreveram de acordo com sua realidade.

Além disso, nesse regimento, aspectos como a linguagem, os modelos de escrita, as noções gerais que estavam relacionados indiretamente ao que hoje conhecemos como História, Geografia e Ciências, bem como o exercício da contabilidade apareceram enquanto uma prerrogativa basilar para o trabalho em sala de aula.

Logo, ao trabalhar a aritmética no plano, por exemplo, conseguimos encontrar questões de matemática que envolviam equações. Já em relação à escrita, tanto encontramos uma tradução de texto, como também a produção de outro. Para além dessas atividades cotidianas, ainda encontramos um planejamento para a festa do 7 de setembro, questão essa que se relaciona com o regimento das escolas rudimentares, em seu capítulo IV, ao falar do seu *Regimen Didactico*.

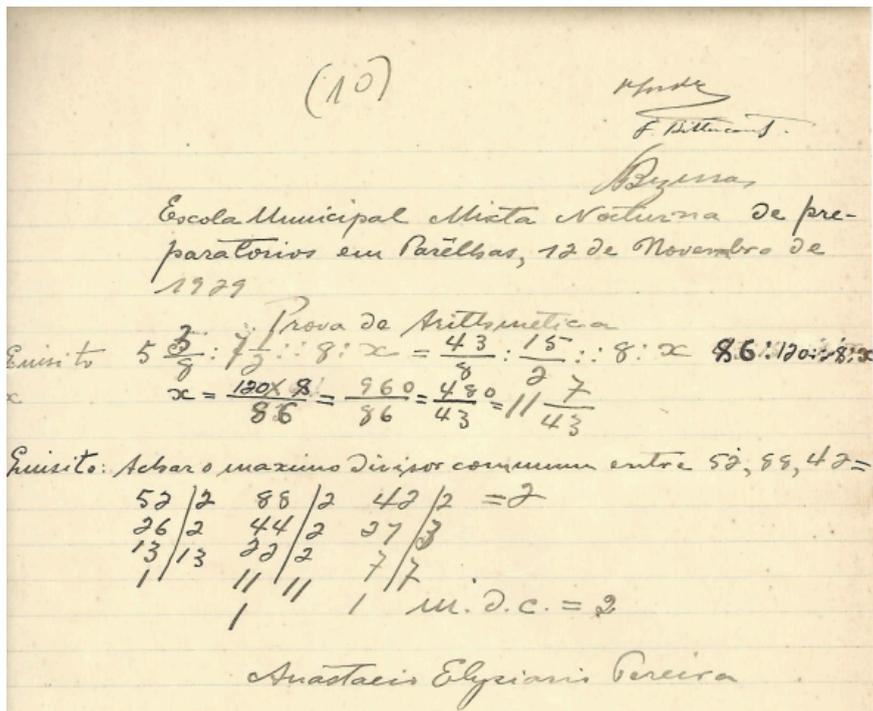
Abaixo, separamos alguns exemplares dessas atividades realizadas na Escola Municipal Mixta de Preparatórios, e após isso, será feita uma análise de como essas avaliações estavam em acordo com o Regimento das Escolas Rudimentares.

Assim, iniciamos com um exemplo de uma atividade da disciplina de Matemática do professor em formação Anastácio Pereira, de 12 de novembro de 1929. Nesse exercício, temos um cálculo envolvendo uma equação e a resolução do MDC, ou seja, do máximo divisor comum⁶¹.

A partir do que observamos na atividade (Figura 17, na página a seguir), o exercício está relacionado ao tópico *Contabilidade*, do Regimento Interno das Escolas Rudimentares, onde era indicado que os professores trabalhassem com os alunos técnicas de, “somar, diminuir, multiplicar e dividir, em constantes exercícios”. (Lima, 1925, p. 1925).

⁶¹O Máximo Divisor Comum é uma das ferramentas da matemática usada na resolução de equações que tenha múltiplo comum, bem como o divisor de dois ou mais números.

Figura 17: Prova de aritmética, da Escola Municipal Mixta Noturna de Preparatórios em Parelhas



Fonte: Provas a serem subvencionadas da Escola Municipal Mixta de preparatórios de Parelhas

Prontamente, saber de algumas questões básicas da matemática era de suma importância, pois não só tínhamos uma inserção de modelos fabris que estavam se instalando no país naquele momento e que iam exigir futuramente que os seus cidadãos dominassem algumas técnicas básicas para lidar e consertar máquinas, como também no auxílio com a própria engenharia, já que uma vez entendendo de números em suas formas e medidas, os futuros construtores saberiam ler um projeto arquitetônico com mais segurança.

Trabalhando um pouco do conteúdo mais geral, na documentação do plano, visualizamos uma atividade de tradução de um texto em francês intitulado *A machina a Vapor* escrito pela professora Waldemira

Macêdo e pelos demais docentes⁶² que estavam em formação naquele momento. Neste texto, temos o seguinte relato reproduzido pela professora:

A maquina aperfeiçoada no meio do ultimo século pelo inglês Watt é empregada tanto para fabricar agulhas como forjar as ancoras dos grandes navios. Eis aqui uma curta explicação que dará uma ideia geral dos efeitos maravilhosos do vapor:

Transformando um vapor quando está fortemente aquecido tem uma força tanto mais considerável quanto o calor é maior. Se uma marmitta estivesse perfeitamente fechada com sua tampa a agua encerrada na marmitta transformada em vapor levantaria essa tampa inda mesmo se a tivessem carregado com maiores pesos ou então o vaso estalaria.

Waldemira Macêdo, 13 de Novembro de 1929.

Nesse trecho, para além da importância do exercício da escrita e da tradução de um texto em francês sobre a máquina a vapor⁶³, a professora Waldemira Macêdo, bem como todos os professores do plano que tiveram acesso a esse conteúdo, conseguiram de alguma forma entrar em contato com uma informação que mostrava os benefícios do progresso e da modernidade a partir dessa invenção.

Neste sentido, esse invento acabou tornando-se não só um dos símbolos da modernização, como também temática das aulas de Francês da Escola Municipal Mista de Preparatórios, fazendo com que os

⁶²Nesta documentação foi possível encontrar além da produção da professora Waldemira Macêdo, produções de: Anastácio Elysiário Pereira, Helena Oliveira, Synesio Pereira, Alba Pereira, Severino Pereira de Abreu, Genura Araújo, João Gomes de Oliveira,

⁶³Diante desta referência, inicialmente é interessante contextualizar a criação da Máquina a Vapor e do seu criador James Watt. Segundo informações encontradas no site do History Channel, este inventor nasceu em 19 de Janeiro de 1736, em Greenock, na Escócia, e conseguiu elaborar um método para diminuir o consumo de vapor e de combustível nas máquinas quentes.

professores que frequentavam esta instituição tivessem uma ideia geral de como o mundo havia mudado e de como o povo parelhense também deveria conhecer e se adequar às mudanças e benefícios trazidos pelos novos tempos.

Ser moderno caracterizava-se por muitas compreensões desde abandonar velhos costumes, como também superar o atraso urbano e social, além de claro, ter acesso e ser capaz de ler e interpretar novos tipos de notícias. Desta feita, a escola expandia-se neste período enquanto um espaço para a entrada de novos comportamentos, mentalidades e de um homem moderno.

Seguindo com as análises da documentação do plano que correspondem aos aspetos simbólicos da modernização, elencamos ainda uma produção textual dentro da temática, *Regimen Didactico*, do Regimento Interno das Escolas Rudimentares. Essa produção, diz respeito a um exemplo de um texto produzido pelos professores, em que descrevem e nomeiam os Símbolos Nacionais.

Assim, optamos por apresentá-la no seu íterim, a fim de que se tenha uma noção particular da metodologia de abordagem no texto e a forma como os alunos expunham seus entendimentos sobre os símbolos nacionais. No caso, nas duas páginas a seguir temos um texto feito pela aluna e professora do plano Severina Araújo e a forma como ela compreende e representa os símbolos nacionais.

A partir do que foi possível encontrar no fragmento de memória, vimos que para a aluna e professora Severina Araújo, foi orientado que a sua produção textual fosse dividida em três partes. A primeira tratando-se de descrever a bandeira em seus formatos e cores: o verde representando a riqueza verde do país, matas e florestas; o amarelo, o ouro das minas apontando para a fartura e abundância nacional, e o azul e branco, respectivamente, o céu límpido e a desejada ordem e progresso da pátria.

Esse lema é atribuído ao filósofo francês Auguste Comte, em que se compreende: “O amor por princípio, o amor por base e o progresso por fim”. Ao se trabalhar os símbolos nacionais, os professores estariam

Figura 18: Prova sobre os Símbolos nacionais

Os Símbolos Nacionais

Os Símbolos Nacionais são três: Bandeira, Hino e Brasão.

Bandeira

Bandeira entende-se um pancho quadrangular preso a um haste adequada a uma nação.

A Bandeira Brasileira tem quatro cores, verde amarelo azul e branco. O verde representa as nossas florestas e a nossa mata e finalmente, todo território Brasileiro.

O amarelo representa o ouro e as minas minas da nossa terra-pátria.

O azul o nosso puríssimo céu.

A Bandeira Brasileira é inspirada das outras nações, pelas suas cores verde amarelo azul e Branco. A Bandeira estando hasteada devemos comprimos-la não só pela educação como pelo dever.

A Bandeira é a nossa segunda mae que representa a pátria. A Bandeira é o símbolo mais perfeito da pátria.

O có Branco representa a paz no rio das nações amigas. Da esquerda para direita no ricetido obliquo vee-se uma faixa com a legenda Ordem e Progreso que significa as aspirações do povo Brasileiro.

Fonte: Provas para exames dos professores a serem subvencionadas pela prefeitura em 1929, que

Figura 18: Continuação

O Escudo
 O Escudo é a concha sangüenta do coração de
 nosso Paiz. É composto de uma estrela sustentada
 sobre um ramo de café, com de fôrmo duas
 circunferências. Dentro dellas se acham inscrita e
 uma estrela designando a parte e um Estado
 e o Districto Federal. Dentro da segunda circunferen-
 cia acha-se o brasão do Sul. Há no sabre
 uma estrela pequena que representa o Districto
 Federal. O sabre representa as forças armadas.

O Hymno
 O Hymno é composição de Francisco Manoel
 da Silva musicista; e de Osorio Duque Estrada
 natural de Bagé, Elis grande do sul. O Hymno
 é um signal de respeito, digno de cumprimento.
 Alerta os soldados no campo de batalha.
 Chama-nos ao cumprimento de dever. Quando
 se o Hymno Nacional devemos tirar o chapéu
 e se estivermos sentados devemos levantar-nos.
 A Bandeira e o Escudo são Symbolos para serem
 visíveis, e o Hymno é o Symbolo que sentimos a
 pela audição.

Parelhas 7 Março de 1929.

Severina Araújo.

se encontra no Arquivo público da prefeitura municipal de Parelhas.

construindo nos seus alunos a noção de respeito à pátria brasileira, como uma mãe que necessitava ser cuidada e preservada. Valores que apenas pela educação seriam incutidos e incorporados em um exercício ufanista de defesa da pátria brasileira.

Já nos outros elementos temos: a descrição do Brasão Nacional representado pelo escudo, com referências ao café e fumo, tão importantes para economia do país, os vinte um (21) estados representados pelas estrelas mais distrito federal apoiados no Cruzeiro do Sul e do Hino Nacional, como uma carta que descreve a luta para amalgamar a unidade brasileira. Ao final da redação aponta-se como os símbolos brasileiros precisam ser vistos, ouvidos e respeitados para que os alunos internalizem e sintam seu dever como cidadãos da Pátria brasileira.

Tudo isso remonta às discussões realizadas pelo filósofo Michel Foucault ao tratar da disciplinarização dos corpos nas instituições do estado em sua obra *Vigiar e Punir*. Para este estudioso, o estado cria artifícios sutis para a aplicação do seu poder onde:

Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. (Foucault, 1987, p. 163).

A República, agindo por meio do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo, pretendeu formar os professores desse projeto educativo para que, em suas salas de aula, aplicassem posteriormente as normas e condutas disseminadas por ela não só na mente dos seus cidadãos, mas também nos corpos que deveriam corresponder a um novo tipo de padrão e comportamento.

As mensagens de cunho moralizante e cívico foram disseminadas por meio de diversas formas pelas instituições escolares na Primeira República. Os símbolos patrióticos que se fizeram presentes no cotidiano escolar se distribuíam em festas cívicas, hino, bandeira e o brasão

nacional que ao se dirigir a um público interno, ou seja, aos alunos das instituições escolares, passaram a atingir de algum modo a sociedade como um todo. Desse modo, como discuti Dominique Julia em seu trabalho *A Cultura Escolar como Objeto Histórico* (1995):

Para ser breve, poder-se-ia descrever a cultura escolar como um conjunto de normas que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de práticas que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos; normas e práticas coordenadas a finalidades que podem variar segundo as épocas (finalidades religiosas, sociopolíticas ou simplesmente de socialização). (Julia, 1995, p. 10).

Desse modo, essas foram práticas de vidas e espaços compartilhados por todos. E, dessas experiências, surgiram uma amplitude de visões e ideias que buscou tornar as pessoas em sujeitos e objetos desse processo, isto é, a escola tornara-se um laboratório para a República disseminar os seus ideais. Assim: “*ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor — mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos tudo o que sabemos tudo o que somos.*” (Berman, 1986, p. 15).

Sem mais, esse tópico do trabalho buscou de alguma forma compreender o que, de fato, passou a fazer parte do cotidiano escolar e social de Parelhas após o início da execução do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo. Procurar entender o processo de modernização da cidade a partir dos seus aspectos simbólicos por meio de um projeto educativo, nos ajuda a pensar a cidade enquanto receptáculo dos ideais republicanos em uma perspectiva micro.

Com isso, o uso do termo *propaganda* para disseminar a ideia de um projeto para acabar com o analfabetismo carregou uma simbologia, e os insights eram dados no cotidiano escolar e na aplicação de conteúdos carregados de conceitos, diretrizes e normas impostas pela República. Logo, um dos principais veículos de comunicação, a partir do que foi

observado anteriormente, foi o professor. A ele, “foi atribuída uma missão cívica primordial, a de “apóstolo da civilização”, o que demandava um preparo bastante consistente, tendo como referência a magnitude da tarefa.” (Malgadi, Schueler, 2008, p. 49).

Considerações finais

O trabalho aqui desenvolvido, se tratou de uma pesquisa acerca da chegada de alguns símbolos modernos por meio da educação no final dos anos de 1920 em Parelhas, investigados a partir do Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo criado por Florêncio Luciano, em seu primeiro mandato como prefeito entre os anos de 1928 a 1930. Por meio disso, analisamos o projeto educativo e sua estrutura pedagógica na perspectiva micro, ou seja, pensando nos acontecimentos da cidade, e macro, compreendendo a relação entre o plano educativo em questão, atrelado a um projeto de Brasil.

Inicialmente convocamos homens seridoenses, de viés republicano e que pensaram o recorte espacial aqui escolhido para além de suas tradições e costumes, ou seja, eles ansiavam por novos projetos para o sertão e sua adequação a outro modelo de sociedade e comportamento pensados para o Brasil. Além disso, esses personagens desempenharam por meio dos seus escritos e funções exercidas na política e no campo administrativo, as projeções, redes de contatos e investimentos na intensificação da educação enquanto antídoto para sanar o mal causado pelo analfabetismo no interior do Rio Grande do Norte.

Assim, esse encontro político e administrativo que acabou reunindo nomes como o de Nestor Lima, Amphilóquio Câmara, Manoel Dantas, Eliseu Vianna, José Augusto Bezerra de Medeiros e Juvenal Lamartine, serviu para aprofundarmos as discussões em relação a um projeto educativo problematizado enquanto um elemento para a História da Educação e dos Sertões, ao passo que também é um componente que nos convocou a ponderar acerca das nuances do conceito de Redes de sociabilidades, pensado nesta pesquisa a partir das reflexões realizadas por Sirineli (2003).

Nesse processo, uma teia de relações passou a ser desenvolvida entre Florêncio Luciano e os personagens citados anteriormente, que para além de ter que corresponder em seu papel de administrador ao cumprir com as fiscalizações de ensino a nível estadual, também estru-

turou em Parelhas a sua própria vistoria ao criar as Comissões urbana, rural e central contra o analfabetismo.

Dessa forma, o prefeito e articulador do plano ao ser integrado ao Partido republicano e ao contexto político do Rio Grande do Norte no final dos anos de 1920, passou a adequar o seu projeto de desenvolvimento de cidade aos trâmites da ordem e o progresso.

Logo, esse personagem estava inserido nesse processo enquanto um agente político receptor e articulador dos anseios educacionais republicanos, mesmo que tradicionalmente não tivesse a mesma formação de alguns dos outros membros do seu partido. Sendo assim, seu projeto educativo tornou-se não só um símbolo de desenvolvimento para o seu município, bem como o acontecimento que passou a caracterizá-lo enquanto um “homem da educação”.

Desse modo, Florêncio Luciano tanto pôde ser pensado enquanto um produto do meio, ou seja, ele vivenciou um período propício que o levou a se tornar investidor e incentivador da educação e assim se constituir em uma figura de destaque nesse meio, como também a partir de um desejo pessoal em ver sua cidade no rol de desenvolvimento educativo em consonância com o estado e o país.

Outro direcionamento desse trabalho, se deu em compreender como este local se tornou palco para um processo de disputa do antigo e do moderno diante das transformações físicas e simbólicas, advindas por meio dos incentivos a projetos educacionais nesta região, mais especificamente na cidade de Parelhas, onde o Plano de Propaganda Contra o Analfabetismo tornou-se uma representação desses incentivos, e uma das grandes marcas deixadas pelo prefeito Florêncio Luciano em seu primeiro mandato.

Por meio disso, autores como Fredric Jameson (2005), David Harvey (2002) Nicolau Sevcenko (1998), além de Herschmann e Pereira (1994) pensando numa perspectiva mais geral sobre os conceitos de modernização e modernidade, bem como pesquisadores da educação como Maria Inês Sucupira Stamatto (2017) Helena Bomeny (2014), Saviani (2013), Clarice Nunes (1996), além de Veiga e Fonseca (2003), nos aju-

daram a pensar em como a modernização proposta pelo plano estava presente não só nos objetos que compuseram uma cultura material desse projeto educativo, mas também naquilo que era exercitado pelos professores no curso de preparatório, antes mesmo de chegar até as Escolas Rudimentares instaladas.

Assim, podemos considerar ainda as contribuições do historiador Dominique Julia (1995) quando discorremos acerca de uma cultura escolar criada a partir do plano quando este passou a ensinar normas, condutas e um conjunto de práticas educativas a fim de corresponderem a uma finalidade política, mas também a uma nova prática de socialização desse Sertão que era Parelhas ao que estava ocorrendo no restante do país.

Desta feita, o Sertão neste trabalho foi pensado enquanto uma região contemporânea aos avanços vividos pela capital Natal, bem como em consonância com as propostas pensadas pela República, já que, por meio dos artigos emitidos na Revista *Pedagogium* de número 1, de 1921, com o texto de Manuel Dantas, quanto em relação ao trabalho de Eliseu Vianna na edição de número 12, de 1924, encontramos o interesse que ambos tinham em expandir a educação para o interior do estado.

Logo, pensamos essa região enquanto uma categoria também da educação e os seus diálogos com as transformações do Brasil na década de 1920, a partir dos trabalhos de pesquisadoras como Nísia Trindade Lima (2013) e Candice Vidal que contribuíram para pensar essa região enquanto um espaço em um contexto de inserção aos trâmites republicanos.

De modo geral, para além dos limites territoriais, a categoria Sertão e conseqüentemente o Seridó como mais uma interpretação das diversas polissemias em que carrega este primeiro conceito, buscou ser problematizada a partir de uma perspectiva educacional. Neste caso, a modernização vinda também por meio do advento da ampliação das questões educacionais do país daria mais uma atribuição e outro sentido a este lugar.

A ideia aqui, não foi fazer um aprofundamento de toda a história da modernidade no sertão seridoense mas sim discorrer acerca de uma pesquisa voltada para a educação enquanto motor de desenvolvimento de signos modernizantes que passaram a fazer parte de uma cidade em específico, neste caso Parelhas, onde a expansão do ensino traria também novas formas de sociabilidades.

Tudo que foi descrito e avaliado da pesquisa sobre Florêncio Luciano e seu Plano de Propaganda contra o analfabetismo na cidade de Parelhas proporcionou tanto a pesquisadora quanto aos futuros leitores interessados em temáticas como a História dos Sertões e da educação, a consideração inicial de que tínhamos um plano inovador e interessante a observar pelo seu leque memorialístico obtido pelas fontes que o Plano de Propaganda contra o analfabetismo deixara.

A proposta aqui sugerida visou pensar na modernização de um dado recorte do espaço físico do Sertão do Seridó norte rio Grandense a partir de uma experiência educativa pensada por meio de um grupo, que acabou produzindo uma cultura material que hoje faz parte de uma memória coletiva de muitos daqueles que ligam Florêncio Luciano ao idealizador dos primeiros passos da educação parelhense, bem como nas relações saudosas com os monumentos arquitetônicos incorporados pelas escolas construídas tanto na Zona Urbana, quanto na Zona Rural.

Por fim, compreendemos que as fontes aqui analisadas a partir dos seus elementos discursivos, contribuíram para pensar essa pesquisa por duas frentes. A primeira delas relaciona-se à constituição de uma história dos Sertões numa perspectiva educacional, ou seja, pensando em como essa região era contemporânea aos mesmos progressos vivenciados pelo litoral e o restante do país no final da década de 1920.

Já a segunda, nos levou a compreensão do quanto os arquivos públicos têm sido locais importantíssimos para a pesquisa em História da Educação, pois eles têm oferecido aos pesquisadores desta temática analisar por meio dos discursos empregados na documentação encontrada a apresentação dos atores que fizeram parte do processo educativo, seja elas professores, alunos e demais funcionários, bem como as ideologias

propagadas em um dado período, e no caso da pesquisa acerca da educação parelhense, dos discursos empregados pelos governos da Primeira República.

Fontes da pesquisa

Documentais

Atas, decretos, leis, portarias e recenseamentos escolares (1928 a 1932). Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Parelhas/RN.

Revista *Pedagogium* (1921–1929). Disponível em: <https://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/simple-search?query=revista+pedagogium>.

Relatórios dos presidentes de Província, principalmente aqueles que correspondem aos governos de José Augusto Bezerra de Medeiros (1924) e Juvenal Lamartine. (1928).

Regimento das Escolas Rudimentares (1925). Disponível em: <https://lahmed.ce.ufrn.br/jspui/handle/123456789/23>.

Revistas e livros de produção local sobre a História de Parelhas. Biblioteca Municipal Antônio Pereira de Macêdo.

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. de. Distante e/ou do Instante: sertões contemporâneos, as antinomias de um enunciado. In: FREIRE, A. (Org.). *Culturas dos Sertões*. Salvador: EDUFBA, 2014.

ARRUDA, G. Cidades e sertões: o historiador entre a história e a memória. *Projeto História*, São Paulo, v. 19, 1999.

ARAÚJO, Marta Maria. O Projeto Escolanovista no Rio Grande do Norte: uma das dimensões práticas das pautas modernizadoras do Governo José Augusto Bezerra de Medeiros (1924–1927). *Revista História da Educação*, Pelotas, v 1, n. 1, jan./jun. 1997. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30632>.

BERMAN, M. *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. Tradução de Carlos F. Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Companhia da Letras, 1986.

BURKE, P. (org). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

BURKE, P. *História e Teoria Social*. São Paulo: UNESP, 2002.

CARVALHO, José Murilo de. *A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990. 165 p.

CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. Vol. 1: As artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

- DANTAS, Manoel Gomes de Medeiros. Escolas Rudimentares. In: REVISTA PEDAGOGIUM, n. 1. Natal: Empresa Tipográfica Natalense, jul. 1921.
- DANTAS, M. A vida Sertaneja — prejuízos. *O Povo*. [s. n.]. 7 dez. 1889.
- DIAS, Amália. *Entre laranjas e letras: processos de escolarização no distrito-sede de Nova Iguaçu (1916–1950)*. Rio de Janeiro: Quartet; FAPERJ, 2012.
- FARIA FILHO, L. M. de. (1998). O espaço escolar como objeto da história da educação: algumas reflexões. *Revista da Faculdade de Educação*. São Paulo, v. 24, n. 1, jan./jun. 1998.
- FERNANDES, Aline de Medeiros. *A expansão das escolas unitárias primárias públicas norte-rio-grandenses (1835–1961)*. 2018. 105f. Dissertação (Mestrado em Educação) — Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2018.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola, 2002.
- HERSCHMANN, Micael M.; PEREIRA, Carlos Alberto Messeder. *A invenção do Brasil moderno: medicina, educação e engenharia nos anos 20–30*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- JAMESON, Fredric. *Modernidade Singular*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- LIMA, Nisia Trindade. *Um Sertão Chamado Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2013, 2. ed.
- MACÊDO, M. K. *A Penúltima Versão do Seridó: Uma História do Regionalismo Seridoense*. Natal, RN: Sebo Vermelho, 2005.
- MAGALDI, A. M. B. de M. & SCHUELER, A. F. M. *Educação Escolar na Primeira República: memória, história e perspectiva de pesquisa*. *Tempo-ñiteroi*, v. 13, n. 26, p. 32–55, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-77042009000100003>.
- MOGARRO, M. J. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de Ciências da Educação*, n. 10, jul./dez. 2005. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/rbhe/article/view/38647>. Acesso em: 27 jul. de 2013.
- NAGLE, J. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- MEDEIROS NETA, Olívia Moraes de. *Ser(Tão) Seridó em suas cartografias espaciais*. 2007. 122 f. Dissertação (Mestrado em História e Espaços) — Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- PINSKY, C. B. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- REZENDE, A. P. *(Des) encantos Modernos: História da cidade do Recife na década de XX*. Recife: Fundarpe, 1997.

- ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *Matrizes da Modernidade Republicana: cultura política e pensamento educacional no Brasil*. Campinas, SP: Editora Plano, 2004.
- SEVCENKO, Nicolau (org.). O prelúdio Republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso. In: *História da Vida Privada no Brasil*. Vol. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- STAMATTO, Maria Inês Sucupira. A escola da Ordem e do Progresso (Brasil: 1889–1930). In: *Revista da FAEEBA: Educação e contemporaneidade*. Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Educação I, v. 1, n. 1, jan./jun. 1992. Salvador: UNEB.
- STEPHANOU, M.; BASTOS, M. H. (orgs.). *Histórias e Memórias da Educação no Brasil*. Vol III. Petrópolis: Vozes, 2005.
- VEIGA, C. G. & FONSECA, T. N. de L. e. (orgs.). *História e Historiografia da Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- VEIGA, C. G. Projetos urbanos e projetos escolares: aproximação na produção de representações de educação em fins do século XIX. *Educação em Revista*, n. 26, Belo Horizonte, 1997.
- VIDAL, D. G. Cultura e práticas escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, R. F. de & VALDEMARIN, V. T. (Orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

A cidade de Parelhas, interior do Rio Grande do Norte, foi palco de uma importante experiência histórica na interface entre a educação e a modernização em fins da década de 1920. Em conexão com as novas reflexões sobre a história dos sertões, a obra em tela resulta da dissertação de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-graduação em História do CERES (UFRN) e defendida em 2021.

A jovem autora desse livro *O Plano de Propaganda contra o Analfabetismo em Parelhas-RN (1928–1930)*, Laisa Fernanda Santos de Farias, realiza uma trajetória de pesquisa que também é pessoal, visto que ela é professora e fascinada pela educação e buscou compreender o itinerário modernizante de sua cidade natal atravessada pelos resquícios de uma cultura material educativa.

Juciene Batista Félix Andrade
Prof^ª no PPGHC (UFRN)



Editora Biblioteca Ocidente
LIBRUM LUX MUNDI



Fundação de Amparo e Promoção
da Ciência, Tecnologia e Inovação
do Rio Grande do Norte